

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

RICARDO SERRAGLIO POLUCHA

Ecoville: construindo uma cidade para poucos

São Paulo
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RICARDO SERRAGLIO POLUCHA

**Ecoville:
construindo uma cidade para poucos**

**Dissertação apresentada à
Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade de
São Paulo como parte dos
requisitos necessários à
obtenção do título de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo**

Área de Concentração: Habitat

**Orientadora: Profa. Dra. Ermínia Terezinha
Menon Maricato**

**São Paulo
2010**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

rpolucha@yahoo.com

P779e Polucha, Ricardo Serraglio
Ecoville : construindo uma cidade para poucos / Ricardo Serraglio Polucha. -- São Paulo, 2010.
164 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP.

Orientadora: Ermínia Terezinha Menon Maricato

1. Planejamento territorial urbano – Curitiba (PR)
2. Urbanização (Sociologia) 3. Mercado imobiliário – Curitiba (PR) 4. Ecoville I.Título

CDU 043:711.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ricardo Serraglio Polucha

Ecoville: construindo uma cidade para poucos

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Habitat.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.

Instituição

Prof. Dr.

Instituição

Prof. Dr.

Instituição

ERRATA

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
--------	-------	------------	---------

AGRADECIMENTOS

À professora Ermínia Maricato por ter orientado este trabalho.

Aos meus pais José Polucha e Ieda Cecília Serraglio Polucha, e à minha irmã Fernanda Serraglio Polucha, pelo apoio durante toda vida.

A todos meus amigos que auxiliaram, cada um a sua maneira, na elaboração deste trabalho:

João Adolfo e Fernanda Botter, pelo companheirismo e alegria;

Marcio Robert e Luciano Lacerda, pelas discussões que formaram nosso espírito crítico;

Fabio Domingos e Karina Dalledone, pelo imprescindível incentivo na conclusão deste trabalho;

Aleverson Ecker, Karlla Wiezzer, Luis Fernando Farias e Priscila Frehse Pereira, pela leitura atenta dos textos, apoio com as imagens e discussões;

Fabio Salvatti e Paulo Emílio, pela hospedagem em São Paulo;

Aline Figueiredo de Albuquerque, por compartilhar a experiência do mestrado recém-concluído;

Às professoras Gislene Pereira, Madianita Nunes da Silva e Olga Firkowski, pela conversas sempre elucidativas.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é avançar o conhecimento sobre como são produzidas as desigualdades sócio-espaciais em Curitiba. Argumenta-se que essas desigualdades são resultado da forma como ocorre a valorização da terra e sua apropriação pelas diferentes camadas sociais, e que em Curitiba esses arranjos são articulados em torno da prática do planejamento urbano. Para aprofundar essa discussão foi escolhido como objeto de estudo o caso específico do Ecoville. Originalmente concebida na década de 1970 sob a denominação de Conectora 5, essa área deveria ser uma nova frente de expansão urbana que evitaria a ocupação de áreas impróprias na cidade. Contudo sua implantação ocorreu de maneira totalmente oposta, produzindo uma área com baixa densidade populacional voltada para camadas de alta renda. O estudo do Ecoville contribui para a compreensão das desigualdades espaciais em Curitiba porque evidencia as contradições que são produzidas em torno da valorização da terra, e qual o papel da prática do planejamento urbano nesse processo.

ABSTRACT

The goal of this paper is to further the discussion about the production of socially and spatially uneven urban development in Curitiba. It is argued that this urban inequality results from the manner that land values and ways of occupation by different social classes are established, and that in Curitiba these relations are articulated around of the practice of urban planning. A case study was then specified to exemplify this discussion: Ecoville. Originally conceived in the 1970's under the name Conectora 5, this area was intended to be a new urban front that would avoid new settlements at improper areas within the city. However, its implementation followed a totally different path, creating a low density development only suitable for higher income groups. The Ecoville case broadens the understanding on how the urban inequalities are created within Curitiba because it reveals the contradictions that stir around land values, and the role urban planning practice plays in this process.

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1. População da RMC.....	40
Tabela 2. Famílias por classes de rendimento familiar mensal (salário-mínimo) da RMC em 2000.....	41
Tabela 3. Número de imigrantes intra-metropolitanos de data fixa por classes de renda média mensal per capita da RMC entre 1995/2000.....	41
Tabela 4. Produção habitacional da COHAB-CT na Área Sul da CIC.....	76
Tabela 5. Produção habitacional da COHAB-CT na CIC e em Curitiba.....	95
Tabela 6. Produção habitacional da COHAB-CT planejada e construída na CIC.....	96
Tabela 7. Proprietários de terra na Conectora 5.....	110
Tabela 8. Número de edifícios residenciais com mais de 4 pavimentos construídos na Conectora 5 e em Curitiba.....	118
Tabela 9. Legislação urbana na Conectora 5.....	126
Tabela 10. Edifícios construídos no Ecoville.....	131
Tabela 11. Chefes de domicílios por classe de renda no Mossunguê e em Curitiba.....	136
Tabela 12. Número de domicílios total e em ocupações irregulares na CIC.....	142
Tabela 13. Incremento domiciliar total e em ocupações irregulares na CIC.....	143

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1. Principais intervenções urbanas realizadas em Curitiba.....	33
Figura 2. Valor da terra em Curitiba em 2000.....	36
Figura 3. Evolução da ocupação urbana na RMC	40
Figura 4. Ocupações irregulares na RMC em 2000.....	43
Figura 5. Ocupação urbana de Curitiba em 1971.....	67
Figura 6. Esquema do zoneamento de uso do solo de Curitiba.....	70
Figura 7. Plano massa das vias conectoras.....	71
Figura 8. Zoneamento de Curitiba – Lei nº 4199 e 4773.....	72
Figura 9. Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba.....	75
Figura 10. Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba.....	78
Figura 11. Vazios urbanos em Curitiba.....	84
Figura 12. Área declarada de utilidade pública para desapropriação pelo decreto municipal nº 1023 de 1979.....	86
Figura 13. Área declarada de utilidade pública para desapropriação pelo decreto municipal nº 145 de 1980.....	87
Figura 14. Preço da área bruta na Conectora 5 (UPC/m ²).....	89
Figura 15. Valorização projetada na Conectora 5.....	90
Figura 16. Áreas adquiridas pela COHAB-CT.....	92
Figura 17. Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba.....	94
Figura 18. Proprietários de terra na Conectora 5.....	109
Figura 19. Conectora 5 no início da década de 1980.....	119
Figura 20. Ecoville com o centro da cidade ao fundo.....	127
Figura 21. Anúncios imobiliários de edifícios no Ecoville.....	130
Figura 22. Edifícios construídos no Ecoville.....	132
Figura 23. Preço da terra na Conectora 5 em 1980 (US\$/m ²).....	134
Figura 24. Preço da terra na Conectora 5 em 2007 (US\$/m ²).....	135
Figura 25. Localização do bairro Mossunguê.....	136
Figura 26. Síntese da ocupação da CIC.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP – Associação Comercial do Paraná

ADEMI - Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário

APEOP - Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas

APPUC - Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná

BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAFÉ DO PARANÁ - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná

CELEPAR - Centro Eletrônico de Processamento de Dados

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana

CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná

COHAB-CT – Companhia de Habitação de Curitiba

COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná

COMEC – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CURA - Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

EBTU – Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos

FIEP - Federação das Indústrias do Paraná

FMH – Fundo Municipal de Habitação

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM – Imposto de Circulação de Mercadorias

INOCOOP - Instituto de Orientação Cooperativista Habitacional

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS – Imposto sobre Serviços
NUC – Núcleo Urbano Central
PDC - Partido Democrático Cristão
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDS - Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDU - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
PPU – Plano Preliminar de Urbanismo
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
SAGMACS - Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECOVI - Sindicato de Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Estado do Paraná
SINDUSCON - Sindicato da Indústria da Construção Civil
SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo
TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UPC – Unidade Padrão de Capital
URBS – Companhia de Urbanização de Curitiba

SUMÁRIO

Página

Introdução.....	12
1.Planejamento e urbanização em Curitiba	16
1.1 A produção do espaço urbano.....	17
1.2 A cidade planejada.....	24
1.3 A cidade real.....	34
1.4. As coalizões de interesses.....	46
2. Planejando uma Nova Curitiba	62
2.1 CIC: uma nova direção de crescimento.....	63
2.2 Áreas Habitacionais e Vias Conectoras.....	71
3. Construindo uma cidade para poucos.....	97
3.1 A formação de uma coalizão de interesses.....	98
3.2 O surgimento do Ecoville.....	118
3.3 A urbanização desigual da CIC.....	139
Conclusão.....	150
Referências Bibliográficas	156

Introdução

Um tema recorrente nas pesquisas sobre Curitiba é o efeito do planejamento urbano na estruturação da cidade. Isso se deve à implantação de um modelo de desenvolvimento no qual a prática do planejamento urbano assumiu um lugar central dentro da administração pública. Isso resultou na realização de uma série de intervenções que tiveram acentuado impacto na urbanização de Curitiba. Implantado no início da década de 1970, esse modelo tornou-se hegemônico e tem sido utilizado até o presente momento. Sua legitimação está fundamentalmente na noção de que as decisões tomadas a partir de uma estrutura de planejamento urbano são eminentemente técnicas, portanto isentas e racionais.

A discussão sobre os efeitos desse modelo de desenvolvimento é polarizada por dois pontos de vistas. Um deles corresponde à visão oficial do grupo técnico-político que foi o responsável pela implantação e continuidade desse modelo. Esse ponto de vista argumenta que o processo de planejamento foi uma experiência exitosa, pois conferiu à cidade um espaço urbano qualificado, principalmente quando comparado com outras metrópoles brasileiras. A partir dessa noção construiu-se a imagem de Curitiba como uma cidade-modelo no Brasil. Tal visão encontrou ampla difusão no meio acadêmico e profissional, tanto no plano nacional quanto internacional.

O ponto de vista oposto foi desenvolvido por autores que passaram a questionar a noção de que esse modelo de desenvolvimento havia construído um espaço urbano qualificado. Argumentava-se que a análise do processo de urbanização em sua totalidade revelava profundas desigualdades. As intervenções propostas pelo planejamento urbano valorizaram o espaço urbano nas áreas centrais, elevando seu preço e com isso causando uma acentuada segregação sócio-espacial. Como forma de constatar as contradições da prática do planejamento urbano em Curitiba, essas pesquisas em geral enfatizaram as desigualdades decorrentes desse processo, ou seja, seus efeitos.

A presente pesquisa procura contribuir para a compreensão das contradições da prática do planejamento urbano em Curitiba a partir dessa perspectiva. Argumenta-se que o avanço dessa discussão deve procurar revelar as causas dessa desigualdade na produção do espaço, e não apenas constatar sua existência. Para tanto, foi escolhida como objeto de estudo uma área cuja valorização foi resultado direto do processo de planejamento urbano, para verificar quais foram os efeitos desse processo.

A área escolhida foi o Ecoville. Sua origem está ligada ao projeto do eixo viário denominado Conectora 5. Elaborado na década de 1970, esse projeto previa a transformação de uma área praticamente desabitada em uma nova frente de expansão urbana. No início da década de 1980 essa obra foi concluída, porém sua ocupação só teve início na década de 1990. A partir do início da exploração imobiliária a região da Conectora 5 recebeu o nome de Ecoville. Sua ocupação foi totalmente direcionada para as camadas de alta renda, tornando-a uma das regiões mais nobres de Curitiba.

A análise da produção do Ecoville contribui para construção de uma explicação da prática do planejamento urbano em Curitiba porque evidencia as contradições que são produzidas em torno da valorização da terra. Para alcançar esse objetivo este trabalho foi estruturado em três capítulos:

No Capítulo 1 serão apresentadas inicialmente questões teóricas acerca da produção do espaço fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida será recuperada a história do modelo de desenvolvimento orientado pela prática do planejamento urbano. Serão apresentados os planos elaborados a partir da década de 1960 e o processo de sua implantação durante a década de 1970. O resultado dessa análise corresponde à visão oficial do planejamento urbano em Curitiba. Em seguida serão apresentadas as críticas que foram elaboradas a esse processo, e que demonstraram o papel contraditório desse modelo. Para tanto, será analisado o contexto

político e institucional que condicionou a prática do planejamento urbano, bem como a relação permeável existente entre o poder público e os setores empresariais.

O Capítulo 2 tratará da ação do planejamento urbano em relação à Conectora 5, eixo viário ao longo do qual surgiu o Ecoville. A Conectora 5 fazia parte de um projeto mais amplo, a urbanização da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Assim, a compreensão do Ecoville exige a análise completa desse projeto. Os principais elementos responsáveis pela estruturação dessa urbanização eram as vias conectoras e as áreas habitacionais. Nesse capítulo será apresentado todo o processo de planejamento e execução desses elementos, com ênfase nos aspectos relativos à Conectora 5.

No Capítulo 3 será analisada a concretização do planejamento apresentado no capítulo anterior. Partindo da constatação de que a ocupação da Conectora 5 não seguiu as determinações originais, procura-se explicar as razões desse descompasso. Para isso serão analisados os conflitos que marcaram esse processo. Mobiliza-se aqui a argumentação teórica desenvolvida no Capítulo 1, que defende que o planejamento urbano de Curitiba foi um espaço de articulação das demandas dos setores empresariais.

Na conclusão as considerações dos capítulos anteriores serão analisadas em conjunto, com o objetivo de compreender como ocorre a divisão desigual do espaço, bem como o papel do planejamento urbano nesse processo.

1

Planejamento e urbanização em Curitiba

1.1 A produção do espaço urbano

O acentuado processo de urbanização que ocorreu mundialmente ao longo dos séculos XIX e XX foi acompanhado do esforço teórico em compreendê-lo. Diferentes abordagens foram desenvolvidas para explicar essas transformações. A perspectiva adotada nesta pesquisa segue a corrente de pensamento urbano de inspiração marxista. Essa perspectiva partiu do estudo do espaço urbano como uma manifestação física da organização social, enfatizando as contradições derivadas do modo de produção capitalista. Esses autores desenvolveram obras paralelas, cujo traço em comum era “[...] revelar os processos pelos quais o ambiente urbano assumira sua forma presente e, de outro, explicar as características da distribuição espacial desigual e as crises sociais associadas a ela.” (GOTTDIENER, 1993, p. 78).

É central nessa discussão a abordagem de Lefebvre, que parte do conceito de produto. Para ele o processo social é entendido como uma totalidade composta de dois aspectos: um aspecto subjetivo, que são as relações sociais de produção, e um aspecto objetivo, que são os produtos, a manifestação concreta das relações sociais que lhes dá forma.

Para Lefebvre o espaço é também um produto, porém com características especiais, pois ele tem a capacidade de interagir dialeticamente com o conjunto social. Por um lado “a estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem.” (LEFEBVRE, 2004, p. 60), mas ao mesmo tempo “[...] a estrutura urbana, uma vez criada, afeta o desenvolvimento futuro das relações sociais e a organização da produção.” (HARVEY, 1980, p. 265). Por isso Lefebvre considera que o espaço atua em diversos níveis. Ele é ao mesmo tempo um produto, uma força produtiva e um meio de reprodução das relações sociais.

Como o produto está diretamente ligado às relações de produção existentes, no modo de produção capitalista o espaço assume uma forma específica. As relações de produção capitalistas, baseadas na instituição da propriedade privada, fragmentam o espaço em parcelas, transformando-o em uma mercadoria.

Assim, para Lefebvre, no modo de produção capitalista o espaço apresenta um duplo aspecto: abstrato e social. Enquanto valor de uso o espaço é *social*, e está ligado à satisfação das necessidades humanas. Enquanto valor de troca o espaço é *abstrato*, ou seja, deve se adequar às exigências da realização das trocas de mercadorias. Para Gottdiener esse espaço abstrato é a “[...] exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado.” (GOTTDIENER, 1993, p. 131).

Para Lefebvre no modo de produção capitalista o espaço abstrato predomina sobre o espaço social, por isso o espaço é antes de tudo um meio de acumulação para o capitalista. É esse predomínio do espaço abstrato que faz com que surjam as desigualdades urbanas: “[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana.” (LEFEBVRE, 2004, p. 6).

Para compreender como a hegemonia do espaço abstrato produz essas desigualdades é preciso analisar o processo de valorização da terra e como se dá sua apropriação pelas diferentes camadas sociais.

O espaço urbano é um produto social, resultado das inúmeras intervenções humanas que dão forma à cidade (edificações, infra-estrutura). Porém, para Lojkin (1981) o principal valor de uso não está nessas intervenções em si, mas sim “[...] na propriedade que tem o próprio *espaço urbano de fazer com que se relacionem entre si os diferentes elementos da cidade.*” (p. 154, grifo no original).

Para Villaça (1998), o valor da terra é definido justamente nessa relação que os elementos urbanos estabelecem entre si. O fator mais importante é a acessibilidade que cada localização do espaço possui em relação ao sistema urbano como um todo. Essa acessibilidade é definida em função da noção de centralidade. O centro do espaço urbano é o “[...] ponto que otimiza os deslocamentos socialmente condicionados da comunidade como um todo.” (p. 239). Ou seja, as localizações mais favoráveis são aquelas que oferecem maior acessibilidade a esse ponto central. Nesse processo o Estado cumpre papel fundamental, pois é ele o principal responsável pela infra-estrutura urbana, fator decisivo na definição da acessibilidade.

A estruturação do espaço se dá através da disputa das classes sociais por essa acessibilidade ao centro, o que significa a “[...] disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos.” (VILLAÇA, 1998, p. 239).

As contradições da urbanização em uma sociedade capitalista resultam do fato de que embora produzido socialmente, o valor de localização é apropriado pelas camadas de alta renda devido ao controle que elas exercem sobre o espaço. Para Lefebvre (2008) “[...] a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo [...]. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado.” (p. 57).

Para Villaça as camadas de alta renda controlam o espaço urbano através de uma auto-segregação. Ao se concentrarem em um setor específico da cidade elas conseguem com maior facilidade direcionar a produção de localizações favoráveis.

Tudo isso faz com que as desigualdades de classe se manifestem, condicionando a distribuição social no espaço urbano. Aqueles com maior poder aquisitivo podem

escolher as melhores localizações, relegando as piores aos demais, produzindo a segregação espacial.

A causa dessas contradições deve então ser buscada nas relações sociais que produzem esse contexto, ou seja, como as localizações são produzidas e apropriadas socialmente.

Para isso é preciso considerar que o processo de acumulação de capital mediante a exploração da terra constitui-se em um circuito independente, denominado por Lefebvre (1999) de setor imobiliário. Partindo dessa constatação, diversos autores procuraram detalhar a estrutura desse setor. Para Gottdiener ele é composto pelos bens imóveis, que são as estruturas edificadas sobre a terra, por toda infra-estrutura que organiza o espaço e também pela terra ainda não desenvolvida. Esse mercado é operado por uma estrutura complexa, que envolve diversos agentes. Para Harvey (1980), o mercado de moradia, o mais significativo para configuração urbana devido a sua dimensão, apresenta os seguintes agentes: (i) usuários, (ii) corretores de imóveis, (iii) proprietários, (iv) incorporadores, (v) instituições financeiras, (vi) instituições governamentais.

Levando em conta todos esses aspectos Harvey (2006) afirma que a urbanização capitalista é “[...] um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas.” (p. 169-170).

Por isso, para Molotch e Gottdiener, a compreensão da origem das contradições espaciais exige a análise dessas práticas espaciais. De acordo com esses autores o espaço urbano é moldado pela articulação de grupos específicos interessados na exploração da terra como meio de acumulação de riqueza. Para Gottdiener (1993) a ação desses grupos é influenciada também por aspectos estruturais do capitalismo: “[...] as

atividades do setor da propriedade são o produto de uma conjunção complexa entre aspectos institucionais do capitalismo tardio e grupos que se unem para tirar proveito da reestruturação espacial.” (p. 220).

Para esses grupos atingirem seus objetivos é necessário que haja um contínuo estímulo do crescimento urbano, pois a expansão do uso do solo representa a ampliação das possibilidades de auferir lucros.

Para Molotch esses grupos formam *coalizões de interesses*, geralmente compostas por membros da elite local, pois eles estão diretamente ligados à propriedade da terra. Nesse sentido é mais comum, por exemplo, a participação de empresários locais do que de empresários de grandes corporações, cujos interesses tendem a estar dispersos globalmente. Além desses, também participam outros grupos que não estão diretamente vinculados à propriedade da terra, mas sim ao crescimento urbano de maneira geral, como comerciantes, por exemplo.

Gottdiener enfatiza o uso que esses grupos fazem da ideologia da necessidade de crescimento urbano, e por isso denomina essa articulação de interesses de *redes de crescimento*. Para ele essas redes são bastante heterogêneas, podendo dela fazer parte frações capitalistas que competem entre si e até trabalhadores. Outro aspecto dessas redes é o fato de que pode existir mais de uma agindo no mesmo espaço. Estas características fazem com que a ação das redes de crescimento seja essencialmente não coordenada, e tenha como efeito a produção de um espaço desordenado e desigual.

O papel do Estado nesse processo é fundamental, pois tanto o crescimento quanto a produção de valor do localização no espaço urbano é profundamente influenciado pela ação estatal. A questão é que os recursos do Estado são limitados. Assim o centro da dinâmica política local é organizado em torno da disputa por esses recursos: “this is the politics which determines who, in *material terms*, gets what, where

and how. This is the kind of politics we must talk about at the local level: it is the politics of distribution, and land is the crucial (but not only) variable in this system.” (MOLOTCH, 1976, p. 313-314).

Por isso essas coalizões pressionam o Estado para que ele estimule o crescimento urbano e direcione em seu favor a aplicação de recursos, de maneira a obter vantagens localizacionais. A participação dessas coalizões no processo político decisório a respeito da repartição dos recursos públicos é frequentemente ocultado. É um processo “largely unseen, and relegated to negotiations within committees (when it occurs at all within a formal government body) [...]” (MOLOTCH, 1976, p. 313).

Mais do que isso essas redes de crescimento podem também ser formadas por agentes do setor público. Para Gottdiener esse processo pode ser tanto estrutural, na medida em que os governos se comprometem politicamente com a ideologia do crescimento, como também pode ser um processo específico, no qual agentes públicos utilizam seu poder em benefício próprio:

[...] num estudo de caso de um distrito de Long Island revelou-se que um grupo seletivo de líderes políticos, funcionários da cidade, advogados, empreendedores e especuladores trabalhavam em conjunto para explorar o crescimento para seus próprios e múltiplos propósitos. (GOTTDIENER, 1993, p. 224).

Essa análise revela então como a produção do espaço é um processo social, que envolve diversos agentes, e que é quase sempre político, na medida em que o Estado precisa se posicionar frente a interesses conflitantes. Para Harvey (2006), devido a sua complexidade, esse processo de empreendedorismo urbano assume formas diversas dependendo das circunstâncias de cada local.

Análises realizadas por alguns autores nacionais revelam como as idéias apresentadas acima podem ser úteis para explicação da questão urbana brasileira. Para esses autores, a formação do capitalismo no Brasil teve reflexos profundos no processo de urbanização e em suas principais contradições.

Para Maricato (1996), um dos traços marcantes do processo urbano brasileiro é a dominação exercida através da propriedade da terra, que articula o poder político, econômico e social, estabelecendo uma divisão entre os proprietários fundiários e aqueles que não tem possibilidade de comprar terras.

Por isso o modelo de regulação estatal brasileiro sobre as formas de valorização do espaço urbano favoreceu historicamente os grupos sociais dominantes. Bonduki (2004), Maricato (1996, 2002a, 2002b), Rolnik (1997), Villaça (1998) entre outros, revelam como a urbanização brasileira apresentou a seguinte regularidade: a intervenção do Estado, ao invés de atender ao interesse coletivo, e ser portanto distribuída pelo espaço de acordo com as necessidades sociais, foi direcionada para áreas específicas das cidades, geralmente aquelas onde se concentram as camadas de alta renda. Nesse processo é marcante a ação de coalizões de interesses que procuram direcionar a ação estatal em benefício próprio:

As obras de infra-estrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia. Proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais. (MARICATO, 2002b, p.157).

Essa intervenção estatal, ao beneficiar certas áreas em detrimento de outras, acentuou os diferenciais de localização, promovendo uma elevação do preço da terra. Tal processo originou um mercado imobiliário formal restrito que limitou o acesso de grande parte da população aos espaços urbanos mais valorizados. Estabeleceu-se assim a segregação espacial, pois àqueles que não conseguiram inserir-se nesse mercado restou ocupar áreas com baixo valor fundiário, portanto periféricas e com pouco investimento público. Um dos traços marcantes da urbanização brasileira é portanto a formação de um mercado informal de acesso à moradia, no qual a invasão de terras sem interesse para o mercado imobiliário se tornou um expediente generalizado.

Conclui-se a partir disso que a urbanização brasileira é composta de duas faces opostas que são resultado da mesma dinâmica que gira em torno de como se dá a valorização da terra e sua apropriação pelas diferentes camadas sociais.

Todas essas considerações sobre o processo de urbanização brasileiro entram em choque com a imagem que se generalizou acerca de Curitiba. A cidade é reconhecida por ter desenvolvido uma prática continuada de planejamento urbano, que teria feito com que a urbanização seguisse critérios técnicos, voltados para o interesse coletivo, e não critério políticos ou econômicos de grupos específicos. Entende-se que o resultado dessa prática foi a construção de um espaço urbano qualificado, que minimizou os problemas urbanos que são comuns nas demais metrópoles brasileiras.

Ou seja, de acordo com esse discurso, em Curitiba, graças a existência de planejamento, a urbanização não foi definida por coalizões de interesse e não seguiu o padrão brasileiro de exclusão. Para compreender os limites dessa argumentação apresenta-se a seguir uma análise do planejamento urbano de Curitiba.

1.2 A cidade planejada

De acordo com o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), em relatório elaborado para analisar os instrumentos de planejamento e gestão urbana de Curitiba, a prática de planejamento urbano é o produto de uma “[...] longa tradição de controle urbanístico presente na cidade desde a virada do século.” (IPEA, 2002, p. 89). Por essa perspectiva houve um desenvolvimento gradual e constante da ação do Estado que construiu paulatinamente um campo propício para prática do planejamento urbano.

Essa trajetória remonta a 1895, quando foi aprovado o Código de Posturas Municipal, a primeira medida formal visando a organização do espaço urbano. Souza

(1999) destaca que entre as décadas de 1920 e 1940 engenheiros assumiram posições de comando no governo municipal, reforçando uma visão técnica sobre a gestão urbana.

Esse processo culminou com a decisão da Prefeitura de Curitiba de elaborar um plano urbanístico para cidade. O Plano Agache, elaborado em 1943, é considerado o ponto inicial do processo de planejamento urbano moderno em Curitiba. Tipicamente funcionalista, esse plano organizava a cidade de maneira radiocêntrica, priorizando o sistema viário e a setorização das funções urbanas. No entanto, a influência do Plano Agache sobre a configuração do espaço urbano foi reduzida, pois a implantação de suas diretrizes foi apenas parcial.

A partir da década de 1960 começaram as discussões sobre a elaboração de um novo plano para cidade, dada a defasagem do Plano Agache. Em 1965 foi contratada para elaborar um plano preliminar de urbanismo a Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. em colaboração com Jorge Wilhein – Arquitetos Associados. Para auxiliar a empresa foi formada uma equipe local, com técnicos oriundos do Departamento de Planejamento e Urbanismo, que passou a se chamar Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC).

O Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba (PPU) elaborou um diagnóstico da situação urbana da cidade apontando suas principais deficiências e definiu as seguintes propostas para corrigi-las: (i) induzir um crescimento linear da cidade no sentido nordeste – sudoeste; (ii) desenvolver um sistema polinucleado, por meio de centros secundários, para evitar uma extrema concentração de funções no centro da cidade; (iii) adensar a cidade, tanto pelo incentivo à verticalização em várias zonas residenciais, quanto pela contenção da expansão urbana.

O PPU previa que após sua finalização a elaboração e implantação do Plano Diretor ficariam a cargo da equipe local de acompanhamento, que se tornaria

permanente. Cumprindo esta determinação, ainda em 1965 a APPUC transformou-se no IPPUC. O Plano Diretor foi aprovado em 1966, e consistia em uma lei de zoneamento e ocupação do solo baseada nas propostas do PPU. Algumas dessas propostas foram mantidas, outras descartadas: (i) manteve-se a diretriz de orientar o crescimento da cidade de maneira linear; (ii) a proposta de criação de centros secundários foi completamente abandonada; (iii) a proposta de adensar a ocupação urbana foi alterada porque as zonas que permitiam verticalização foram restringidas e concentradas ao longo das vias estruturais, e também porque o perímetro urbano foi aumentado.

Apesar de aprovado o Plano Diretor não foi implantado. Sua influência na estruturação da cidade foi bastante limitada, restringindo-se basicamente à aplicação de parâmetros de uso e ocupação do solo. O IPPUC apontou esta característica quando analisou o papel do planejamento urbano no período 1966-1971: “o modelo de desenvolvimento adotado vinha sendo utilizado apenas como referência e instrumento disciplinador, atuando mais em sentido preventivo e somente em alguns casos definindo normas objetivas de ação.” (IPPUC, 1976b, não paginado).

Este quadro foi alterado em 1971 quando Jaime Lerner, então presidente do IPPUC, foi nomeado prefeito. Em sua gestão, e nas duas seguintes, Saul Raiz (1975-1978) e Jaime Lerner (1979-1982), todas pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), implantou-se um modelo de desenvolvimento que tinha o planejamento urbano como instrumento central. Com isso, de acordo com o próprio IPPUC:

[...] alguns fatos novos começaram a ocorrer. [...] Os estudos que vinham sendo desenvolvidos desde 1965 [...] puderam então chegar ao único estágio que lhes daria sentido: o da execução. O princípio de desenvolvimento para Curitiba, que era o resultado do detalhamento das diretrizes do IPPUC, começou a deixar de ter apenas sentido ordenador ou orientador da ação. Na verdade, incorporou-se à própria ação. A partir de 1970, o planejamento começou a passar da teoria à prática. E a cidade ganhou, pela primeira vez, uma direção definida para onde caminhar. “Prever para prover” é da própria essência do planejamento. E isso se fez em Curitiba. (IPPUC, 1975b, não paginado).

As metas principais desse modelo foram: “[...] propiciar o equipamento global da cidade, nos diversos setores; e deflagrar um processo de industrialização no município, de forma a assegurar o respaldo econômico ao crescimento urbano.” (IPPUC, 1976b, não paginado).

A intervenção mais significativa ocorreu no sistema de circulação da cidade, englobando o sistema viário e de transporte coletivo, através da implantação dos eixos estruturais. A idéia era que esses eixos se tornassem vetores de expansão urbana, induzindo um crescimento linear na cidade.

A proposta de induzir um crescimento linearizado estava presente desde o PPU, que propunha uma expansão urbana na direção nordeste-sudoeste. No entanto, nesse plano os eixos estruturais não eram os principais responsáveis por essa indução, sua função principal era a ligação viária. O crescimento linear seria alcançado pelo estímulo ao adensamento construtivo na direção nordeste-sudoeste, e pela contenção da ocupação urbana nas demais áreas.

Foi a partir do Plano Diretor que os eixos passaram a ter caráter estruturante. No Plano Diretor o adensamento construtivo ficou restrito às áreas adjacentes aos eixos estruturais, definidos como avenidas de 30 m de largura ocupadas por torres de habitação com altura obrigatória de 63 m.

No modelo de desenvolvimento implantado a partir de 1971 o caráter estruturante dos eixos foi mantido, porém foi desenvolvida uma nova concepção, chamada de sistema trinário, que tinha como objetivo integrar três aspectos da urbanização: ocupação do solo, sistema viário e transporte coletivo.

A configuração dos eixos estruturais sofreu modificações em relação ao determinado no Plano Diretor em virtude da dificuldade de implantação de avenidas de 30 m de largura cortando toda cidade. Por isso foi desenvolvido um desenho alternativo

que interferia menos na malha urbana. Esse sistema era composto por um conjunto de três vias paralelas, separadas uma da outra por um quarteirão:

- A via central possuía quatro pistas. As duas pistas centrais, denominadas de canaletas, eram exclusivas para o transporte coletivo. Margeando cada lado da canaleta havia uma pista de fluxo lento para veículos.

- As duas vias paralelas à via central eram compostas por quatro pistas, todas com sentido único de tráfego. Uma via paralela ia em direção ao bairro e a outra em direção ao centro. Eram vias de fluxo rápido destinadas a estabelecer uma ligação eficiente entre os extremos da cidade.

A essa infra-estrutura de circulação articulava-se uma determinada ocupação do solo. No Plano Diretor os parâmetros estipulavam a construção de torres isoladas com altura obrigatória de 63 m ao longo dos eixos estruturais. As alterações realizadas passaram a permitir uma ocupação mais adensada nos quarteirões existentes entre as vias que compunham os eixos estruturais, estabelecendo nessa zona os maiores parâmetros construtivos da cidade. Permitia-se também o uso residencial, comercial e de serviços – limitando porém equipamentos urbanos que gerassem tráfego intenso. A idéia era desconcentrar o centro da cidade, deslocando esses usos para os eixos estruturais.

Um dos principais benefícios do sistema trinário deveria ser a economia. Os maiores investimentos em infra-estrutura por parte do Estado aconteceriam em áreas onde haveria maior densidade populacional, o que reduziria o custo final de urbanização.

Nesse modelo de desenvolvimento os eixos estruturais eram o elemento que articulava todo espaço urbano. Em relação ao sistema viário grande parte do fluxo dos bairros foi direcionado para os eixos estruturais, que continham as principais vias de

ligação da cidade. Da mesma maneira funcionava o sistema de transporte coletivo, através da articulação entre as linhas expressas contidas nos eixos estruturais e as linhas alimentadoras, realizada em terminais de integração. Os usos também seguiam a mesma hierarquia. Isso acontecia por meio de um zoneamento escalonado, onde os parâmetros construtivos eram progressivamente reduzidos à medida em que as zonas se afastavam dos eixos estruturais.

Os primeiros eixos estruturais implantados foram o norte e sul, cujas obras começaram em 1971 e foram concluídas em 1974. Em 1977 foi inaugurado o eixo Boqueirão¹, e em 1980 foram inaugurados os eixos estruturais leste e parte do oeste. A complementação do eixo estrutural oeste foi concluída em 1983, e é o objeto de estudo da presente pesquisa. Por isso seu planejamento, execução e ocupação serão detalhados nos próximos capítulos.

Outra ação marcante realizada a partir da adoção desse modelo de desenvolvimento foi o desencadeamento do processo de industrialização de Curitiba. Vários estudos vinham sendo elaborados desde a década de 1960, mas foi a partir da gestão Lerner que se deu sua concretização. Em 1973 foi estabelecida uma extensa área na região oeste da cidade para criação de um distrito industrial. A implantação da CIC ocorreu ao longo de toda década de 1970 com um aporte financeiro significativo, tanto do governo municipal quanto do estadual. Além da importância dos efeitos econômicos da CIC sua implantação teve efeitos profundos também sobre a estruturação urbana. A região oeste era uma área praticamente desabitada da cidade, e a implantação da CIC impulsionou sua urbanização.

¹ Neste eixo o sistema trinário não foi implantado de maneira completa. Foi executada apenas a via central, com a pista exclusiva para ônibus e as duas pistas laterais de tráfego lento destinadas a veículos. Além disso, os parâmetros construtivos não permitiam o adensamento construtivo.

Houve também intervenções no centro da cidade. Para o PPU a área central apresentava uma exagerada concentração de funções, fato que afetava negativamente seu uso. Por isso elaborou-se a proposta de distribuir essas funções ao longo dos eixos estruturais. Com essa desconcentração o centro poderia assumir um novo papel na estrutura urbana. A proposta era transformar a área central no principal espaço de encontro da cidade. A materialização dessa proposta ocorreu em 1972 com a transformação da principal rua do centro da cidade, a Rua XV, em um calçadão exclusivo para pedestres.

Finalmente, houve a criação de diversos parques (Barreirinha, São Lourenço e Barigui). A justificativa para sua execução foi a avaliação realizada no PPU de que Curitiba possuía pouca área verde disponível aos habitantes, principalmente se levado em conta o crescimento demográfico previsto.

Esse modelo de desenvolvimento apresentou um hiato durante a década de 1980, quando entre 1983 e 1988 Curitiba foi administrada por duas gestões seguidas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Maurício Fruet e Roberto Requião. A ação administrativa dessas gestões foi construída em oposição ao modelo anterior, e por isso a prática do planejamento urbano não teve o mesmo destaque. Principalmente durante a gestão de Requião o IPPUC perdeu sua hegemonia na administração pública, deixando de ter o papel centralizador que vinha exercendo até então.

Na gestão de Fruet o IPPUC elaborou o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), cujas diretrizes apresentavam um novo modelo de organização espacial. Ao invés de um crescimento linear induzido pelos eixos estruturais foi proposto um sistema policêntrico, que contava com cinco subcentros, estabelecendo uma configuração radial. No entanto o PMDU não chegou a ser implantado.

Nesse período a ação estatal foi reorientada para as áreas periféricas, através da execução de infra-estrutura urbana e de equipamentos públicos, tais como creches, escolas, postos de saúde, mercados populares. Também se procurou descentralizar o processo político por meio da criação de administrações regionais.

Em 1989 Jaime Lerner assumiu novamente o cargo de prefeito, desta vez pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), reiniciando uma nova hegemonia que se estende até o presente momento. Todos os prefeitos subseqüentes - Rafael Greca, eleito pelo PDT (1993-1996), Cássio Taniguchi, eleito pelo PFL (Partido da Frente Liberal) (1997-2000 e 2001-2004) e Beto Richa, eleito pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) (2005-2008 e 2009-2012) podem ser identificados como seguidores desse modelo de desenvolvimento baseado na prática do planejamento urbano.

Houve, no entanto, uma mudança de paradigma em relação ao modelo de desenvolvimento posto em prática na década de 1970: os projetos de larga escala foram abandonados em favor de intervenções pontuais.

As principais realizações das gestões Lerner e Greca foram a construção de equipamentos de lazer (Ópera de Arame, Pedreira Paulo Leminski, Rua 24 horas), de parques e bosques (Alemão, Caiuá, Diadema, Fazendinha, Jardim Botânico, Gutierrez, Passaúna, Pilarzinho, Portugal, Reinhard Maack, Tanguá, Tingui, Tropeiros, Zanielli) e de serviço público (Farol do Saber e Ruas da Cidadania). Na área de transporte coletivo houve a criação do sistema ligeirinho, baseado no uso de estações de ônibus de embarque antecipado (estações-tubo). Além disso, também foi desenvolvido um programa de coleta seletiva do lixo.

Nas gestões de Cássio Taniguchi o planejamento foi estruturado em projetos estratégicos, abrangendo diferentes áreas e sob a coordenação do IPPUC. Um dos projetos era a revisão do Plano Diretor de 1966. Aprovado em 2000 o novo Plano

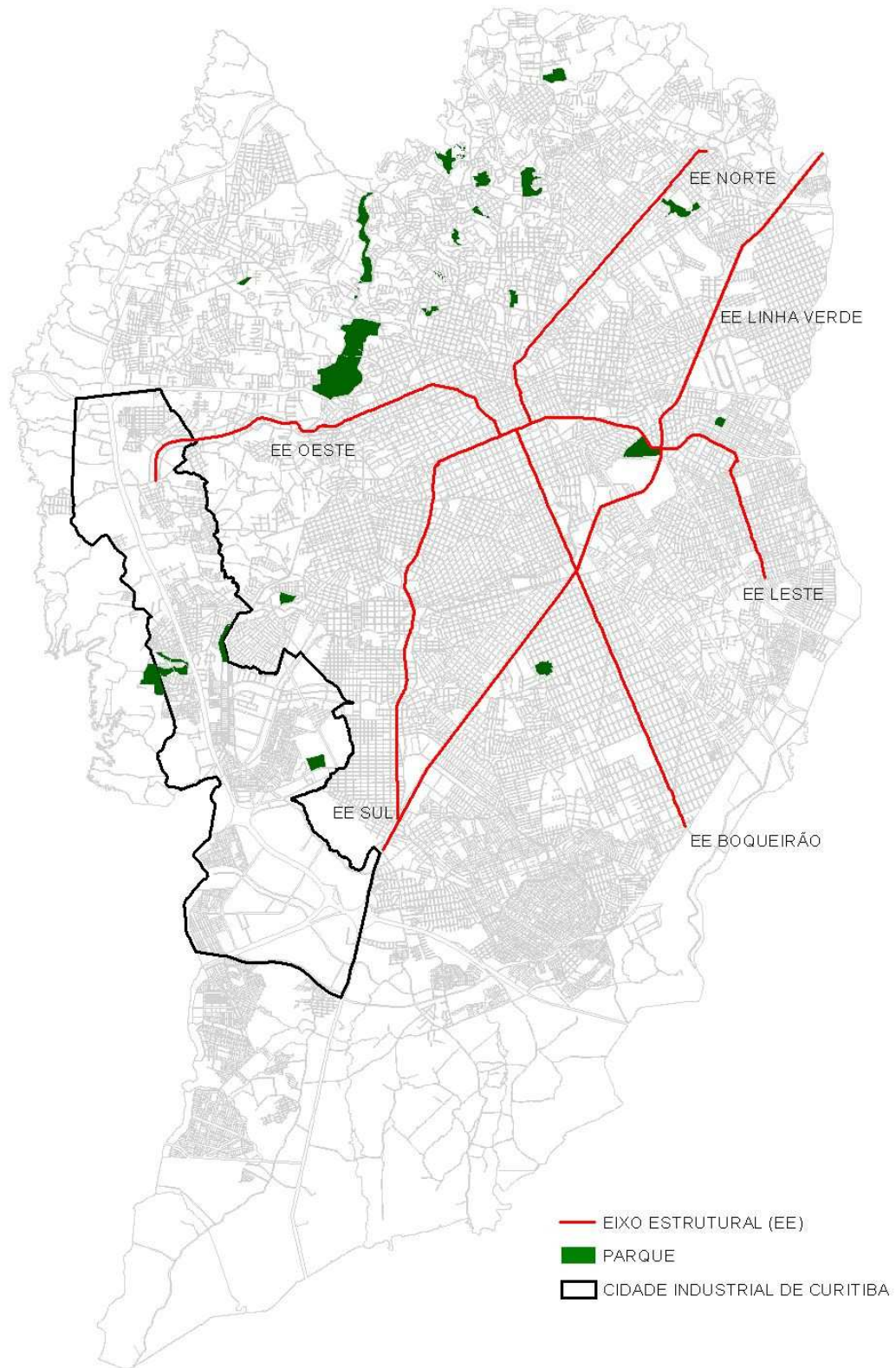
Diretor seguiu os mesmos princípios ordenadores existentes. A principal novidade foi a criação de novos eixos de adensamento na cidade, sendo o principal deles ao longo da BR-116.

Nas gestões de Beto Richa a realização de maior porte foi a execução do projeto de urbanização da BR-116, denominado Linha Verde. A conclusão de um contorno rodoviário permitiu a transformação dessa rodovia em uma via urbana. O projeto seguiu o padrão dos eixos estruturais: o sistema viário conta com uma pista exclusiva para transporte coletivo e o zoneamento permite o adensamento da região. Espera-se que a Linha Verde favoreça a integração com os municípios da região metropolitana.

É importante também destacar que houve a partir da década de 1990 a adoção de uma estratégia de marketing. Todas as intervenções realizadas nesse período, somadas ao resgate daquelas realizadas na década de 1970 foram mobilizadas para construir determinadas imagens-síntese com o objetivo de transmitir a idéia de que a prática do planejamento urbano de Curitiba era responsável pela construção de um espaço urbano qualificado. Curitiba foi sucessivamente apresentada como sendo a “capital ecológica”, “cidade de primeiro mundo”, “capital da qualidade de vida”, “capital tecnológica”, “capital social” (SÁNCHEZ, 2003). Essas imagens foram amplamente disseminadas, chegando a alcançar repercussão internacional.

Foi assim que a noção de que o planejamento urbano em Curitiba é uma experiência exitosa encontrou ampla aceitação, tanto no meio técnico e acadêmico como entre a população em geral. Para Segawa (2002), por exemplo, “Curitiba significou uma possibilidade real de desenvolver planos urbanos de forma bem-sucedida. A experiência tornou-se paradigmática em termos brasileiros e, atualmente, o padrão de qualidade de vida da cidade chama a atenção dos técnicos do mundo.” (p.179).

Figura 1. Principais intervenções urbanas realizadas em Curitiba



Fonte: IPPUC. Dados trabalhados pelo autor.

1.3 A cidade real

Principalmente a partir da década de 1990, diversos pesquisadores passaram a questionar o discurso hegemônico de que a prática de planejamento urbano havia transformado Curitiba em uma cidade modelo. Argumentava-se que a análise da totalidade do processo de urbanização de Curitiba revelava as mesmas desigualdades sócio-espaciais encontradas nas demais metrópoles brasileiras.

Partia-se da noção de que as intervenções urbanas realizadas de fato construíram um espaço qualificado, porém restrito a determinadas áreas da cidade. A ação estatal em Curitiba seguiu assim o padrão brasileiro de concentrar os investimentos públicos nas áreas tradicionalmente ocupadas pelas camadas de alta renda, acentuando a diferenciação de valorização da terra, e com isso reforçando o processo de segregação sócio-espacial.

Historicamente em Curitiba as camadas de alta renda se concentraram nas áreas próximas ao centro, acompanhando as principais estradas de acesso, localizadas à nordeste e à sudoeste. No entanto, desde a década de 50 a área à leste da BR-116, localizada na várzea do Rio Iguaçu, e por isso sujeita a inundações, já estava sendo ocupada pela população de baixa renda por meio de loteamentos clandestinos.

O processo de planejamento urbano iniciado em 1965 com o PPU não reverteu essa dualidade, pelo contrário, a reforçou. Para Souza (2001) as propostas do PPU promoveram uma classificação do espaço que foram decisivas para construção da segregação espacial na cidade. O PPU desconsiderou a ocupação existente a leste da BR-116, caracterizando-a como anômala. “Desejaríamos insistir no caráter inorgânico desta ampliação de Curitiba.” (WILHEIN, 1965, p. 82). Determinou-se que a ocupação à leste não deveria ser estimulada e que os investimentos públicos deveriam reforçar a tendência “natural” de crescimento da cidade no sentido nordeste-sudoeste. Os

primeiros eixos estruturais foram planejados exatamente para consolidar essa tendência.

O modelo de desenvolvimento implantado em Curitiba a partir da década de 1970 seguiu essa lógica. As intervenções propostas pelo planejamento urbano qualificaram o espaço urbano de Curitiba de maneira desigual, favorecendo as áreas centrais em detrimento das periféricas. O resultado foi a acentuação da diferenciação do valor da terra, reforçando a segregação sócio-espacial existente.

O maior exemplo são os eixos estruturais. De acordo com Villaça, a produção de valor da terra está diretamente ligada à acessibilidade ao sistema urbano. Assim, como toda circulação urbana de Curitiba estava organizada em torno dos eixos estruturais, eles se tornaram localizações privilegiadas. Isso causou a elevação do preço da terra nessas áreas, fazendo com que os eixos estruturais se tornassem também eixos de valorização imobiliária.

Os preços altos da terra coincidem com as áreas que apresentam maior mobilidade, garantida pela infra-estrutura viária e acessibilidade, ou seja, onde o sistema de transporte coletivo garante, ao longo dos principais eixos de comunicação, tempos menores de deslocamento até o centro. (COMEC, 2006, p.140).

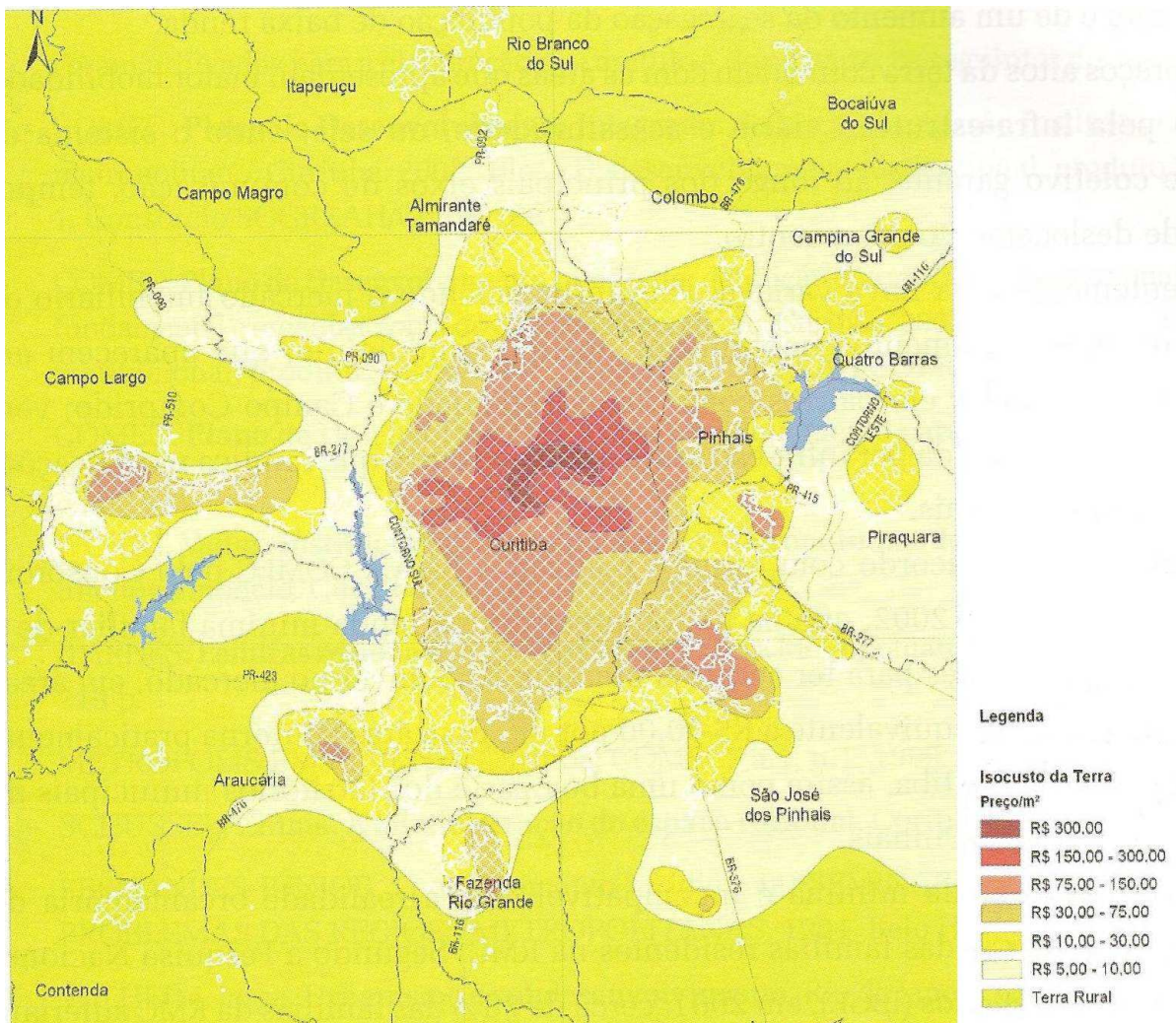
A análise de Zamberlan (2006) sobre a valorização da terra nos eixos estruturais norte e sul, entre a elaboração do PPU até a conclusão das obras revela a dimensão desse processo: “Em dez anos – do lançamento do Plano Preliminar até a efetiva construção das estruturais, os imóveis tiveram uma valorização para o Setor Norte de 555,55% e o Setor Sul de 603,54%.” (p. 157).

Para Souza (2001), a execução dos eixos estruturais evidencia como Curitiba seguiu o padrão brasileiro de concentrar os investimentos públicos nas áreas tradicionalmente ocupadas pelas camadas de alta renda:

O efeito mais visível da insistência “técnica” em escolher o sentido nordeste-sudoeste como prioritário para instalação dos eixos estruturais foi garantir um valor suplementar aos espaços centrais já valorizados e gerar um estoque para sua expansão. (p. 120).

Dessa maneira esse modelo de desenvolvimento contribuiu decisivamente para construção de uma determinada espacialização da valorização da terra em Curitiba. A figura 2 mostra como os maiores valores do preço da terra estão concentrados na área central de Curitiba.

Figura 2. Valor da terra em Curitiba em 2000



Fonte: COMEC, 2006.

O resultado dessa concentração da valorização da terra foi, como em outras cidades brasileiras, a produção da segregação sócio-espacial. A criação de um espaço qualificado restringiu o acesso da maior parte da população, direcionando a ocupação da

população de baixa renda para áreas periféricas. De acordo com Moura (2001), “a valorização das áreas servidas pelos eixos e a possibilidade eficiente de circulação viária induziram a ocupação de baixa renda aos espaços ambientalmente precários da porção sul da cidade.” (p. 212).

De acordo com Albuquerque (2007), a partir da implantação desse modelo de desenvolvimento houve o crescimento da produção informal de moradia. Do total de novos domicílios surgidos em Curitiba entre 1970 e 2000, 16% se deu em ocupações irregulares². A proporção de ocupações irregulares no total de domicílios da cidade passou de 1,76% em 1970 para 11,96% em 2000 (IPPUC, 2000). A análise da evolução das ocupações irregulares demonstra seu crescimento nos bairros periféricos, enquanto nas regiões centrais de Curitiba ocorre o processo inverso. “Essas evidências demonstram, portanto, a existência de um processo acentuado de periferação/favelização da população pobre na ‘cidade-modelo’.” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 57).

É importante ressaltar como esse modelo de desenvolvimento produziu uma forma de apartação social mediada. Os eixos estruturais acentuavam os diferenciais de valorização da terra que causavam a segregação, mas ao mesmo tempo possibilitavam a interligação das áreas periféricas à área central de maneira eficiente. Com isso eles tornavam-se funcionais para construção da segregação espacial.

Nesse sentido, o êxito do sistema de transporte, celebrado com vigor pela administração e pela mídia, traduz-se pela eficiência em viabilizar um distanciamento cada vez maior das classes populares, porém sem as isolar completamente. (SOUZA, 2001, p. 119).

Mas as maiores contradições podem ser constatadas examinando o processo de urbanização para além dos limites administrativos de Curitiba. Na década de 1970 a

² De acordo com o IPPUC ocupações irregulares são os assentamentos urbanos existentes em áreas de propriedade de terceiros, sejam elas públicas ou privadas (IPPUC, 2005).

população da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi a que mais cresceu no país, apresentando uma taxa de 5,8 % ao ano. Este crescimento foi resultado de uma profunda reestruturação produtiva ocorrida no meio rural paranaense, que causou a desocupação de grande parte da mão-de-obra, criando as condições para um acentuado êxodo rural.

Esse fluxo migratório, formado majoritariamente por uma população de baixa renda, foi em grande parte direcionado para a RMC, devido à atração exercida pelo dinamismo econômico que ela vinha apresentando. No entanto, a maior parte dessa população migrante foi direcionada para os municípios limítrofes à Curitiba, configurando um padrão de segregação centro-periferia. Para Moura e Ultramarini (1994) o principal fator responsável desse processo,

[...] está ligado ao custo da terra e às restrições impostas pelo planejamento urbano de Curitiba que direcionaram a ocupação para áreas contíguas ao pólo, em territórios de outros municípios. Esses ofereciam disponibilidade de terra parcelada e de menor valor, aliada à acessibilidade ao pólo, garantindo a moradia a uma faixa da população economicamente ligada às atividades do secundário e terciário concentradas em Curitiba. (p. 9).

Assim, o processo de segregação observado dentro do município de Curitiba ocorreu também na escala metropolitana. As intervenções urbanas realizadas nesse período, bem como o controle exercido no parcelamento do solo através da imposição de padrões mínimos de urbanização, elevaram o preço da terra em Curitiba, restringindo a ocupação do espaço urbano por parte da população de baixa renda.

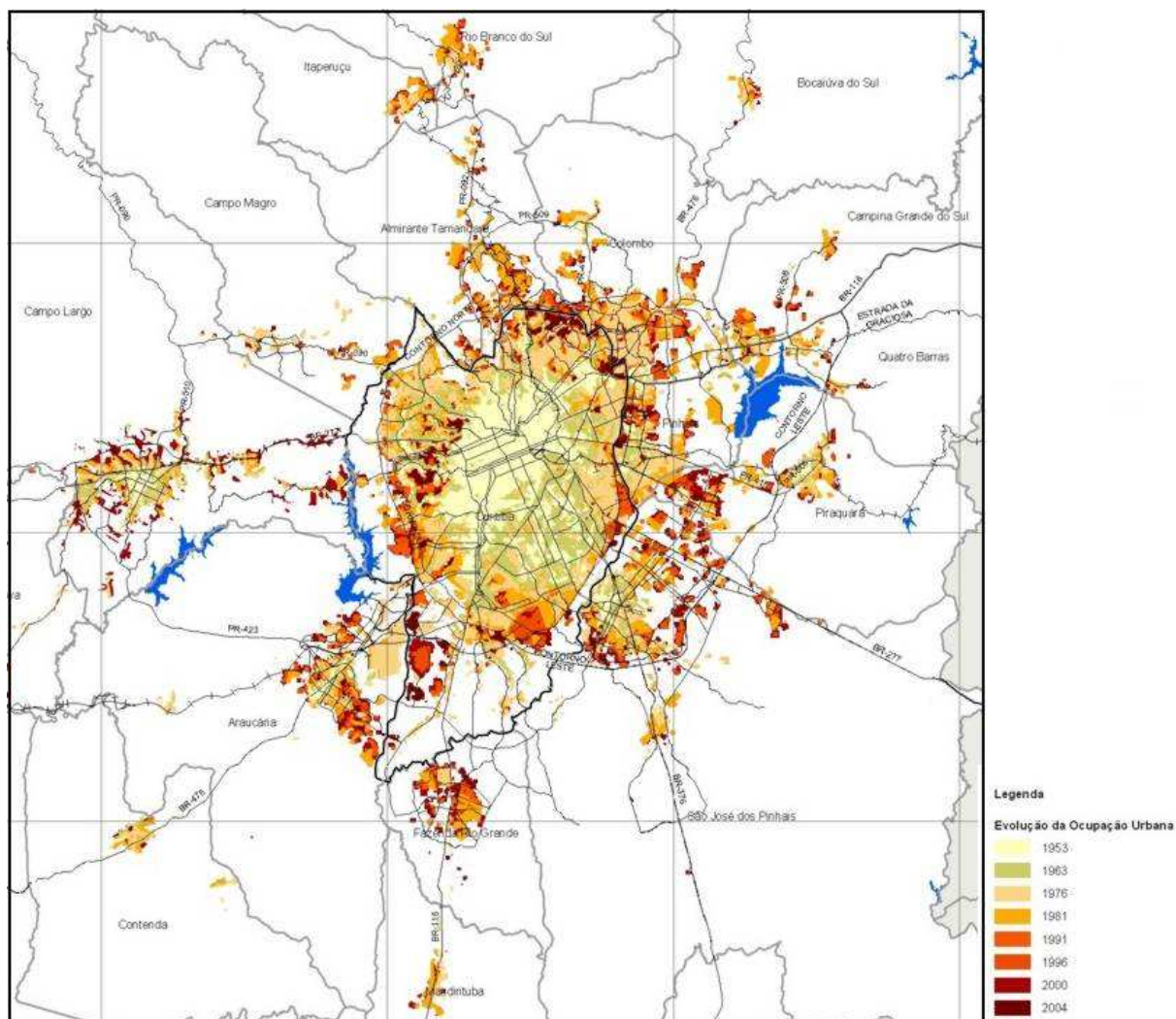
Nos municípios vizinhos, em oposição, a fragilidade do controle institucional permitia que os loteamentos fossem aprovados em áreas inadequadas para ocupação urbana. Muitos desses loteamentos não foram sequer implantados, e os que foram não atenderam padrões mínimos de infra-estrutura. Assim, com pouco investimento era possível obter lucro através do parcelamento do solo. Entre as décadas de 1940 e 1960 foram aprovados 109.458 lotes nos municípios limítrofes à Curitiba, que possuíam em

1970 uma população de apenas 153.413 habitantes (COMEC, 2006). Havia portanto uma vasta oferta de terra barata nesses municípios. Diante do custo elevado da terra em Curitiba esses loteamentos periféricos constituíam-se na opção mais viável para população de baixa renda.

Produziu-se então uma urbanização veloz e precária, constituindo áreas periféricas dependentes da cidade pólo. A análise das taxas de urbanização e de crescimento desses municípios revela a intensidade do processo. Em um curto espaço de tempo eles foram rapidamente urbanizados. Durante a década de 1970 a maioria dos municípios limítrofes a Curitiba deixou de ser predominantemente rural para se tornar urbano. Colombo é o exemplo mais expressivo. De acordo com o IBGE, sua taxa de urbanização passou de 5,67% em 1970 para 87,43% em 1980 .

Espacialmente esse crescimento se deu exatamente no limite com o município de Curitiba, formando uma conurbação. O território localizado entre estas áreas de expansão e as sedes dos respectivos municípios permaneceu não ocupado, comprovando que esta periferia era uma extensão de Curitiba, como pode ser visto na figura 3.

Figura 3. Evolução da ocupação urbana na RMC



Fonte: COMEC, 2006.

Essa dualidade entre Curitiba e seus municípios vizinhos, construída ao longo da década de 1970, não arrefeceu nas décadas seguintes, pelo contrário, reforçou-se.

A tabela 1 mostra como a partir da década de 1970 a participação da população de Curitiba no total da RMC apresentou constante redução.

Tabela 1. População da RMC

	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%
Curitiba	609.026	67,52	1.024.975	66,89	1.315.035	63,79	1.587.315	58,22
Demais Municípios	292.933	32,48	472.333	33,11	746.496	36,21	1.139.241	41,78
Total RMC	901.959	100,00	1.497.308	100,00	2.061.531	100,00	2.726.556	100,00

Fonte: IBGE.

A análise da distribuição dessa população evidencia como Curitiba concentra a população de renda mais alta (ver tabela 2). Enquanto no pólo da região metropolitana 40,39% das famílias tem rendimento acima de 3 salários mínimos, nos demais municípios essa proporção é de apenas 13,07%.

Tabela 2. Famílias por classes de rendimento familiar mensal (salário-mínimo) da RMC em 2000

Área	Total	(%)	Até 1/2	(%)	Mais de 1/2 a 1	(%)	Mais de 1 a 3	(%)	Acima de 3	(%)
Pólo	495.243	60,63	42.620	8,61	70.991	14,33	181.593	36,67	200.039	40,39
Demais municípios	321.546	39,37	64.185	19,96	84.742	26,35	130.602	40,61	42.017	13,07
Total RMC	816.790	100,00	106.805	13,08	155.733	19,07	312.196	38,22	242.056	29,64

Fonte: IPARDES, 2005.

Para Deschamps (2004) os fluxos migratórios intra-metropolitanos também indicam a existência de uma seletividade na ocupação do espaço urbano. Curitiba é o único município da RMC onde o número de emigrantes é maior que o de imigrantes. O número de emigrantes que saiu de Curitiba para outros municípios da RMC durante a década de 1990 foi de 73.066, o que corresponde a 68,54% do total de emigrantes. Nesse mesmo período a cidade recebeu apenas 11.244 imigrantes. Esses dados indicam que tem havido um deslocamento populacional de Curitiba em direção aos municípios vizinhos. A análise do perfil de renda dessas famílias migrantes indica a seletividade desses deslocamentos. Quanto mais periférico é o destino, maior é a proporção da população com renda mais baixa (ver tabela 3).

Tabela 3. Número de imigrantes intra-metropolitanos de data fixa por classes de renda média mensal per capita da RMC entre 1995/2000

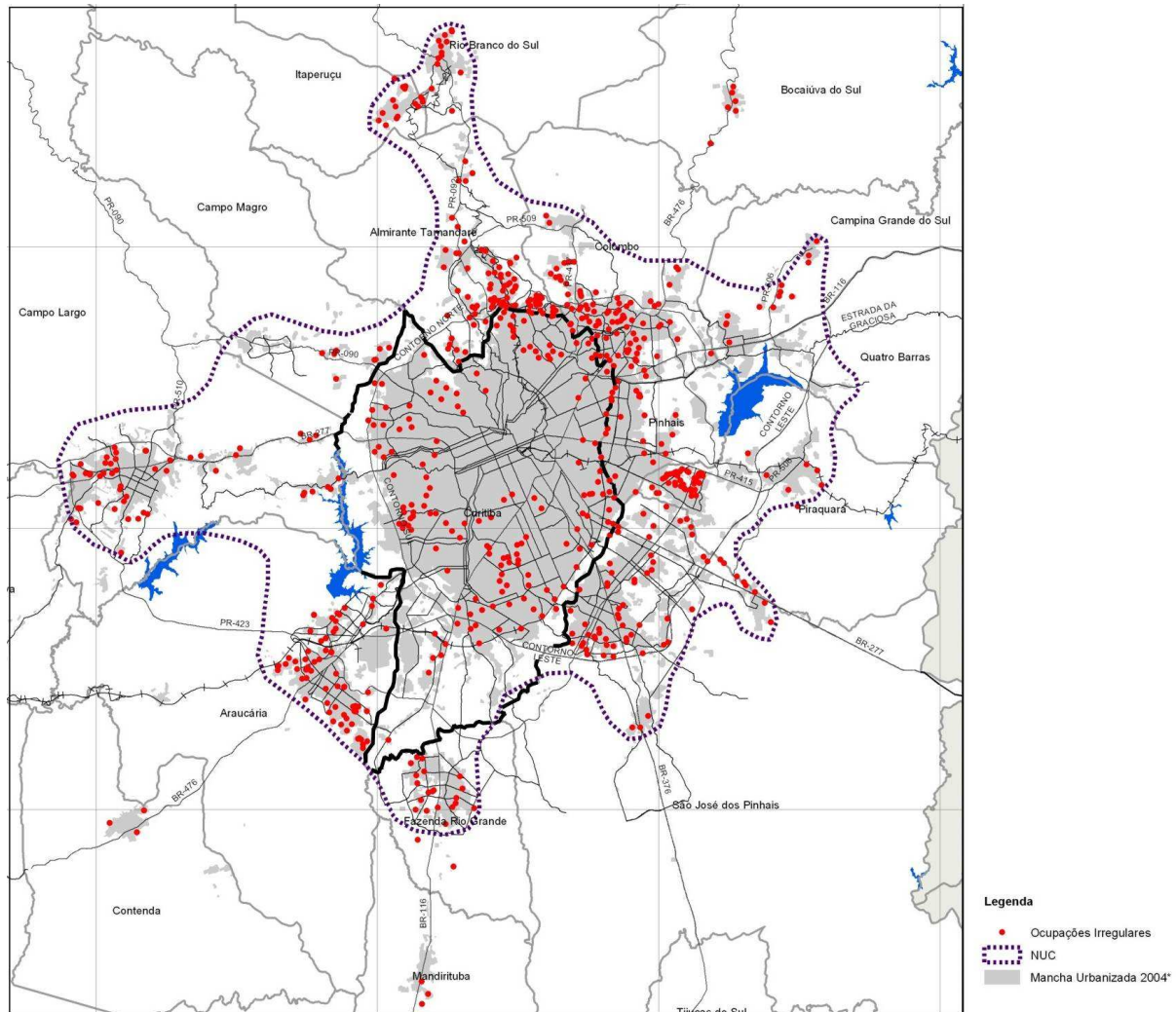
Destino (RMC)	Classes de renda mensal familiar per capita (salário mínimo)						Total	(%)
	Até0,5	(%)	Acima 0,5 até 1	(%)	Acima de 1	(%)		
Curitiba	13.464	9,19	23.585	16,11	109.381	74,70	146.430	100,00
Municípios limítrofes	34.159	19,03	49.992	27,86	95.313	53,11	179.464	100,00
Demais municípios	4.676	34,77	3.837	28,53	4.935	36,70	13.448	100,00
Total	52.298	15,41	77.414	22,81	209.629	61,78	339.341	100,00

Fonte: Deschamps, 2004.

Este processo corrobora a tese de que a valorização do espaço em Curitiba estimulou e vem estimulando o deslocamento da população de baixa renda para áreas periféricas. De acordo com Deschamps (2004) este movimento populacional “[...] pode estar indicando – o que é mais provável – que essa população faz parte de um processo de expulsão de áreas que sofrem pressão imobiliária.” (p. 68). Este deslocamento da população de renda mais baixa para fora do pólo não significa porém independência em relação a este. Dados indicam que em 2000, nos municípios vizinhos a Curitiba, 14,76% da população com mais de 15 anos trabalhava ou estudava fora de seu município de residência, sendo que deste total 85,34% dirigia-se ao pólo (IPARDES, 2005).

Nesse processo de periferização ganha destaque o crescimento do número de ocupações irregulares. Os últimos dados disponíveis referem-se à década de 1990. Através deles constata-se que Curitiba apresenta o maior número absoluto de ocupações irregulares na RMC. Entretanto, as taxas de crescimento indicam a acentuação do fenômeno nos municípios periféricos. Enquanto as ocupações irregulares em Curitiba cresceram 3,08% nesse período, vários municípios apresentaram crescimento acima de 20% (ALBUQUERQUE, 2007). Verifica-se assim que embora o pólo concentre o maior número de ocupações irregulares, existe uma tendência de deslocamento do fenômeno para os municípios vizinhos à Curitiba (ver figura 4).

Figura 4. Ocupações irregulares na RMC em 2000³



Fonte: COMEC, 2006.

Todos os processos descritos acima confirmam a consolidação de Curitiba como um espaço seletivo, no qual as camadas de baixa renda têm poucas possibilidades de inserção. Para diversos autores o estabelecimento dessa dualidade foi imprescindível para construção da imagem de cidade modelo atribuída a Curitiba: “[...] o modelo de planejamento e gestão urbana de Curitiba é um modelo consolidado a partir das desigualdades sócio-espaciais internas e de sua área metropolitana.” (MOURA; KLEINKE apud SÁNCHEZ, 2003, p. 190).

³ O Núcleo Urbano Central (NUC) da RMC é formado pelos municípios que “[...] compõe uma mancha urbana contínua, com padrão de ocupação semelhante e que concentra a dinâmica regional mais intensa [...]” (COMEC, 2006, p. 52).

Isso desmistifica a idéia de que Curitiba é um caso à parte no cenário urbano brasileiro. A constituição do espaço metropolitano de Curitiba seguiu o mesmo padrão excludente observado nas demais metrópoles do Brasil, marcado por uma acentuada segregação espacial.

Mas não só o processo de urbanização de Curitiba repetiu o padrão brasileiro. Ao contrário do que se pensa, a própria prática de planejamento urbano não foi em essência distinta de outras cidades brasileiras.

Como afirma Villaça (1999), no Brasil a idéia de planejamento baseada em planos diretores, que pressupõe um diagnóstico científico da realidade urbana, a partir do qual são elaboradas propostas abrangentes para o desenvolvimento urbano, nunca foi aplicada. A prática mais comum sempre foi o zoneamento, um instrumento de controle do uso do solo, geralmente aplicado com rigor em apenas pequenas porções do território. De acordo com Villaça, o zoneamento é um instrumento utilizado para construção de áreas seletivas nas cidades, causando a elevação do preço da terra e a exclusão da população de baixa renda.

Em Curitiba essa regularidade se manteve. Apesar do discurso oficial enfatizar a importância do Plano Diretor, fazendo supor que ele foi aplicado, para Villaça essa idéia é errônea.

Particularmente o zoneamento (controle do uso e ocupação do solo) é muito identificado com Plano Diretor. Por exemplo: fala-se que Porto Alegre tem plano diretor desde os anos 50. Não é verdade: o que Porto Alegre tem desde os anos 50 é, na melhor das hipóteses, algum controle do uso do solo urbano. Também é altamente discutível que Curitiba jamais tenha tido algo que sequer se aproxime de um Plano Diretor [...]. (VILLAÇA, 2009, não paginado).

Faraco (2002) concorda, defendendo que a noção de que o sucesso da experiência de planejamento urbano de Curitiba deve-se a simples existência de planos diretores duradouros, que são seguidos com rigor pelos técnicos é falsa. “Em síntese, as projeções e as propostas do Plano Preliminar de 1965 e do Plano Diretor de 1966 não se

realizaram. Muitas de suas diretrizes foram alteradas ou mesmo inteiramente abandonadas. O que se fez valer foi o processo capitaneado pelo IPPUC.” (FARACO, 2002, p. 293).

Portanto, assim como nas demais cidades brasileiras, em Curitiba a prática de planejamento urbano de fato aplicada foi o zoneamento - ainda que esse zoneamento possua peculiaridades como a articulação entre uso do solo e sistema viário encontrada nos eixos estruturais. No entanto, essas peculiaridades não foram suficientes para reverter os efeitos negativos do uso desse instrumento.

Apesar de todas essas constatações, o discurso de que o planejamento urbano de Curitiba é eficiente continua sendo constantemente reafirmado. Essa noção contrasta com a idéia generalizada que se tem do planejamento urbano no Brasil.

Para Villaça, é recorrente no Brasil a falsa idéia de que a causa dos problemas urbanos está na falta de planejamento. Somente quando se implementar um processo de planejamento adequado tais problemas serão resolvidos. Essa crença no planejamento tem a função ideológica de ocultar a real causa dos problemas urbanos, que é a forma como a riqueza é distribuída socialmente.

Em Curitiba ocorreu o processo inverso: construiu-se a idéia de que não havia problemas urbanos, ou que pelo menos eles existiam em proporções consideravelmente inferiores às demais cidades brasileiras, e que a causa disso era justamente a existência de planejamento.

Verifica-se com isso que uma diferença significativa da experiência de Curitiba está então na construção ideológica em torno do planejamento urbano. Qual é então a motivação dessa construção ideológica? A resposta a essa pergunta é essencial para compreender a prática do planejamento em Curitiba e seu papel na produção do espaço urbano.

1.4 As coalizões de interesses

A constatação das contradições do processo de urbanização da RMC revelou os limites do discurso de eficiência do planejamento urbano de Curitiba. No entanto isso não explicava as causas desse processo. A partir da década de 1990 diversos autores buscaram essa explicação na análise das relações sociais que determinaram o modelo de desenvolvimento adotado em Curitiba. Essa explicação se aproxima da visão de Molotch e Gottdiener apresentada anteriormente, pois procura revelar os fatores políticos que determinaram a prática do planejamento urbano em Curitiba. Isso permitiu compreender qual era a motivação para a construção ideológica do discurso de eficiência do planejamento urbano.

O ponto inicial dessa análise foi a explicitação de que o planejamento urbano era antes de tudo uma prática política ligada a um determinado grupo. Assim a compreensão da prática do planejamento urbano em Curitiba passa pela compreensão das características desse grupo político.

Esse grupo foi formado em torno de Ney Braga, líder político de expressão no cenário paranaense: “dessa corrente saíram praticamente todos os quadros de relevância da política paranaense contemporânea, garantindo a ela ampla hegemonia até, pelo menos, o final da ditadura militar.” (OLIVEIRA, D., 2000, p. 110).

A origem de Ney Braga o situa como um representante das tradicionais famílias paranaenses que dominavam o poder político no Paraná (OLIVEIRA, R., 2007, p.154). Ney Braga teve formação militar, e ingressou na política ao ocupar o posto de Chefe de Polícia do Estado em 1952. Em 1954 Ney Braga foi eleito prefeito de Curitiba e em 1961 governador do Paraná.

Foi durante sua gestão como governador que se afirmou o uso do planejamento como instrumento político. Essa característica pode ser explicada pela influência de dois

fatores: a conjuntura política nacional, onde predominava a ideologia desenvolvimentista, e o Movimento Economia e Humanismo.

A ideologia desenvolvimentista formou-se após a Segunda Guerra Mundial, principalmente através da influência do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Esse pensamento pressupunha uma divisão entre países desenvolvidos, aqueles com um estágio tecnológico e econômico que lhes garantia auto-suficiência, e países subdesenvolvidos, aqueles que por ainda não haverem alcançado tal estágio encontravam-se em uma situação de dependência. O caminho para superação do subdesenvolvimento era o desenvolvimento econômico independente, baseado na industrialização. Esse seria o mecanismo capaz de gerar riqueza para resolver os desequilíbrios existentes.

Esse pensamento se articulava com o modelo de Estado intervencionista, hegemônico no período. Nessa perspectiva era o Estado que deveria ser o principal agente indutor do processo de industrialização. Com isso, uma série de práticas associadas a esse modelo de Estado passou a ser amplamente valorizada. Entre elas estava a atividade de planejamento.

A influência do Movimento Economia e Humanismo decorreu da filiação de Ney Braga ao Partido Democrático Cristão (PDC) em 1958. A Democracia Cristã foi um movimento político internacional que surgiu após a Segunda Guerra Mundial com a intenção de constituir uma terceira via entre a polarização instaurada entre capitalismo e socialismo. Seu ideário era predominantemente liberal, porém continha críticas às desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo. Em suas propostas a Democracia Cristã enfatizava o Estado como agente regulador necessário para reduzir essas desigualdades. No Brasil o PDC foi influenciado pelo Movimento Economia e Humanismo, fundado pelo padre Louis-Joseph Lebret na década de 1940. Com forte viés

positivista, sua metodologia para transformação da sociedade consistia no exame científico dos problemas sociais como forma de subsidiar a tomada de decisões políticas. Uma das implicações desse pensamento foi o fortalecimento da atividade de planejamento urbano. O Movimento Economia e Humanismo defendia “[...] uma planificação desde as unidades territoriais elementares até o conjunto mundial.” (LEBRET *apud* COELHO, 2003, p.227).

No Brasil o padre Lebret fundou a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), empresa que realizou estudos para várias cidades, principalmente aquelas administradas pelo PDC, sempre de acordo com os princípios do Movimento Economia e Humanismo.

Há uma associação evidente entre a Sociedade de Artes Gráficas e Mecanográficas Aplicadas às Ciências Sociais [sic] (SAGMACS), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o propósito dos governantes deste partido de pautar sua atuação pelo planejamento e pela racionalização. O primeiro governador do país a elaborar um plano de governo foi o de São Paulo (Carvalho Pinto, 1961); o segundo foi o do Paraná (Ney Braga, 1963); ambos os governantes eram do PDC, e os dois planos foram formulados pela SAGMACS. (OLIVEIRA, D., 2001, p.46).

Essas duas influências foram decisivas na concepção de um projeto de modernização econômica para o estado do Paraná. Essa demanda partiu das elites locais, que consideravam que o Paraná era extremamente dependente do setor agrícola, e que o avanço econômico só poderia acontecer se o setor industrial fosse desenvolvido. Ligado à burguesia comercial, industrial e financeira, o governo Ney Braga acolheu essas demandas. Assim, de acordo com Ricardo Oliveira (2007), esse processo tratou-se de uma “[...] modernização conservadora das elites tradicionais paranaenses.” (p.154).

Para efetivar essa política o planejamento foi utilizado como um instrumento central de ação. A SAGMACS foi contratada para elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico, e uma série de empresas estatais foram criadas: CAFÉ DO PARANÁ (Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná), CELEPAR (Centro

Eletrônico de Processamento de Dados), CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná), COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), FUNDEPAR (Fundação Educacional do Paraná), SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), TELEPAR (Companhia de Telecomunicações do Paraná).

O grupo político ligado à Ney Braga, o chamado “neyismo”, foi consolidado a partir do corpo técnico chamado para trabalhar nessas empresas estatais. “Apesar de ser um político tradicional, vinculado tanto à elite política quanto à elite militar, Ney Braga tem um importante traço tecnocrático, se utilizando de todo um corpo técnico para planejar e gerenciar a administração pública.” (KUNHAVALIK, 2004, p. 284).

De especial interesse para o estudo do planejamento urbano em Curitiba foi a atuação da CODEPAR. A CODEPAR era a empresa responsável pelo planejamento e promoção do desenvolvimento econômico do Paraná. Era ela que gerenciava o Fundo de Desenvolvimento Econômico, criado em 1962 com o objetivo de financiar a implantação de infra-estrutura necessária à industrialização e a instalação de indústrias.

Para Dennison de Oliveira (2001) o resultado da estrutura montada na CODEPAR foi a criação de quadros técnicos extremamente influentes dentro das administrações públicas, originando “[...] a formação de uma elite de tecnocratas que exerceu e exerce papel da maior importância na História recente do Paraná.” (p. 57). A atuação da CODEPAR se estendia a diversas áreas. De acordo com Dudeque (2001),

Um dos focos de atuação da CODEPAR era o planejamento urbano. Para a preparação de planos diretores, as prefeituras municipais entravam com 10% dos recursos necessários e a CODEPAR completava com os 90% restantes, entregues a fundo perdido. (p.223).

Isso foi decisivo para o início do processo de planejamento urbano de Curitiba. Em 1964 o prefeito era Ivo Arzua, também do PDC, e também identificado com a idéia de planejamento. Em busca de financiamento para execução de obras viárias, Arzua foi à CODEPAR e Karlos Rischbieter, então chefe do Setor de Projetos, não admitiu liberar

recursos sem que existisse um plano global que respaldasse seu uso. Por isso, condicionou tal empréstimo à execução de um plano para cidade. A proposta foi aceita, e a CODEPAR financiou a elaboração do PPU.

A decisão de elaborar um plano diretor para Curitiba estava ligada também a outro aspecto. Para atingir o objetivo de industrializar do Paraná a CODEPAR elaborou uma série de estudos ao longo da década de 1960 nos quais se definia a necessidade de implantar um pólo industrial em Curitiba. Assim, a importância estratégica de Curitiba para o desenvolvimento da industrialização no Paraná favoreceu a implantação do processo de planejamento urbano. Isso implicou em uma interação direta entre os técnicos da CODEPAR e os técnicos da Prefeitura de Curitiba, que se estendeu do período de planejamento desse pólo industrial na década de 1960, até sua implantação na década de 1970.

Por tudo isso é possível afirmar que o planejamento urbano de Curitiba é decorrência de um processo de planificação maior, que tinha como objetivo industrializar o estado do Paraná. É preciso lembrar, porém, que esse processo não era somente técnico, mas também o projeto político de um determinado grupo.

Uma das explicações para o sucesso da implantação desse modelo foi a sustentação política que ele recebeu. O grupo ligado a Ney Braga esteve no poder durante toda a década de 1970. Em 1975 Jaime Lerner foi substituído no cargo de prefeito por Saul Raiz. “Quando assumi a Prefeitura, em 1975, substituindo o Jaime, eu tive a consciência clara de que não podia interromper todo aquele processo.” (Depoimento Saul Raiz *apud* IPPUC, 1990c, p. 58). Em 1979 Jaime Lerner foi novamente nomeado prefeito, permanecendo no cargo até 1983.

Mas esse amparo político não se restringiu à esfera política local. O ideário tecnocrático desenvolvido por esse grupo político desde a gestão de Ney Braga como

governador do Paraná, e reproduzido no planejamento urbano de Curitiba, associava-se perfeitamente ao modelo de desenvolvimento também tecnocrático, implantado pelo governo federal. “[...] durante quase uma década, o Paraná vinha se adaptando ao repertório técnico-político que valeria no Brasil a partir de 1964.” (DUDEQUE, 2001, p.223). Assim,

Curitiba foi eleita, a partir daquele período, a mais genuína expressão do “milagre brasileiro” em sua versão urbana. A prática de planejamento tecnocrático do Estado centralista e autoritário que incorporou agudamente a ideologia da racionalidade, do “discurso competente” e da neutralidade da ação planejadora encontrava, no projeto de modernização urbana curitibano, a mais concreta expressão dos projetos de desenvolvimento capitalista pretendidos para o país. Assim sendo, observamos que o quadro político nacional foi, naquele momento, extremamente favorável à instauração e a agilização da intervenção planejadora. (SÁNCHEZ, 1997, p. 27-28).

Além disso, a formação militar de Ney Braga favoreceu a construção de articulações políticas. Nesse período ele exerceu cargos importantes na esfera federal: Ministro da Agricultura (1965-1966), Senador (1968-1974), e Ministro da Educação (1974-1978). Essas articulações foram ampliadas especialmente durante o mandato do presidente Ernesto Geisel, de quem Ney Braga era próximo politicamente.

Sempre afastado das manchetes, Ney Braga aproveitou seu trânsito fácil junto ao presidente da República para colocar homens de sua confiança em postos-chave, a ponto de se falar hoje da existência de uma espécie de “clã do Ney Braga”. Um clã que pode ser considerado como o grupo civil politicamente mais forte do país [...]. (ISTOÉ, 4 maio/1977, *apud* KUNHAVALIK, 2004, p. 366).

Vários integrantes do grupo político de Ney Braga, muitos deles oriundos da CODEPAR, alcançaram cargos de destaque: Karlos Rischbieter foi presidente do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e Ministro da Fazenda. Maurício Schulmann foi presidente do BNH (Banco Nacional da Habitação), da Eletrobrás e Febraban, Reinhold Stephanes foi presidente do INPS (KUNHAVALIK, 2004). Esse apoio favoreceu o direcionamento de recursos para implantação de projetos em Curitiba.

Eu assumi a presidência do BADEP no começo de 74, no momento em que o Rischbieter saía do banco para a presidência da Caixa Econômica Federal. Nesse momento nós tínhamos ainda Ney Braga assumindo o Ministério da

Educação, Maurício Shulmann no BNH... Enfim, era um apoio político muito importante. (Depoimento Luis Antonio Fayet *apud* IPPUC, 1991a, p. 60).

Esse apoio político foi decisivo para execução das intervenções realizadas durante a década de 1970. Na década de 1990 a força desse grupo não teve a mesma projeção nacional. Nesse período Jaime Lerner se transformou num importante líder, tendo exercido o mandato de governador do Paraná por duas gestões consecutivas (1995-2002).

É importante também destacar que esse modelo de desenvolvimento contou com o apoio do Banco Mundial⁴. O objetivo do Banco Mundial era estabelecer um padrão de desenvolvimento econômico integrado ao sistema capitalista, que reduzisse a pobreza e minimizasse a possibilidade de rupturas políticas. O papel do Banco Mundial não se limitava ao empréstimo de dinheiro, incluía também a assessoria técnica aos governos. De acordo com Arantes (2004), o Banco Mundial e o FMI “[...] modelaram durante décadas as políticas financeiras, comerciais e de desenvolvimento dos países de Terceiro Mundo.” (p. 15).

Ao longo da década de 1970 o Banco Mundial realizou visitas, denominadas missões, a uma série de cidades brasileiras para avaliar sua infra-estrutura urbana e propor soluções que pudessem ser por ele financiadas. Foi nesse período que os técnicos do Banco Mundial conheceram Curitiba. Impressionados com as intervenções urbanas que estavam sendo implantadas, para esses técnicos Curitiba logo se tornou um modelo.

Durante uma missão realizada em 1974, Richard Woodford, chefe do Departamento de Planejamento Urbano e Projeto de Transportes Urbanos do Banco Mundial declarou que “[...] o desenvolvimento dos transportes urbanos está mais

⁴ O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram as principais entidades concebidas no final da Segunda Guerra Mundial, durante a Conferência de Bretton Woods, com o objetivo de regular e estabilizar as relações financeiras entre os principais Estados capitalistas. Ao longo do tempo surgiram outros organismos auxiliares ao BIRD que em conjunto passaram a constituir o Grupo Banco Mundial.

adiantado em Curitiba do que em qualquer outra parte do mundo, porque os técnicos vêm traduzindo as idéias em ação.” (CARVALHO, 2005, p. 63).

Essa proximidade entre o Banco Mundial e a Prefeitura de Curitiba favoreceu a obtenção de recursos para execução de projetos urbanos e gerou um intercâmbio de idéias. Tanto os exemplos práticos de Curitiba influenciaram o discurso do Banco Mundial, quanto o ideário do Banco Mundial influenciou a própria prática do planejamento urbano em Curitiba.

Durante a década de 1990 o apoio do Banco Mundial foi fundamental para difusão do marketing de Curitiba. Uma das formas do Banco Mundial tornar hegemônica sua agenda de políticas urbanas é eleger cidades-modelo e divulgar internacionalmente as práticas nelas realizadas. Assim, durante a década de 1990 Curitiba foi alçada a esse posto de cidade modelo. Para Sánchez (2003), existe um “[...] diálogo mutuamente legitimador entre o governo da cidade e as instituições supra-nacionais, particularmente as agências multilaterais, como o Banco Mundial e a ONU.” (p. 200-201).

Outro fator importante para que todo esse poder político fosse exercido com sucesso foi a construção de um arcabouço institucional eficiente. Em Curitiba o poder decisório, principalmente durante a década de 1970, esteve centralizado no IPPUC.

Essa concepção vinha desde o PPU, que propunha que a equipe local de acompanhamento, a APPUC, fosse institucionalizada e desse continuidade ao detalhamento e implantação do plano. Assim, em 1965 a APPUC se transformou em IPPUC. A idéia era criar um órgão relativamente autônomo dentro da administração pública, vinculado diretamente ao prefeito, de maneira a agilizar a implantação do planejamento urbano, como fica claro na mensagem enviada pelo Prefeito à Câmara Municipal a respeito do projeto de lei que instituía o IPPUC:

O projeto em exame dá ao Instituto condições para o seu pleno funcionamento, possibilitando sua organização, sem os percalços de uma burocracia excessiva que emperre e atrase os serviços técnico-administrativos. Por outro lado, gozando de autonomia será possível a efetivação a curto prazo de uma série de medidas, indispensáveis e urgentes à elaboração do Plano de Urbanismo de Curitiba. (PMC apud FARACO, 2002, p. 160).

Dessa forma desde sua criação o papel do IPPUC era centralizar o processo de planejamento. Se entre 1965 e 1971 isso não ocorreu foi por opção política. Essa foi a mudança que ocorreu a partir da gestão Lerner: politicamente o IPPUC ganhou força dentro da Prefeitura, adquirindo hegemonia sobre os demais departamentos, e passando a centralizar não só o planejamento urbano, mas também sua implantação. Para garantir essa hierarquia foram designados técnicos do IPPUC totalmente identificados com o processo de planejamento para a chefia desses departamentos.

Outra indicação do aumento da centralização foram as alterações promovidas a partir da gestão Lerner na composição do Conselho Deliberativo do IPPUC e no Conselho de Zoneamento, aumentando o número de membros e com isso dando maior poder à instituição.

Toda essa centralização do poder político no IPPUC conferiu a ele ampla autonomia sobre a estruturação urbana. Com o poder executivo encampando a idéia de orientar o desenvolvimento da cidade por meio do planejamento urbano foi anulado o conflito entre planejamento e implantação, recorrente em outras cidades brasileiras (OLIVEIRA, D., 2000).

Constata-se por meio dessa análise que esse modelo de desenvolvimento esteve diretamente conectado a uma corrente política na qual o planejamento era uma forma de exercício de poder. Essa característica conferiu aos integrantes dessa corrente política uma imagem pública de imparcialidade.

O dado primordial do qual se deve partir quando se pensa nos predicados que garantiram a legitimidade e o sucesso político dessa confraria, que vai muito além do time original de engenheiros e arquitetos reunidos no IPPUC, é uma conduta politicamente neutra (i.e. não partidária) e administrativamente eficaz,

fundada, supostamente, na “competência” profissional e num saber “especializado” exibido por esses indivíduos. (CODATO; GISI, 2007, p. 134).

Esse pensamento permitia que decisões políticas fossem transfiguradas em decisões técnicas. Efetuou-se com isso um

[...] deslocamento imaginário dos interesses do grupo político em nome da administração das coisas “da cidade”, operação ideológica que consistiu em exibir os feitos da segunda, tomados sempre em sentido apologético, disfarçando a presença dos primeiros, entendidos sempre em sentido pejorativo [...]. (CODATO; GISI, 2007, p.134).

Isso explica a motivação para construção ideológica de que o planejamento urbano de Curitiba é eficiente. Como esse modelo de desenvolvimento foi legitimado pela técnica do planejamento urbano, era necessário mostrar que essa técnica havia funcionado. Ou seja, havia gerado um espaço urbano qualificado, solucionando os problemas urbanos.

A sustentação desse modelo de desenvolvimento legitimado pela razão técnica não foi apenas política. Para Dennison de Oliveira (2000), houve a formação de um consenso que incluiu também os setores empresariais. A análise desse arranjo revelou como a influência desses interesses foi determinante para definição das intervenções urbanas realizadas.

Em Curitiba os setores empresariais que mais se envolveram com as transformações urbanas foram os das empresas industriais, de transporte público, de execução de obras públicas e do ramo imobiliário. O relacionamento desses setores com o poder público se deu mediante suas entidades representativas: SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil), ADEMI (Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário) SECOVI (Sindicato de Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Estado do Paraná), ACP (Associação Comercial do Paraná), FIEP (Federação das Indústrias do Paraná), e APEOP (Associação Paranaense dos Dirigentes dos Empreiteiros de Obras Públicas).

Em geral a relação dessas entidades é de cooperação, sendo comum a participação de representantes de uma entidade na diretoria de outra. Além disso, essa influência se estende também até as entidades profissionais, como sindicatos, conselhos e institutos. Percebe-se portanto um nível de organização alto, que favorece a defesa dos interesses da classe empresarial (OLIVEIRA, D., 2000).

O setor empresarial que teve relacionamento mais direto com o poder público foi o industrial, afinal o planejamento urbano de Curitiba pode ser entendido como um desdobramento do processo de desenvolvimento econômico do Paraná elaborado pela CODEPAR, cujo objetivo principal era a industrialização. Assim, não é casual que logo após a nomeação de Jaime Lerner para prefeito os estudos voltados para criação de um pólo industrial em Curitiba, que vinham sendo elaborados desde o início da década de 1960, passassem a ser concretizados. O desenvolvimento industrial foi eleito uma das prioridades do processo de planejamento urbano, o que garantiu um tratamento privilegiado aos interesses dos empresários industriais.

O resultado desse relacionamento foi a concretização do plano de criação de um pólo industrial em Curitiba, a CIC, e a “[...]institucionalização de um padrão de relacionamento entre este setor do empresariado e as elites dirigentes locais.” (OLIVEIRA, D., 2000, p. 129). A URBS era, junto com o IPPUC, a empresa municipal responsável pelo projeto e implantação da CIC, e possuía um Conselho de Investimentos composto de oito membros, dos quais um era indicado pela FIEP, e um Conselho Fiscalizador composto de três membros, dos quais um era indicado pela ACP. Com isso o empresariado conseguiu “[...] um canal permanente e legítimo para levar à administração pública envolvida com parte importante do planejamento urbano as suas demandas e propostas.” (OLIVEIRA, D., 2000, p. 132).

A comprovação de que os laços entre técnicos e empresários eram estreitos está na constatação de que vários planejadores, do IPPUC e da CODEPAR, passaram a integrar os conselhos administrativos de várias empresas que se instalaram na CIC. É o caso de Saul Raiz, Cássio Taniguchi e Karlos Rischbieter.

No caso do empresariado do transporte coletivo, Dennison de Oliveira (2000) mostra como a implantação do novo sistema entrou em choque com os interesses do empresariado: os eixos estruturais não respeitavam as áreas seletivas definidas para operação de cada empresa, e exigia-se um padrão de ônibus mais moderno, acrescentando custos que as empresas não estavam dispostas a cobrir.

Foi necessário portanto um embate entre os interesses do poder público e os da iniciativa privada. De acordo com Oliveira esse embate foi mais favorável aos empresários. Com isso, o custo da implantação do sistema de transporte coletivo recaiu sobre a população.

Mas de especial interesse para os propósitos desse trabalho é a análise da relação entre os agentes do planejamento urbano e os do setor imobiliário. A ação do Estado tem efeitos profundos sobre o comportamento do mercado imobiliário. O valor da terra é alterado pelos investimentos públicos, pois as áreas que recebem esses benefícios passam a ser mais valorizadas. A relação entre planejamento urbano e mercado imobiliário é portanto indissociável. Assim, uma das formas dos empresários do ramo imobiliário auferir lucro é pressionando para que os investimentos do poder público sejam direcionados para áreas de seu interesse.

Em Curitiba, por mais que o discurso oficial oculte essa forma de pressão, ela sempre esteve presente, como confirma o depoimento de um dos mais influentes empresários do setor imobiliário: “Depois, quando veio o 2º Plano Diretor nos anos 60, os empresários tiveram uma atuação muito grande. A gente mesmo participou das

discussões, da definição onde seriam feitas essas construções elevadas [...].” (GALVÃO, 1998, não paginado).

O modelo de desenvolvimento implantado a partir de 1971, estruturado no discurso de isenção técnica que previa a não interferência desses interesses na ação do planejamento urbano, não eliminou esse relacionamento.

Os canais de comunicação eram os mais variados. As demandas particulares eram tratadas diretamente no Conselho de Zoneamento e Conselho Deliberativo do IPPUC. O Conselho de Zoneamento era uma instância menor, para discussão de projetos em desconformidade com a legislação urbana. “Ali eram discutidas as reivindicações dos incorporadores e proprietários de terra acerca dos usos permissíveis do solo urbano [...].” (OLIVEIRA, D., 2000, p. 103). Já o Conselho Deliberativo avaliava casos especiais, em geral grandes projetos com impacto no espaço urbano. As decisões nele tomadas eram soberanas, e podiam se sobrepor à legislação existente.

Como o poder político e institucional estava centralizado no IPPUC, esses conselhos se tornaram canais privilegiados de negociação dos interesses do setor imobiliário. De acordo com Dennison de Oliveira (2000) houve vários casos nos quais esses conselhos tomaram decisões arbitrárias, em oposição à legislação urbana, com o objetivo de beneficiar interesses privados. O caso mais notório é o do Shopping Mueller, no qual “[...] confirmou-se a violação de várias leis e normas relativas ao uso do solo, no intuito da administração conceder a determinado grupo o alvará necessário à construção de tão grande empreendimento.” (OLIVEIRA, D., 2000, p. 169).

As demandas que afetavam os empresários como um todo eram formuladas através das entidades representativas, das quais as mais atuantes eram o SINDUSCON, ACP, ADEMI e SECOVI. Essas entidades eram constantemente chamadas pelo IPPUC para discutir alterações na legislação de uso do solo.

Quer dizer, as entidades da construção, o SECOVI, sempre foram chamadas para dar opinião a respeito das coisas. Faz parte da cultura [...] Sempre houve negociação, conversas. O Cássio, quando estava no IPPUC, me chamava permanentemente antes dos decretos para qualquer coisa com relação à alteração de áreas. E todos os prefeitos fizeram isso. (GALVÃO, 1998, não paginado).

Assim, a análise da relação entre os técnicos de planejamento e a elite empresarial revela como estes tiveram acesso privilegiado à estrutura de planejamento urbano, tornando-a um espaço de articulação de suas demandas.

Apesar de todas as evidências do estreito relacionamento existente entre o setor imobiliário e o IPPUC, o discurso oficial ainda é o de que o planejamento urbano é um processo gerido tecnicamente, que não é afetado por pressões externas. Esse discurso perpassava a ação dos técnicos do IPPUC, estabelecendo um quadro ideológico que pressupunha o comprometimento com os interesses dominantes como um dado natural. Para Sánchez (2003),

Essa efetiva aliança interna de classes, entre os empresários, políticos e as elites do planejamento permite compreender a gênese histórica e a evolução do projeto de cidade [...] liderado por esses agentes que construíram um campo de interesses e o *habitus* a ele correspondente. (p. 170, grifo no original).

O depoimento de Rafael Dely, diretor presidente do IPPUC entre 1972 e 1975, e da COHAB-CT entre 1979 e 1982, é esclarecedor sobre as relações entre os técnicos e o as agentes privados:

A filosofia geral que se tentou imprimir em Curitiba foi a de dirigir o crescimento da cidade. Enquanto outras cidades vão a reboque do que acontece, de onde a iniciativa privada constrói, [...] aqui tentamos inverter a situação. Procuramos fazer com que o planejamento andasse na frente. A partir disso, foi possível fazer com que as forças da sociedade, empresariado, investidores, etc, soubessem onde a cidade aceita esse ou aquele empreendimento. (Depoimento Rafael Dely *apud* IPPUC, 1990a, p.16-17).

Esse depoimento é revelador em dois aspectos. Primeiro porque confirma a ideologia de que era a ação técnica do planejamento que organizava a cidade. Como se houvesse um momento anterior, onde a cidade era projetada, e um momento posterior, onde a partir da comunicação desse projeto à sociedade os agentes privados entravam

em ação. O segundo aspecto revela quem são os interlocutores privilegiados dos técnicos. As forças da sociedade são o empresariado, os investidores. É a eles que deve ser comunicado o projeto da cidade, porque são eles que a produzem.

Assim, é possível perceber como o planejamento urbano era pensado tendo a centralidade desses interesses dominantes como um ponto de partida. O desenvolvimento urbano deveria ser compatibilizado com os interesses da iniciativa privada. Como exemplo veja-se o texto de um documento do IPPUC de 1977, que trata da expansão do sistema de circulação e transporte, no qual é analisado como havia se dado a implantação dos eixos estruturais:

Pretende-se limitar o crescimento da área central estimulando a expansão do setor comercial e de empregos ao longo de dois eixos que se convencionou chamar de “estruturais”, linearizando assim o desenvolvimento urbano. Esses eixos já foram equipados com uma infra-estrutura adequada – água, luz, esgoto, telefone, pavimentação, transporte de massa – de modo a se tornarem atrativos para a iniciativa privada. (IPPUC, 1977a, não paginado).

Dessa maneira as propostas de ordenação do espaço foram coerentes com os interesses do setor imobiliário. Ao serem incorporadas às propostas do planejamento urbano as demandas dos agentes privados eram legitimadas como de interesse público, o que ocultava sua parcialidade, sendo um fator determinante para que essas propostas fossem implantadas de fato.

Foi fundamental o desenvolvimento de um determinado padrão de relacionamento entre os gestores do planejamento urbano e os detentores dos meios de produção (proprietários de frotas de ônibus, especuladores de terra, empreiteiros de obras públicas, empresas de construção civil, industriais, comerciantes, etc.) que viria, afinal, garantir o êxito dessa experiência. (OLIVEIRA apud MOURA, 2001, p. 209-210).

Nesse sentido a urbanização de Curitiba pode ser analisada pela perspectiva apontada por Gottdiener e Molotch. A produção do espaço em Curitiba foi um processo social no qual as coalizões estabelecidas entre grupos específicos interessados na

exploração da terra exerceram enorme influência. Nesse contexto o papel da estrutura de planejamento urbano era fundamental, pois era ela que centralizava o poder político.

A ação do planejamento urbano não foi portanto neutra. Suas decisões implicaram em um posicionamento frente aos interesses dos diferentes grupos sociais. Por isso as desigualdades decorrentes da implantação desse modelo de desenvolvimento não foram apenas uma disfunção técnica, elas tiveram uma motivação precisa. A valorização das áreas centrais, que elevou o preço da terra, criando espaços seletivos e causando a segregação sócio-espacial, significou o favorecimento de interesses hegemônicos. O objetivo da presente pesquisa é então analisar esse processo social e seus efeitos na estruturação urbana a partir de um caso específico: o Ecoville.

2

Planejando uma nova Curitiba

2.1 CIC: uma nova direção de crescimento

Ecoville é o nome dado por incorporadores imobiliários em meados da década de 1990 à Conectora 5, eixo estrutural executado no início da década de 1980, que por sua vez foi planejado na década de 1970, como parte do projeto da Cidade Industrial de Curitiba. Por isso a compreensão do Ecoville exige a recuperação histórica de todo esse processo.

Conforme apresentado no capítulo anterior, o processo de planejamento urbano de Curitiba esteve intimamente relacionado com a idéia de industrializar o estado do Paraná. Em 1963 a CODEPAR elaborou o estudo *Industrialização do Paraná – Curitiba e Ponta Grossa*, que defendia que o impulso à industrialização seria mais efetivo se os investimentos fossem concentrados em um único pólo. De acordo com esse estudo o melhor local para instalação desse pólo era a região de Curitiba.

O Plano Diretor de 1966 incorporou essas diretrizes. A lei de zoneamento estabeleceu algumas zonas industriais, principalmente ao longo das rodovias existentes, e determinou também que o IPPUC ficaria responsável pela criação de pólos industriais: “[...] o IPPUC proporá normas para a implantação de distritos e núcleos industriais.”(PMC, lei nº 2828 de 1966). Ainda em 1966 foi realizado o 1º Seminário de Desenvolvimento Industrial de Curitiba, por iniciativa da FIEP e ACP. Como resultado foi definida uma série de recomendações para estimular o desenvolvimento industrial, abrangendo aspectos financeiros e de infra-estrutura (energia, transporte, comunicações, urbanização e saneamento). Também foi proposta a realização de um convênio entre a Prefeitura e a CODEPAR para elaboração de um estudo de viabilidade da industrialização da região de Curitiba.

No final da década de 1960 foi elaborado pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), instituição sucessora da CODEPAR, ACP e Prefeitura de Curitiba, o

documento *Diagnósticos e Diretrizes de Ação*, que reafirmava a importância de Curitiba como pólo indutor da industrialização do Paraná (OLIVEIRA, D., 2000, 2001).

No entanto, a concretização dessas idéias só veio a ser efetivada depois da implantação do modelo de desenvolvimento orientado pela prática do planejamento urbano, iniciado com a nomeação de Jaime Lerner para prefeito de Curitiba.

Em 1971 o IPPUC e o BADEP realizaram um estudo em conjunto para criação de uma área industrial. As propostas foram apresentadas a representantes do setor empresarial através do documento *Estudo da Área Industrial de Curitiba*, na 1ª Conferência de Desenvolvimento Econômico de Curitiba, organizada pela Prefeitura de Curitiba e pela ACP. O documento analisou várias possibilidades de áreas de acordo com os seguintes requisitos: amplitude, custo, topografia, densidade habitacional, localização em relação à infra-estrutura básica, proximidade com o núcleo urbano e possibilidade de expansão.

A conclusão do estudo apontava duas opções localizadas ao longo do rio Barigui como as mais favoráveis para implantação de uma área industrial:

Alto Barigui: situada a oeste de Curitiba, perpendicular à BR-277 e à esquerda de Campo Comprido. Sem rodovias pavimentadas e afastada da zona urbanizada [...] Área pouquíssimo fracionada por loteamentos. Ocupação baixa em relação às demais áreas. Baixo Barigui: situada a sudoeste de Curitiba. Afastada da zona urbanizada. [...] Área com poucos loteamentos e baixa ocupação em relação às demais áreas. (IPPUC, 1971, p.13).

De acordo com o IPPUC a escolha da localização da CIC na região oeste da cidade,

[...] foi motivada pela preocupação de preservação dos mananciais que se localizam no leste, pelos terrenos acidentados do norte, que acarretariam dificuldades nas obras e encarecimento de empreendimentos, pelos terrenos alagadiços do sul, além da condição favorável dos ventos dominantes [...]. Estes terrenos, por sua vez, apresentam topografia adequada, disponibilidade de água e facilidade de drenagem. (IPPUC, 1975a, não paginado).

A partir de 1972 foram tomadas as primeiras medidas concretas para início da implantação da CIC: a lei municipal nº 4199 alterou o zoneamento de Curitiba, e

estabeleceu que “[...] no prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo deverá definir uma Zona Industrial no Distrito de Santa Felicidade.” (PMC, lei nº 4199 de 1972), e a lei municipal nº 4471 criou incentivos para a industrialização, que seriam concedidos pela URBS ou pela Prefeitura de Curitiba.

Em 1973, seguindo as recomendações do *Estudo da Área Industrial de Curitiba*, foi promulgado o decreto municipal nº 30, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação em nome da URBS cerca de 4.370 hectares com o objetivo de implantar a CIC.

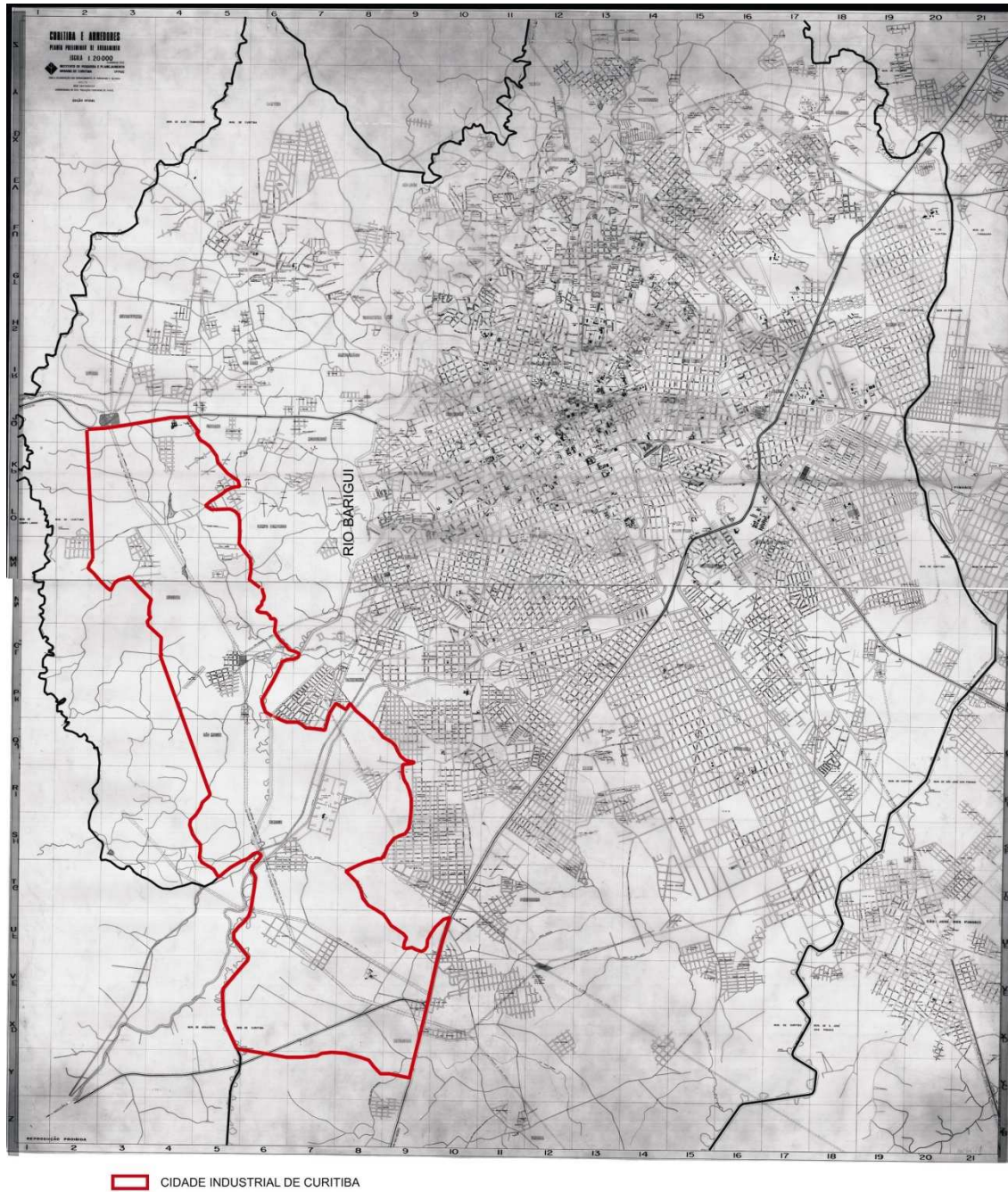
As obras da CIC foram iniciadas em 1974, sua inauguração oficial ocorreu em 1975, e a infra-estrutura completa foi concluída em 1979. A implantação da CIC ocorreu de acordo com o modelo desenvolvimentista, ou seja, tendo o Estado como principal agente indutor. Para Namur (1992), “[...] a necessidade de acumulação e reprodução do capital industrial que exercia hegemonia no aparelho estatal da época (década de 70), levou o estado do Paraná e particularmente o município de Curitiba a propiciar as condições para esta acumulação.” (p. 127).

As atribuições do governo municipal e estadual na implantação do projeto foram definidas mediante um convênio. O governo municipal, por meio da URBS, ficou encarregado do projeto urbanístico da CIC, da desapropriação da terra, execução das obras de terraplanagem e pavimentação, e revenda destas áreas urbanizadas às indústrias interessadas. O governo estadual ficou responsável pelas obras de infra-estrutura de água, esgoto, energia elétrica e telefonia. Todos esses serviços foram oferecidos de maneira subsidiada às empresas. Além disso, também foi concedido apoio financeiro na forma de empréstimos para implantação ou expansão de indústrias e na forma de incentivos fiscais (IPTU, ICM e ISS).

No entanto a implantação da CIC teve também outros objetivos além do estímulo à industrialização de Curitiba. Ela foi incorporada ao processo de planejamento urbano e com isso a idéia passou a ser utilizar a CIC como um vetor que redirecionaria a expansão da cidade: “A Cidade Industrial de Curitiba [...] também foi proposta para se consolidar o crescimento da cidade naquela direção.” (Depoimento Jorge Wilhein *apud* IPPUC, 1990c, p. 32).

O mapa de arruamento de Curitiba de 1971 mostra como à oeste a ocupação urbana ia até o rio Barigui. Para além desse limite existia uma região pouco habitada, com características ainda rurais (ver figura 5).

Figura 5. Ocupação urbana de Curitiba em 1971



Fonte: IPPUC. Mapa de arruamento de Curitiba, 1971. Dados trabalhados pelo autor.

A idéia de expandir a cidade nessa direção já estava esboçada no PPU, onde afirmava-se que “[...] a área rural do município, a oeste do Portão e do Bigorriho [bairros de Curitiba], ainda bastante arborizada, constitui a mais provável hipótese de expansão urbana [...]” (WILHEIN, 1965, p.80).

No entanto, é importante frisar que de acordo com o PPU essa expansão deveria ocorrer apenas após 1990, para se evitar a formação de vazios urbanos. Essa diretriz foi consolidada pelo Plano Diretor, que definiu em seu zoneamento a região à oeste do rio Barigui como uma zona de expansão urbana.

A forma proposta para essa urbanização contrariava as experiências existentes. Geralmente os problemas associados à industrialização, tais como poluição e urbanização descontrolada, levavam a criação de distritos industriais isolados. Em Curitiba, no entanto, argumentou-se que isso poderia ser evitado através de um planejamento urbano adequado. Por isso foi proposto um distrito industrial com “[...] uma concepção inteiramente nova de integração entre indústrias e a cidade.” (URBS, 1974a, p. 8).

A integração entre o núcleo urbano existente e a CIC seria alcançada através da ocupação habitacional, que criaria uma nova frente de expansão urbana propiciando moradia para mão-de-obra que inevitavelmente seria atraída pela industrialização. Por isso o projeto da CIC previa a instalação de uma série de equipamentos urbanos para atender as necessidades dos trabalhadores:

“Um empreendimento como a Cidade Industrial [...] requer a colocação de uma área de serviços próxima às indústrias, boas condições de transporte do homem que ali trabalha e requer, além disto, a proximidade e coexistência da habitação e do trabalho de modo humano e organizado.” (URBS, 1974a, p.14).

Em 1973 contratou-se o escritório de Jorge Wilhein para elaborar o projeto urbanístico da CIC. O *Projeto Integrado da Área Industrial da Região Metropolitana* definia uma estrutura viária principal e um zoneamento, que englobava áreas

industriais, habitacionais, comerciais e de serviço. Previa-se a integração com o núcleo urbano através do sistema viário. O eixo principal da CIC seria o Contorno Sul, via a ser executada pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) O posterior desenvolvimento deste projeto por parte do IPPUC e URBS definiu que a ocupação da área entre a CIC e o núcleo urbano consolidado se daria através dos seguintes elementos (ver figura 6):

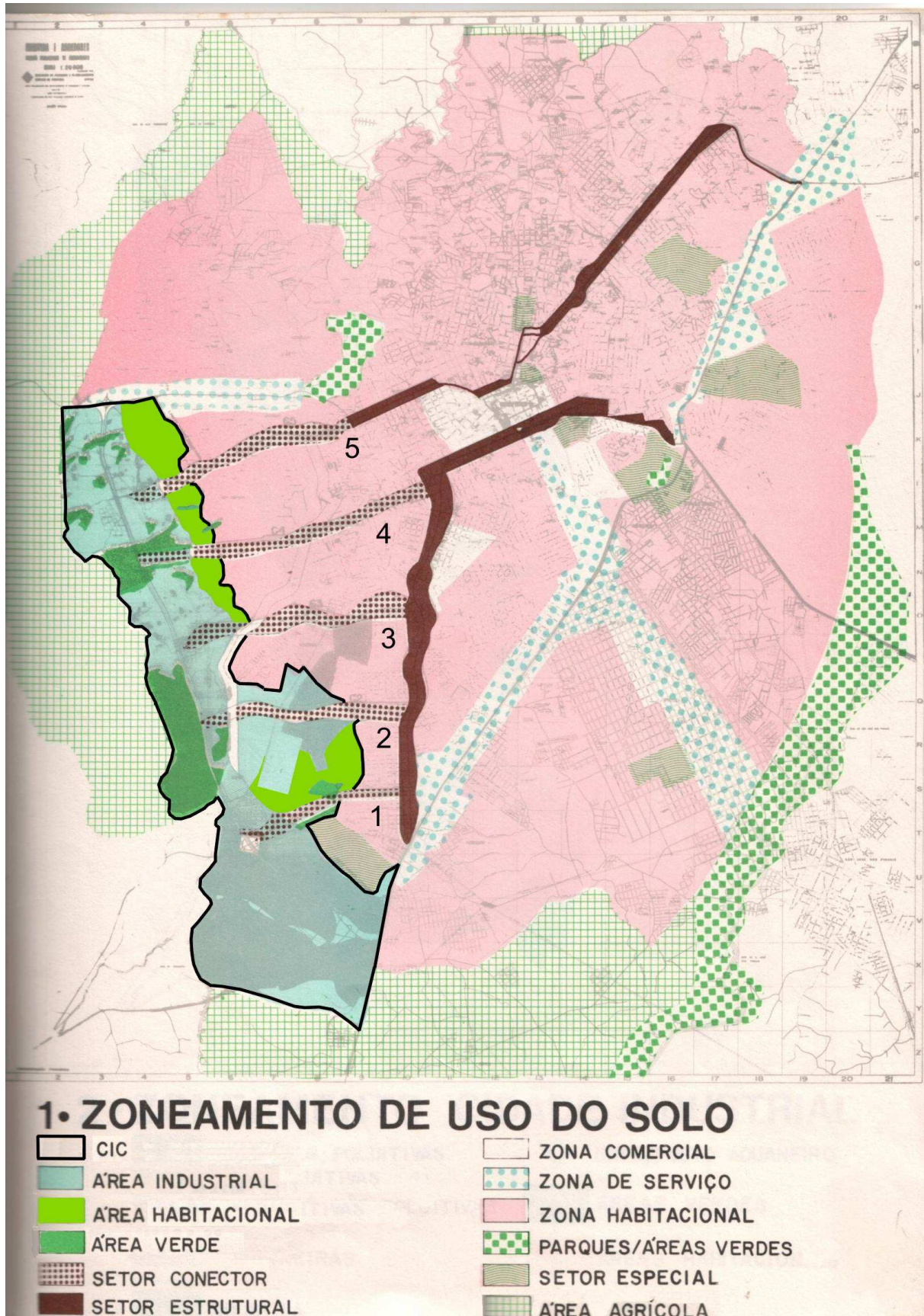
(i) duas áreas habitacionais de baixa densidade na CIC, uma ao norte e outra ao sul do rio Barigui, onde seria realizado um programa habitacional de interesse social destinado a trabalhadores;

(ii) cinco vias conectoras, interligando o Contorno Sul aos eixos estruturais. Principal elemento para estruturação do espaço urbano, as vias conectoras seriam extensões dos eixos estruturais, e assim como eles, deveriam integrar sistema viário, transporte coletivo e adensamento construtivo:

Vias Conectoras - são vias de conexão entre a malha viária urbana existente e a CIC. Cada conectora é composta de 3 vias: 2 de tráfego rápido em sentidos únicos e a central, de tráfego lento, segundo a mesma concepção do sistema trinário das vias Estruturais. A faixa compreendida entre as vias componentes das Conectoras é destinada à construção de conjuntos habitacionais, de alta densidade, bem como, à fixação de atividades terciárias. (IPPUC, 1975a, não paginado).

É importante salientar que durante a elaboração dessas propostas nem todos os eixos estruturais estavam concluídos. Os eixos estruturais norte e o sul foram executados entre 1971 e 1974, o eixo estrutural Boqueirão entre 1976 e 1977, o eixo estrutural Leste entre 1979 e 1980, e o eixo estrutural oeste entre 1979 e 1983.

Figura 6. Esquema do zoneamento de uso do solo de Curitiba

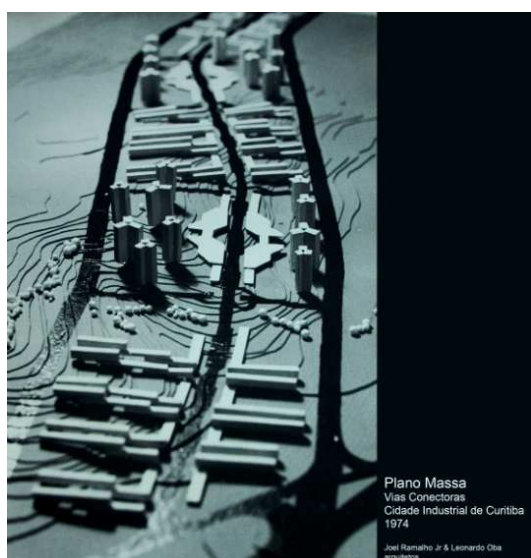


Fonte: URBS, 1974a. Dados trabalhados pelo autor.

2.2 Áreas Habitacionais e Vias Conectoras

Em 1974 foi realizado um estudo para definir como se daria a ocupação das Vias Conectoras. Seguindo os princípios determinados pelo planejamento inicial do IPPUC, foi elaborado o *Plano Massa das Vias Conectoras da Cidade Industrial de Curitiba* pelo escritório dos arquitetos Joel Ramalho e Leonardo Oba. Esse plano propunha uma ocupação diversificada, com uso habitacional, comercial e de serviços, em uma paisagem que alternava blocos de edifícios de pequena altura com um adensamento construtivo maior nos locais previstos para pontos de parada de ônibus (ver figura 7).

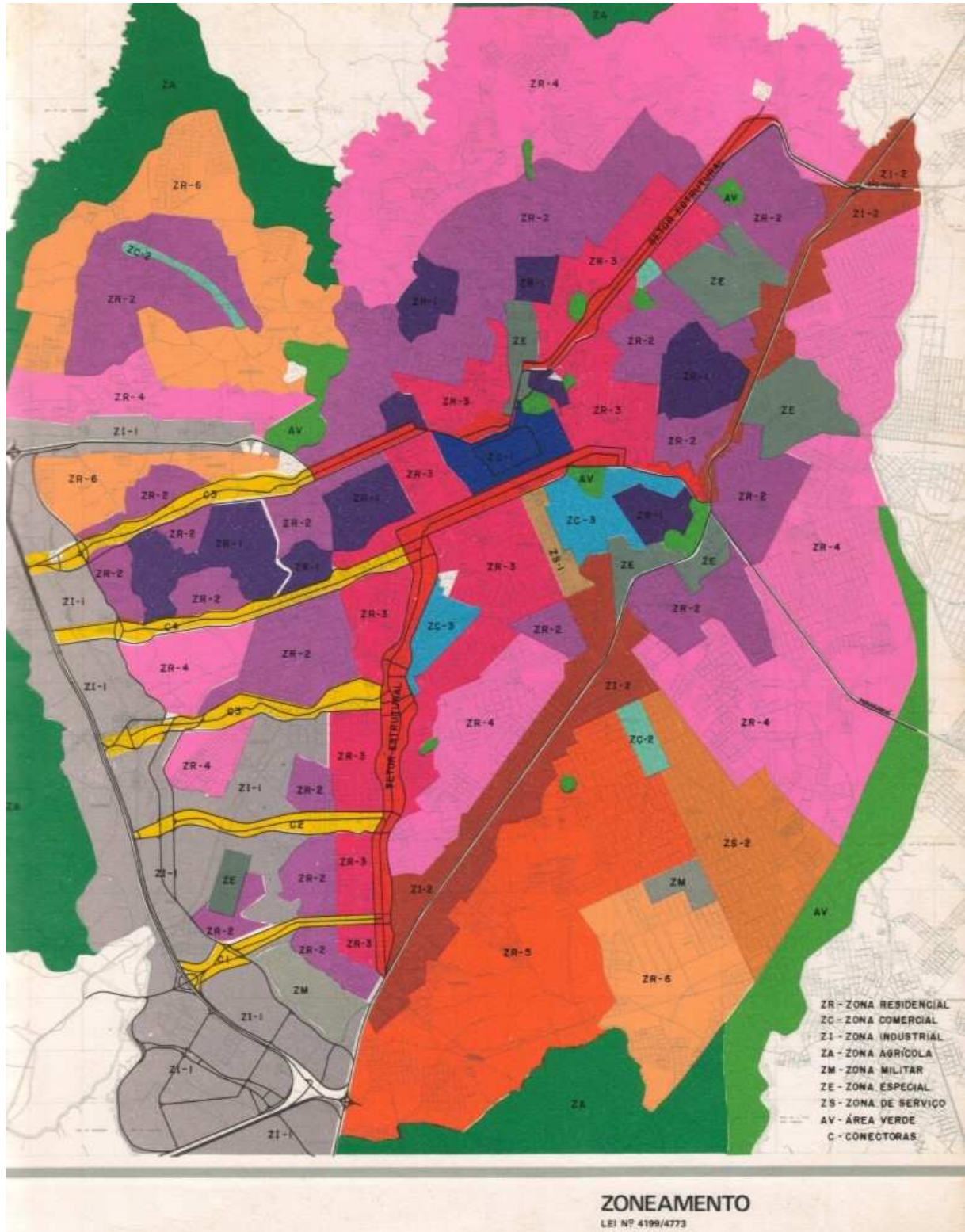
Figura 7. Plano massa das vias conectoras



Fonte: Schwantes,2007.

A oficialização desses elementos estruturadores da ocupação urbana da CIC ocorreu através da lei nº 4773 de 1974. Essa lei alterou o zoneamento existente para incorporar a área da CIC, até então considerada zona de expansão urbana. Bastante esquemática, a lei apenas definiu as zonas industriais e conectoras, sem estabelecer nenhum parâmetro de uso e ocupação do solo (ver figura 8).

Figura 8. Zoneamento de Curitiba - Lei nº 4199 e 4773



Fonte: URBS, 1974b.

Foi o decreto municipal nº 857 de 1975 que definiu os parâmetros de uso e ocupação do solo para as Conectoras. Ele as dividiu em duas faixas: uma industrial, localizada na CIC, e outra habitacional, localizada entre a CIC e as vias estruturais. Na faixa habitacional permitiam-se habitações coletivas, unifamiliares e comércio. Havia dois setores de habitação, um com coeficiente de aproveitamento igual a 1 e altura máxima de 4 pavimentos, e outro com coeficiente de aproveitamento igual a 3 e altura máxima livre.

O início da construção das Conectoras aconteceu de maneira integrada ao processo de implantação da CIC. Como as obras da CIC estavam mais adiantadas na parte sul, as Conectoras 1 e 2 foram as primeiras a serem executadas. No entanto, sua execução não seguiu o esquema planejado, principalmente em relação à via central, que deveria ter uma canaleta exclusiva para ônibus. Em nenhuma das duas Conectoras a canaleta existe de maneira contínua.

Depois do início da implantação da CIC a primeira ação oficial em relação à habitação ocorreu quando a URBS obteve recursos do BNH para obras do sistema viário. Foi firmado o compromisso da URBS garantir a oferta de terrenos a baixo custo para programas populares, conforme especificado na lei municipal nº 4943 de 1974:

Fica o Executivo autorizado a oferecer as garantias necessárias ao financiamento, pelo BNH, para aquisição de terrenos destinados à construção pela COHAB-CT de núcleos de habitações unifamiliares e multifamiliares necessários para atender a demanda de moradias populares na Cidade Industrial de Curitiba. (PMC, lei nº 4943 de 1974).

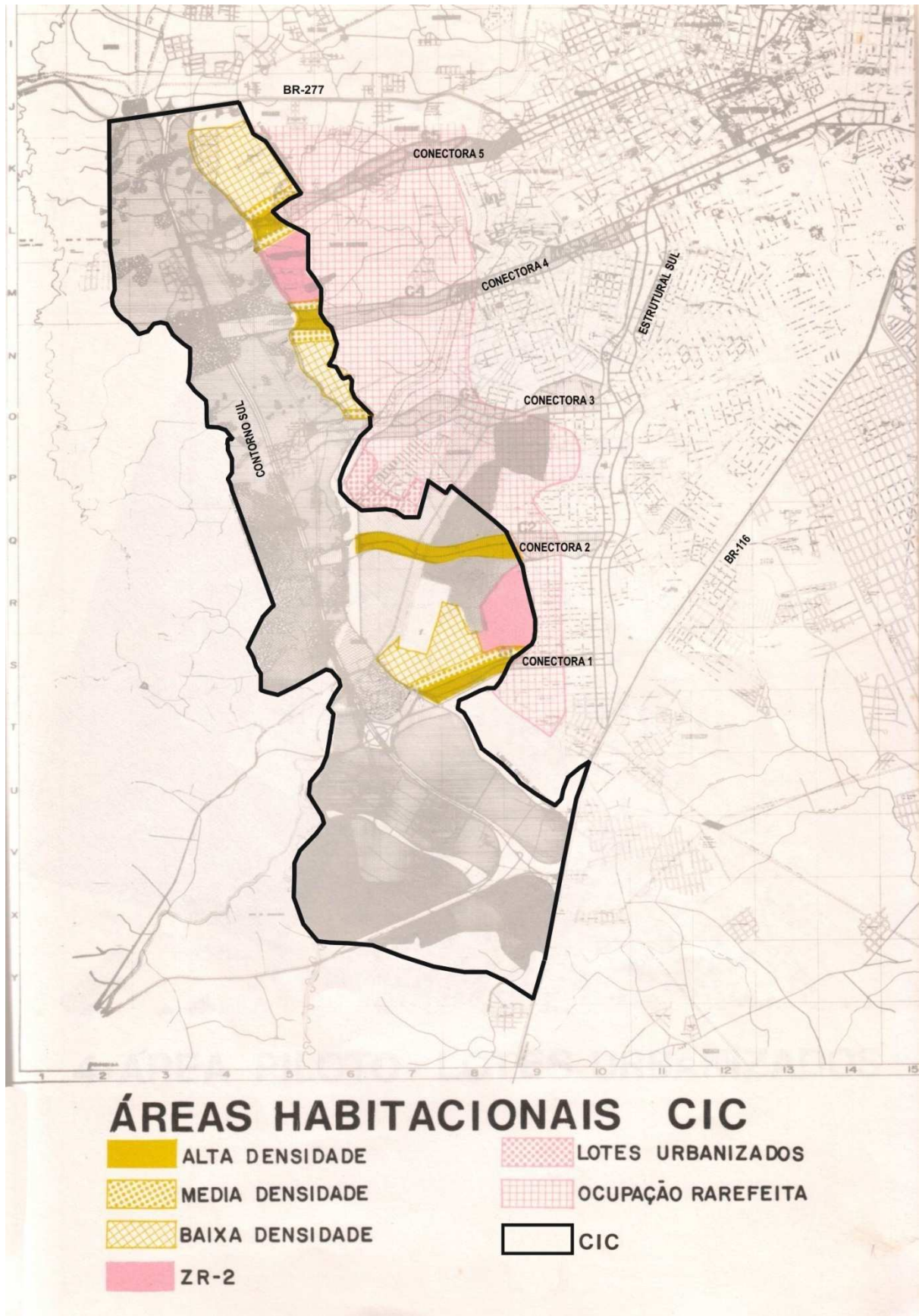
O planejamento mais detalhado das áreas habitacionais iniciou-se em 1975, através da elaboração do *Plano Habitacional Cidade Industrial de Curitiba*. O objetivo desse plano era estimular uma ocupação diversificada, com moradores de diferentes faixas de renda, atendidos pelos seguintes agentes promotores: COHAB-CT, INOCOOP (Instituto de Orientação Cooperativista Habitacional) e iniciativa privada.

A distribuição das unidades habitacionais seguia o planejamento proposto, que tinha como propósito adensar as Conectoras. Assim, nas áreas atingidas pelas Conectoras seriam construídas habitações de alta densidade, nas áreas adjacentes às Conectoras habitações de média densidade e nas áreas entre as Conectoras habitações de baixa densidade (ver figura 9). Esperava-se que este esquema fosse reproduzido na área de ocupação rarefeita localizada entre a CIC e o núcleo urbano consolidado.

Para calcular a demanda por habitação foi feita a estimativa de que quando a CIC estivesse totalmente instalada geraria 50.000 empregos. Estabeleceu-se como meta atender a faixa de renda entre 1 e 5 salários mínimos, cuja estimativa era de 34.695 trabalhadores. Em função disso a proposta do *Plano Habitacional Cidade Industrial de Curitiba* estipulou a oferta de 35.900 unidades habitacionais.

Este número estaria distribuído em lotes urbanizados, habitações unifamiliares isoladas (baixa densidade), habitações unifamiliares geminadas (média densidade) e habitações coletivas (alta densidade). A execução destas 35.900 unidades seria repartida entre a COHAB-CT (17.283 unidades), INOCOOP (7.547 unidades) e a iniciativa privada (11.070 unidades).

Figura 9. Plano Habitacional Cidade Industrial de Curitiba



Fonte: IPPUC, 1975d. Dados trabalhados pelo autor.

Em relação ao cronograma o plano estipulou como prioritária a construção de 2.990 unidades habitacionais em áreas da COHAB-CT próximas das indústrias em implantação, portanto ao longo das Conectoras 1 e 2. A previsão era que estas obras fossem iniciadas ainda em 1975. O restante do Plano seria executado à medida que a demanda surgisse, de acordo com a instalação de mais indústrias.

Estas obras prioritárias tiveram início de acordo com o cronograma estabelecido, e os conjuntos foram entregues nos anos seguintes, totalizando porém 2.220 unidades habitacionais, número inferior ao que havia sido planejado (ver tabela 4).

Tabela 4. Produção habitacional da COHAB-CT na Área Sul da CIC

Ano Conclusão	Conjunto habitacional	Unidades habitacionais
1976	Marechal Rondon	560 apartamentos
1977	Oswaldo Cruz I	830 casas
1979	Oswaldo Cruz II	830 casas

Fonte: Costa, 2006.

A implantação das demais Conectoras e Áreas Habitacionais aconteceram em uma etapa posterior. Em 1976, com as obras dos conjuntos habitacionais situados na região sul da CIC já em andamento, foi elaborado pela Prefeitura de Curitiba, em parceria com o IPPUC, URBS, COHAB-CT e INOCOOP, um novo plano habitacional, o *Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba*, desta vez detalhando a implantação das áreas habitacionais situadas na região norte da CIC.

Os objetivos desse plano habitacional reafirmavam os princípios do planejamento da CIC:

Atendimento das necessidades de expansão do mercado habitacional da cidade de Curitiba; Desenvolvimento do equipamento residencial da CIC alojando a sua mão-de-obra em local próximo às áreas de trabalho e reduzindo posteriores investimentos infra-estruturais em transporte urbano; Aproveitamento dos preços favoráveis de terreno, antes que o desenvolvimento da CIC e da própria cidade os conduzam a valores excessivamente elevados. (IPPUC, 1976a, não paginado).

Em relação ao plano anterior, que propunha uma ocupação mais diversificada, com diferentes agentes promotores atuando em cada área, as propostas deste plano apresentavam uma setorização mais rígida (ver figura 10).

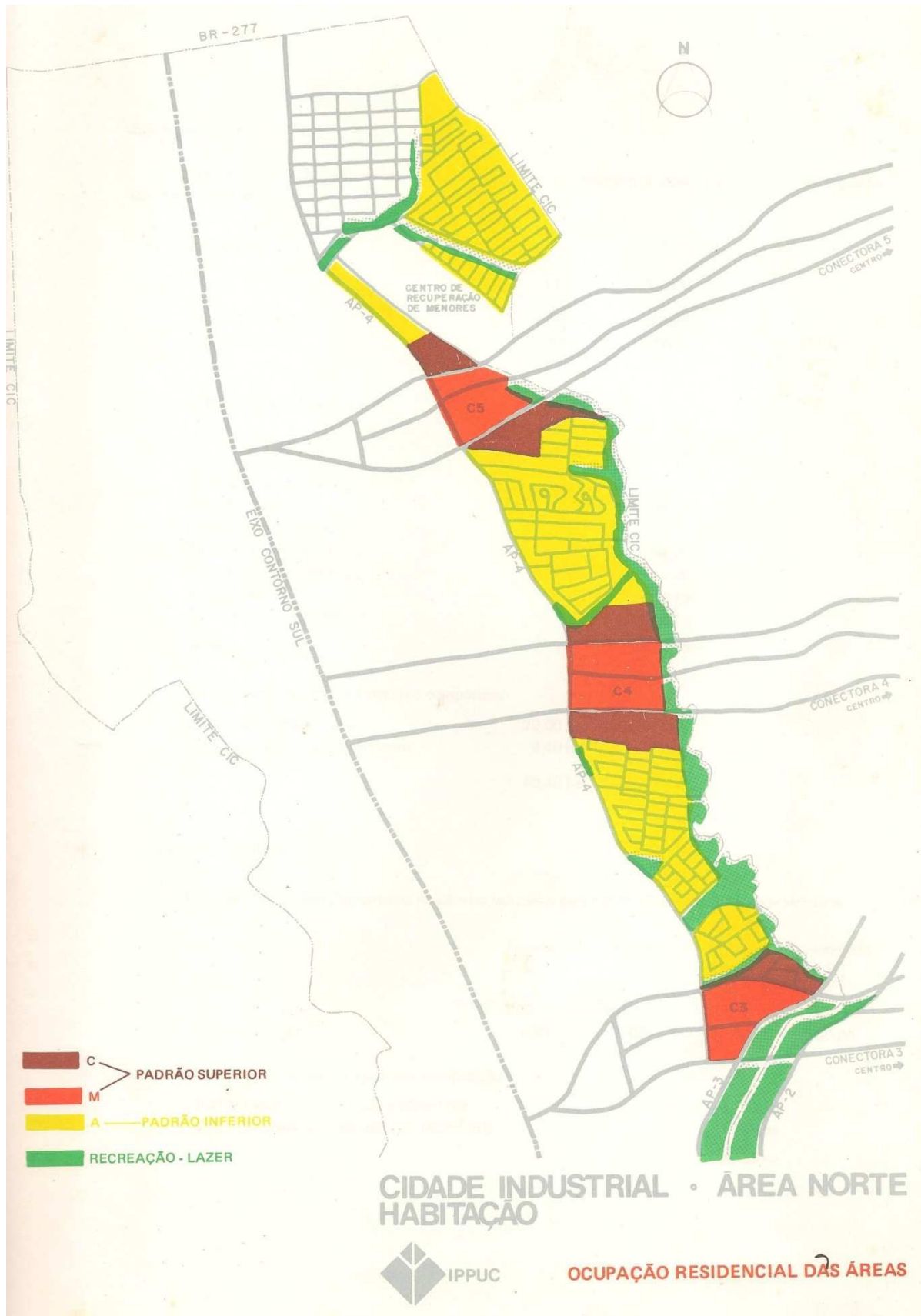
As áreas C e M eram definidas como de padrão superior, e destinadas exclusivamente ao INOCOOP. Nelas os terrenos individuais teriam 300 m² com casas entre 60 m² e 70 m². Já as áreas A eram definidas como de padrão inferior e destinadas exclusivamente à COHAB-CT. Os terrenos teriam entre 140 m² e 200 m², e as casas de 36,30 m² a 50,60 m². Previa-se a construção de 8.348 unidades habitacionais, tendo como agentes promotores apenas a COHAB-CT (3.548 unidades) e o INOCOOP (4.800 unidades).

Como resultado desse plano, em 1976 foi firmado um convênio entre o BNH e a Prefeitura de Curitiba para o repasse de recursos financeiros no valor de até 7.397.525 UPC (Unidade Padrão de Capital). Em 1977 a URBS contratou empréstimo no valor de 409.165 UPC para aquisição e legalização de 257,33 hectares de terra.

Quanto ao cronograma de execução, foi estipulado que as obras deveriam se iniciar na Conectora 3 e seguir em direção à Conectora 5, admitindo reformulação neste esquema em razão da maior ou menor dificuldade de aquisição de terrenos. O plano também apresentava uma hierarquização das Conectoras:

[...] a ligação dos núcleos [habitacionais] com a cidade de Curitiba será feita pelas Conectoras 3, 4 e 5, sendo que nesta última haverá uma linha de ônibus expresso. A realização e o investimento correspondentes à Conectora nº 5 fazem parte de outro programa, razão pela qual seu orçamento não é incluído neste documento. (IPPUC, 1976a, não paginado).

Figura 10. Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba



Fonte: IPPUC, 1976a.

A afirmação acima se refere ao *Programa de Obras da Prefeitura de Curitiba no Setor de Transporte e Circulação para o triênio 1976/78*. Nele previa-se o aperfeiçoamento do sistema viário básico e de transporte de massa através de obras complementares de pavimentação e ligação viária, bem como sua ampliação. Isso aconteceria à sudeste, em direção ao bairro do Boqueirão, e à oeste, em direção à CIC.

Uma das diretrizes do planejamento urbano era impulsionar o crescimento da cidade na direção da CIC. Por isso o sistema de transporte e circulação, principal instrumento do modelo de desenvolvimento de Curitiba, precisava ser adequado a essa diretriz. Dessa maneira foi proposta a criação do Eixo Estrutural Oeste, o que implicava na finalização do Eixo Estrutural Norte e na construção da Conectora 5:

A expansão da ocupação industrial na área norte da CIC, **a implantação dos seus respectivos setores habitacionais, com a construção de 12.000 casas populares**, a ocupação rápida do oeste da cidade e o grande adensamento verificado com a implantação parcial da Estrutural Norte (ramal noroeste), acarretam a necessidade da execução de acessos viários e de uma canaleta exclusiva para a implantação do sistema de transporte de massa da zona – o Expresso Oeste, o que será conseguido através da execução da Conectora 5 e da complementação da Estrutural Norte. [...] A Conectora 5, à semelhança das demais conectoras e das estruturais, é um trinário composto de uma via central e de duas vias externas. A via central se destina a abrigar a canaleta exclusiva do sistema expresso e as pistas de tráfego lento, uma para cada sentido; as vias externas permitem um tráfego contínuo ao longo do setor, além de servirem como linhas limítrofes dessa zona que **permite um grande adensamento**. (IPPUC, 1977a, não paginado, grifos meus).

Em relação às Conectoras 3 e 4 o Programa de Obras indicava a previsão futura de sua execução. No entanto, as Conectoras 3 e 4 nunca foram implantadas. Apenas o projeto da Conectora 5 teve seqüência. “Tudo foi planejado já no nascimento da CIC, desde os acessos. Ainda hoje pega-se o mapa e encontra-se nele todos os trajetos projetados. Algumas conectoras não foram construídas, mas estão lá, já previstas.” (Depoimento Dario Lopes dos Santos *apud* IPPUC, 1991a, p. 112-113). De fato, mesmo as Conectoras não implantadas continuaram existindo no zoneamento.

Ainda em 1976 foi firmado um convênio entre a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos (EBTU) e a Prefeitura de Curitiba para execução dessas obras (IPPUC, 1977a).

Os recursos foram buscados junto ao Banco Mundial. Para isso foi elaborado em 1977 o documento *Relatório de Viabilidade dos Programas de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Curitiba*. As obras previstas nele eram:

1. Execução da Via Conectora 5, acesso principal para a área norte da Cidade Industrial de Curitiba; 2. Pavimentação de 106,2 km de vias para os ônibus alimentadores do sistema de transporte de massa; 3. Execução de 9 terminais de bairro, ao longo dos corredores do sistema de transporte de massa. (IPPUC, 1977b, p. 6).

A justificativa para o recebimento dos recursos era o fato de que em Curitiba o desenvolvimento urbano fazia-se de forma planejada, tendo como principal instrumento organizador o sistema de circulação: “[...]circulação e uso do solo são indissociáveis, quando se trata de direcionar o crescimento da cidade.” (IPPUC, 1977b, p. 24). Dessa forma investimentos nesta área representavam na verdade uma intervenção de alcance muito maior.

Até então essa estratégia havia sido adotada em Curitiba em áreas já consolidadas, o que limitou as possibilidades de intervenção do planejamento urbano. A implantação da Conectora 5, ao contrário, representava a expansão da cidade sobre um espaço ainda não urbanizado, o que dava ampla liberdade na concepção do projeto.

A idéia era que a ação estatal organizasse a expansão urbana, executando a infraestrutura urbana e com isso direcionando o crescimento da cidade para aquele espaço. Importante destacar que os programas de habitação cumpriam papel fundamental nesse processo.

Esse projeto procura abrir uma **nova frente para ocupação urbana**, com abundante oferta de terrenos para os programas de habitação, evitando-se assim que a grande pressão por novos domicílios [...] venha a sobrecarregar demasiadamente as zonas residenciais já ocupadas ou, pior, venha a ocupar

efetivamente áreas inconvenientes. [...] é muito mais fácil e barato conduzir toda essa pressão para áreas convenientemente preparadas, pois a experiência que já tivemos com a implantação dos Setores Estruturais nos mostra que essa indução do desenvolvimento urbano acelerado, mas ordenado, é **perfeitamente acompanhada pela iniciativa privada em geral**. [...] Por todas essas razões, pode-se afirmar que **a Conectora 5 é efetivamente uma frente pioneira de urbanização, que vai começar a promover, ordenadamente, o desenvolvimento global integrado da região oeste de Curitiba**. (IPPUC, 1977b, p. 87-88, grifos meus).

Para posterior análise da ocupação efetiva que ocorreu na Conectora 5 também é importante destacar algumas observações feitas pelo relatório:

(i) Para comprovar a viabilidade financeira do projeto foi estabelecida uma relação entre custos e benefícios. Para isso foi elaborada a quantificação monetária de diversos benefícios que o projeto traria: economia de tempo do transporte coletivo, economia do transporte individual, e valorização de imóveis. Chama a atenção nessa relação o último item: “[...] paralelamente a estas obras haverá uma valorização dos imóveis das áreas de influência, que se traduzirá num benefício aos proprietários destes imóveis.” (IPPUC, 1977b, p. 84). A incorporação dessa valorização ao proprietário da terra era vista como um benefício, e portanto um objetivo a ser alcançado. Ao final do Relatório foram apresentadas curvas da relação entre custo e benefício para cada área atingida pelas obras, e justamente a região da Conectora 5 era a que apresentava a relação mais vantajosa.

(ii) Como região oeste ainda era pouco habitada o custo da terra era menor que no restante da cidade, o que facilitava sua desapropriação. Mas era preciso agilidade, pois de acordo com o relatório “[...] com a constante valorização natural que incide sobre os terrenos em geral, essa talvez seja a **última oportunidade** de que o poder público dispõe para intervir nessas áreas, consolidando a estruturação da cidade nos moldes propostos pelo Plano Diretor.” (IPPUC, 1977b, p. 90, grifos meus).

De acordo com Saul Raiz, então prefeito de Curitiba, as negociações para obtenção do financiamento do Banco Mundial foram realizadas pessoalmente por ele:

E daí surgiu aquele plano básico criando a linha Leste-Oeste, as estações de embarque e eu fui ao Banco Mundial e “vendi” o projeto. Foi a primeira vez em toda a história desse banco que se financiou um projeto urbanístico, porque nós mostramos que aquele projeto seria um modelo que depois transportaríamos para cidades de médio porte e que aquilo ajudaria a fixar as populações rurais e evitar o crescimento descontrolado das grandes cidades. [...] Deu tudo certo e no final do meu Governo veio o dinheiro que permitiu construir toda linha Leste Oeste. (Depoimento Saul Raiz *apud* IPPUC, 1990c, p. 59-60).

O projeto em questão foi aprovado pelo Banco Mundial em 1978 sob a denominação *Urban Transport Project*. Seu objetivo principal era aprimorar os serviços de transporte urbano, enfatizando a provisão de transporte público para população de baixa renda em cinco áreas metropolitanas do Brasil: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife e Salvador. De acordo com o Banco Mundial, em Curitiba 73% dos investimentos beneficiariam diretamente a população com renda abaixo de um terço da média nacional⁵.

Os recursos totalizavam 606 milhões de cruzeiros, destinados à execução de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, desapropriação, iluminação, paisagismo e obras de arte, e foram repassados à Prefeitura de Curitiba mediante um convênio firmado entre o Banco Mundial e a EBTU (IPPUC, 1980b).

Em 1979 Jaime Lerner voltou a assumir o cargo de prefeito, dando continuidade aos projetos em andamento. O discurso oficial adotado era que o modelo de desenvolvimento urbano de Curitiba já estava consolidado e que naquele momento o fundamental era,

[...] tornar os equipamentos implantados mais acessíveis ao maior número possível da população. Para que a cidade seja mais humana, é preciso que ela seja mais humana para todos. Nesse sentido, a política de ocupação dos espaços urbanos procura racionalizar a utilização de áreas ociosas ou de equipamentos existentes, bem como complementar aqueles usos que estão faltando nos diversos setores da cidade. (IPPUC, 1980c, p. 10).

⁵ Informações retiradas do site do Banco Mundial.
<http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK=64283627&piPK=73230&theSitePK=40941&menuPK=228424&contentFed=yes&Projectid=P006292>

Coerente com essa diretriz, o IPPUC e a COHAB-CT realizaram em 1979 um levantamento das áreas livres na cidade com o objetivo de formar um estoque de terras para desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social. O objetivo era racionalizar a ocupação urbana, estimulando o uso de áreas já infra-estruturadas porém ociosas:

Fazer previsões para a construção de moradias populares de nada adiantam, se não houver a respectiva contrapartida em terra. O município de Curitiba, a partir de 1980, decidiu por fazer estoque de terras baseado nos seguintes motivos: 1) livrar a terra da especulação imobiliária ou da valorização que, muitas vezes, o próprio município provoca quando realiza obras em determinadas regiões da cidade. 2) a grande quantidade de vazios urbanos (áreas de terras não ocupadas, já com água, luz, transporte e com vizinhança), condizentes com a nova filosofia de promover a implantação de moradias populares em áreas já urbanizadas. (DELY, 1996, não paginado).

As diretrizes para formação do estoque de áreas eram a proximidade à infra-estrutura urbana e adequação aos vetores de expansão urbana. Com base neste estudo foram escolhidos dois grandes setores: o Setor Leste e o Setor Oeste. Ambos continham vazios urbanos e estavam prestes a receber a implantação de eixos estruturais.

A figura 11 apresenta os vazios urbanos identificados em Curitiba. Nela se pode observar como na CIC havia várias áreas consideradas vazios urbanos, incluindo grande parte da Conectora 5.

Figura 11. Vazios urbanos em Curitiba



Fonte: COHAB-CT, 1983.

Outra iniciativa que ia de encontro à proposta de “racionalizar a utilização de áreas ociosas”, de maneira a “tornar a cidade mais humana para todos” foi a promulgação do decreto municipal nº 901 de 1980, que criava os Setores Especiais de Habitação Social:

CONSIDERANDO a proposta apresentada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; CONSIDERANDO o crescente déficit habitacional para população de baixa renda verificada no Município de Curitiba; CONSIDERANDO a existência de extensas áreas equipadas e não ocupadas; CONSIDERANDO a responsabilidade do PODER PÚBLICO em assegurar às camadas de menor poder aquisitivo o acesso à casa própria e aos equipamentos urbanos, decreta:

Artigo. 1º - Ficam declaradas como Setores Especiais de Habitação de Interesse Social, as áreas destinadas à implantação, pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba, de núcleos habitacionais. (PMC, decreto nº 901 de 1980).

A execução da Conectora 5 vinha justamente de encontro a essas diretrizes, pois propiciaria o desenvolvimento de uma área totalmente ociosa, criando um novo eixo de expansão urbana. De acordo com um cadastro realizado pelo IPPUC em 1980, a área onde seria implantada a Conectora 5 possuía uma população de apenas 950 habitantes, resultando numa densidade de 5,76 habitantes por hectare. Em uma área de 164,8 hectares foram identificados 291 terrenos, dos quais 229 estavam ocupados e 62 desocupados. Quase a totalidade das edificações possuía 1 pavimento, sendo que mais da metade era de madeira (IPPUC, 1980a).

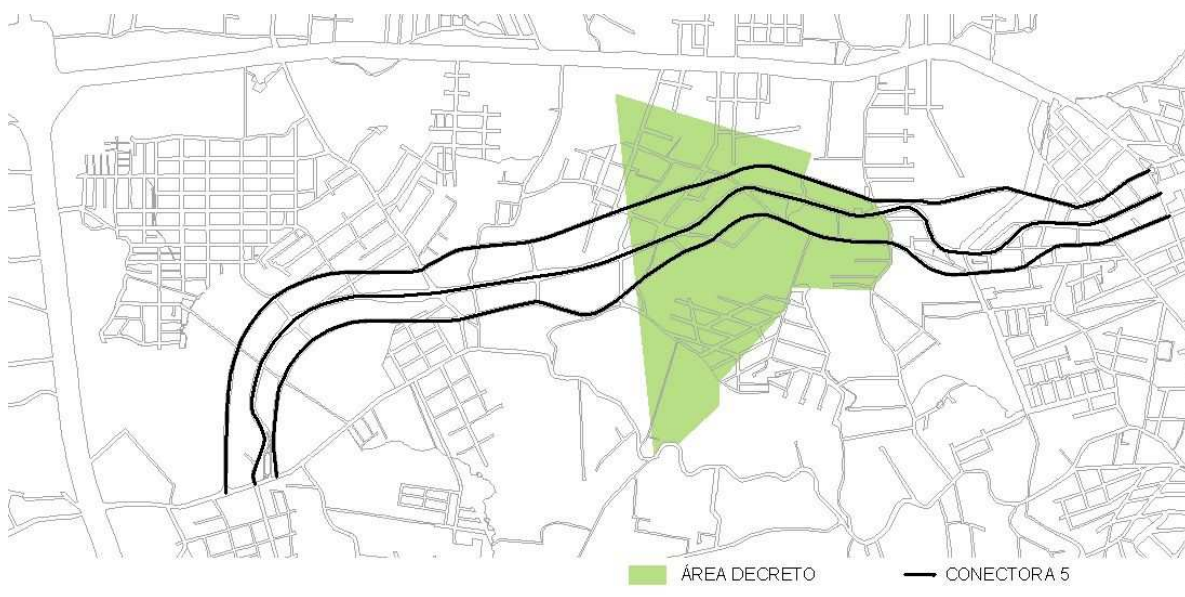
A análise de diversos documentos oficiais desse período indica uma ação da Prefeitura de Curitiba voltada para utilização da Conectora 5 com fins sociais. O projeto de urbanização da Conectora 5 passou a ser chamado de Nova Curitiba, nome significativo do que ele representava para o discurso oficial:

A construção da Nova Curitiba, um bairro modelo dotado de todos os serviços urbanos, inclusive transporte de massa, será um exemplo da total integração das funções urbanas. A Nova Curitiba será implantada na Conectora 5 (Ramal oeste da Estrutural Norte), dotada de toda infra-estrutura básica, habitação, equipamentos comunitários e serviços de apoio. O setor comercial terá um desenvolvimento linear ao longo de ambos os lados da via central, interligados

entre si por passarelas. A moradia, em seus diversos níveis, se integra ao setor comercial, formando vizinhanças diversificadas. (IPPUC, 1980c, p. 10).

Para viabilizar a Nova Curitiba uma área de 1.082.680 m² foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação mediante o decreto municipal nº 1023 de 1979 (ver figura 12). De acordo com esse decreto a desapropriação era necessária para “[...] abertura e implantação do Sistema Conectora 5 em suas três vias, execução de planos de urbanização e o loteamento de terrenos para construção de casas populares.” (PMC, decreto nº 1023 de 1979).

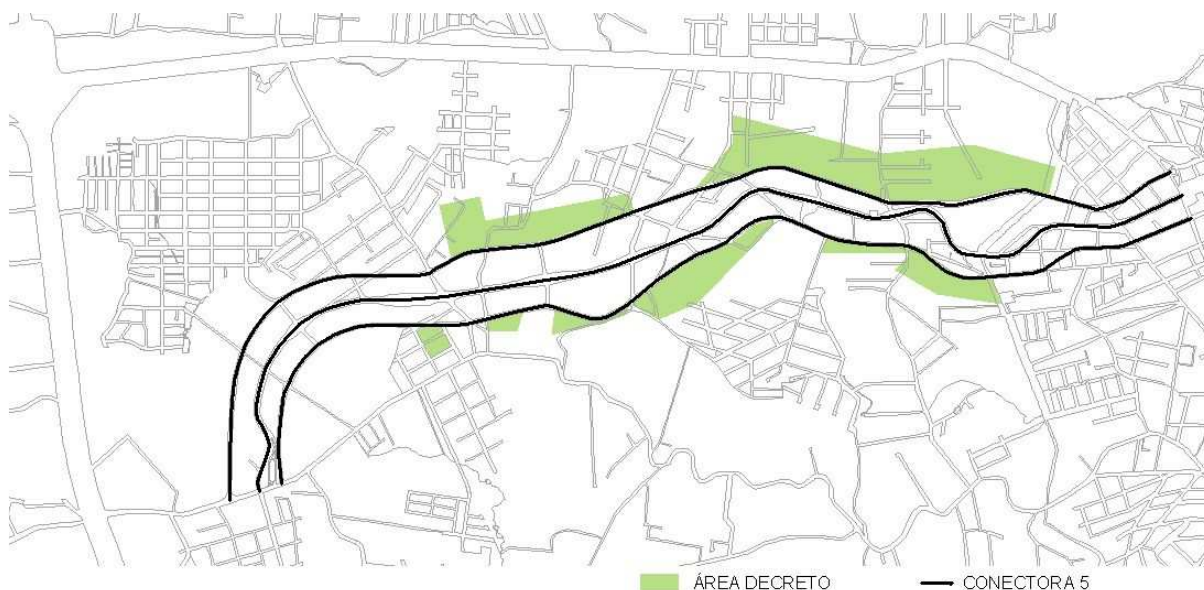
Figura 12. Área declarada de utilidade pública para desapropriação pelo decreto municipal nº 1023 de 1979



Fonte: PMC, decreto nº1023 de 1979. Dados trabalhados pelo autor.

Meses depois, em 1980, foi promulgado o decreto municipal nº 145, que revogava o decreto municipal nº 1023, substituindo a área nele indicada por outras sete novas áreas (ver figura 13), totalizando aproximadamente 740.000 m². De acordo com o novo decreto as desapropriações “[...] destinam-se ao loteamento de terras para a implantação de Núcleos Habitacionais, ficando a Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB, autorizada a promover e executar amigável ou judicialmente as desapropriações das áreas em pauta.” (PMC, decreto nº 145 de 1980).

Figura 13. Área declarada de utilidade pública para desapropriação pelo decreto municipal nº 145 de 1980



Fonte: PMC, decreto nº145 de 1980. Dados trabalhados pelo autor.

Além dessas iniciativas, o IPPUC, estimulado por técnicos do EBTU, BNH e Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), elaborou o *Programa Integrado de Habitação, Infra-Estrutura e Transporte*, com o objetivo de vincular aos investimentos em infra-estrutura viária e transporte de massa da Conectora 5 um programa habitacional destinado à população de baixa renda.

Esse plano previa a criação de setores habitacionais, comerciais, e de serviço ao longo da Conectora 5. Entre as três vias se localizariam habitações de alta e média densidade com a estimativa de construção de 14.000 unidades, e em áreas externas habitações de baixa densidade, com estimativa de construção de 3.080 unidades, totalizando 17.080 unidades habitacionais. Para atender a população de baixa renda o plano previa “[...] primordialmente, a construção de habitações do padrão COHAB, posto que a Cidade Industrial de Curitiba está localizada próxima à área proposta. A complementação de habitações estaria a cargo do INOCOOP e do SBPE [...]” (IPPUC, 1980b, p. 20). Por isso, do total de 17.080 unidades residenciais, 9.000 unidades seriam

executadas pela COHAB-CT, 5.000 pelo INOCOOP, e 3.080 pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

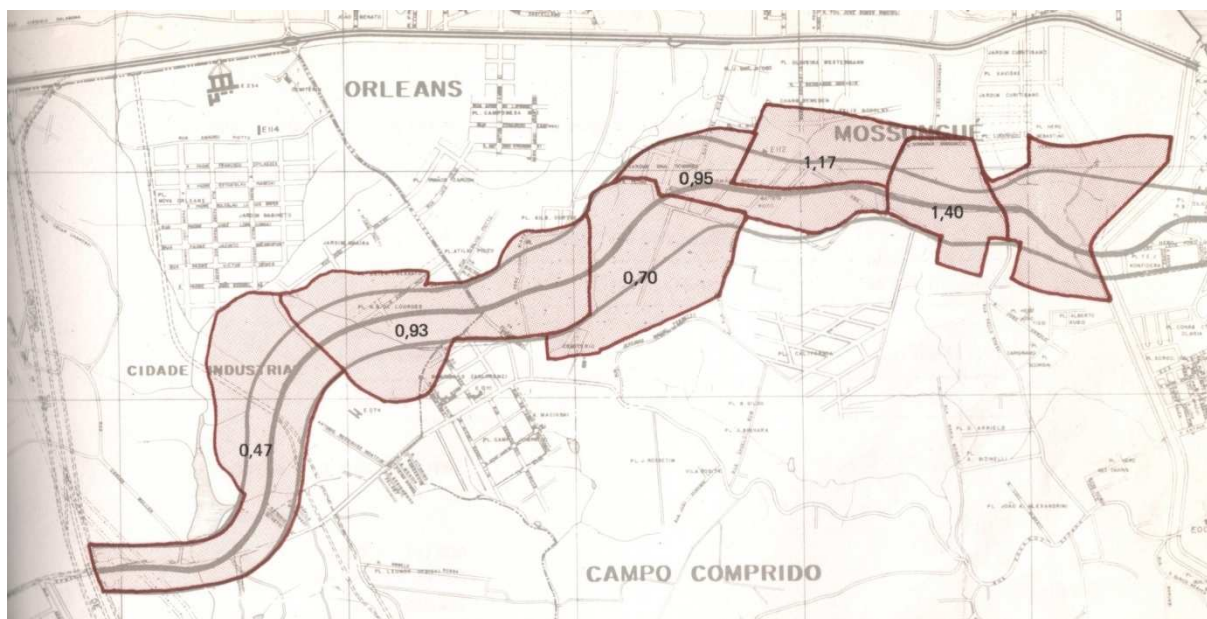
Realizado em 1980, quando as obras da Conectora 5 estavam em seu início, esse estudo afirmava que a terra ainda possuía um custo relativamente baixo. Contudo, à medida que as obras prosseguissem esperava-se uma valorização que impediria a aquisição de áreas pelo poder público. Por isso,

[...] decorre a necessidade do Poder Público antecipar-se ao desencadear da fase aguda da especulação imobiliária, adquirindo imediatamente as áreas necessárias ao seu desenvolvimento. Pretende-se que o Poder Público atue como órgão controlador e eventualmente beneficiário, do processo especulativo, garantindo preços viáveis à futura execução de conjuntos populares destinados à população de baixa renda. (IPPUC, 1980b, p. 7).

Como o ponto principal desse projeto era a compra da terra, estimou-se qual seria o valor limite para viabilidade dos empreendimentos. A análise dos custos de produção de habitação levou aos seguintes valores máximos de preço da terra: 0,43 UPC/m² para COHAB-CT, 1,45 UPC/m² para INOCOOP e 2,36 UPC/m² para SBPE.

No entanto, o levantamento do custo da terra existente na Conectora 5 demonstrou que a maior parte das áreas possuía valores acima do limite para empreendimentos da COHAB-CT (ver figura 14).

Figura 14. Preço da área bruta na Conectora 5 (UPC/m²)

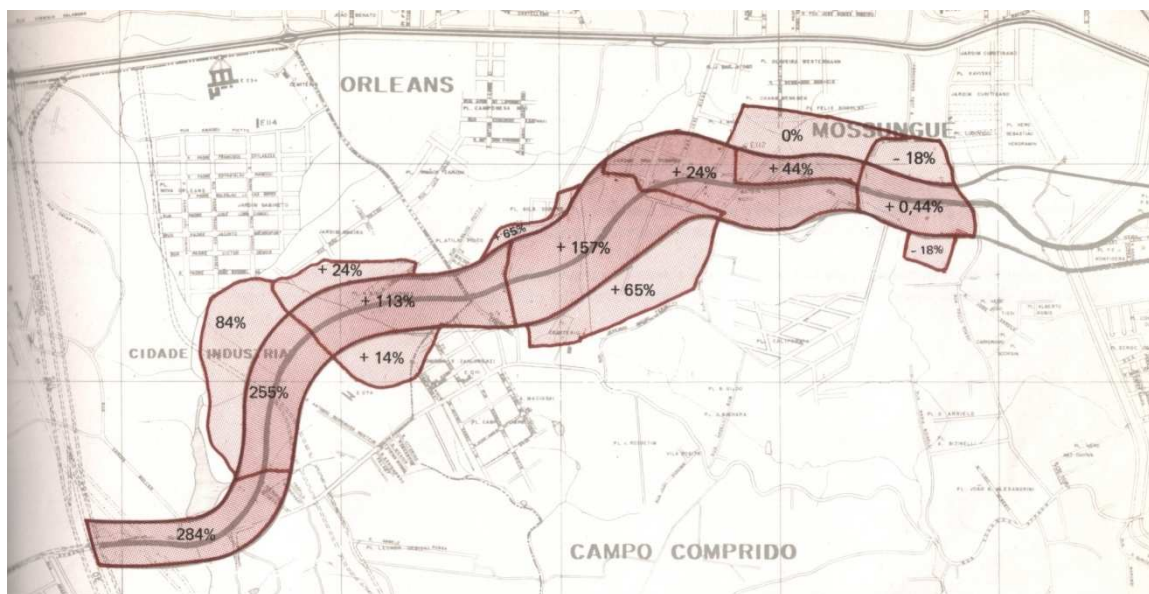


Fonte: IPPUC, 1980b.

Para tornar viáveis esses empreendimentos seriam necessários subsídios: “[...] faz-se necessário operações de subsídio com terceiros (INOCOOP, SBPE, etc), a fim de viabilizar os conjuntos.” (IPPUC, 1980b, p. 35). Neste caso o preço máximo admissível passaria para 1,09 UPC/m², o que possibilitaria a execução de empreendimentos da COHAB-CT em quase toda a extensão da Conectora 5.

O estudo também apontava a acentuada expectativa de valorização da terra após o início das obras, reforçando a necessidade de adquirir rapidamente a terra (ver figura 15).

Figura 15. Valorização projetada na Conectora 5



Fonte: IPPUC, 1980b.

Seguindo o planejamento de formar um estoque de áreas para desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social em Curitiba, no ano de 1980 foram adquiridos perto de 8 milhões de m² de terra nos setores Leste e Oeste de Curitiba e em vários municípios da região metropolitana com recursos do BNH e da própria COHAB-CT (COHAB-CT, 1983).

De acordo com a COHAB-CT esse estoque era o terceiro maior entre todas as Companhias de Habitação Popular do Brasil, menor apenas que o da COHAB de São Paulo e de Minas Gerais. Como estas possuíam abrangência estadual, provavelmente Curitiba era o município brasileiro com maior estoque de terra destinado para programa de habitação de interesse social. Nessas áreas seria possível construir cerca de 30.000 unidades habitacionais.

No Setor Leste a Prefeitura, através do decreto municipal nº 1280 de 1979, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação em favor da COHAB-CT uma área de 6 km², e com isso adquiriu vários terrenos:

Quando o Jaime entrou, na segunda gestão, decidiu-se fazer o expresso Leste, [...] e eu fui encarregada dele. [...] Nessa época comecei a enxergar outra coisa: os vazios urbanos que havia no Cajuru [bairro da região leste] e que a gente começou a repassar para a COHAB-CT, que comprou vários terrenos lá e fez conjuntos. Eram terrenos de particulares, que a COHAB-CT começou a comprar sem o mecanismo de desapropriação. Investiu ali e acabaram saindo vários projetos, houve uma integração entre habitação e transporte. (Depoimento Maria José Malucelli *apud* IPPUC, 1991b, p. 264).

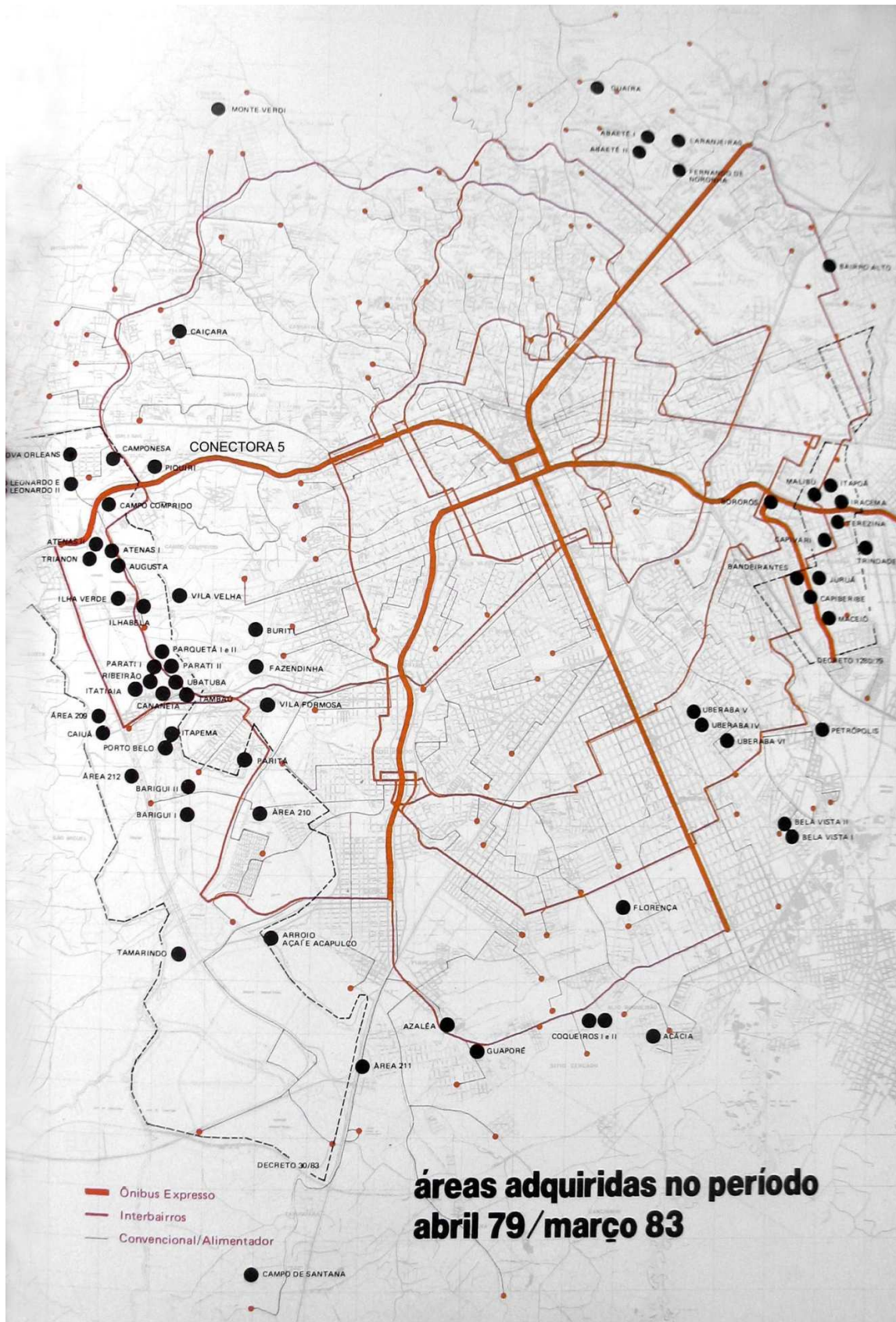
No Setor Oeste, de acordo com a COHAB-CT,

[...] antes que os benefícios destes projetos [Conectora 5 e sistema de ônibus expresso] chegassem àquele local, o que tornaria inviável a compra de terras a preços acessíveis, a COHAB-CT e a URBS adquiriram, no decorrer de 1980, 2,2 milhões de metros quadrados na região. (COHAB, 1983, p. 39).

No entanto, apesar dos decretos municipais que declaravam várias áreas como de utilidade pública para fins de desapropriação, e da elaboração do Programa Integrado de Habitação, Infra-Estrutura e Transporte, nesse estoque não havia nenhuma área localizada na Conectora 5. Teria sido feita uma solicitação de financiamento para aquisição de áreas ao longo da Conectora 5 ao BNH, mas ele não foi aprovado. Dessa maneira o projeto habitacional da Nova Curitiba não foi realizado. Como pode se observar na figura 16, todas as áreas adquiridas situavam-se na periferia da cidade (ver figura 16).

Já as obras viárias seguiram o prazo estabelecido, e em 1983 a Conectora 5 estava concluída. A infra-estrutura nela construída era mais sofisticada que nos demais eixos estruturais. O projeto viário foi desenvolvido para eliminar os cruzamentos em nível na via central do eixo estrutural, com o objetivo de garantir maior velocidade e regularidade ao sistema de transporte coletivo. Para isso foram planejados cinco viadutos e vários acessos e contornos viários.

Figura 16. Áreas adquiridas pela COHAB-CT



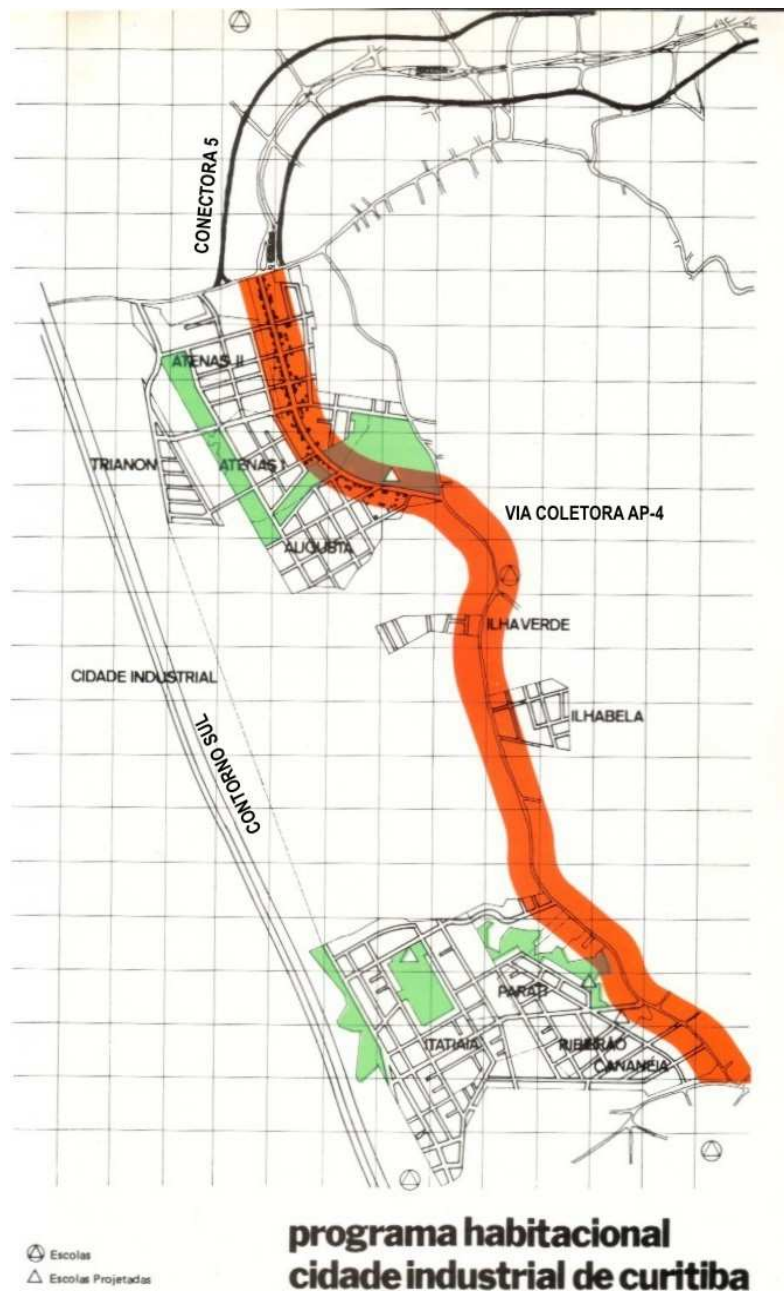
Fonte: COHAB-CT, 1983.

Do total de áreas adquiridas no Setor Oeste, 1 milhão de m² era da COHAB-CT. Assim, em 1981 foi elaborado o *Plano Habitacional da Cidade Industrial de Curitiba* para dar continuidade à implantação da Área Habitacional Norte da CIC. Este plano afirmava que mesmo com a aquisição de terras feita em 1980 as metas estipuladas pelo plano anterior de 1976 ainda não haviam sido atingidas. Dos 257,33 hectares inicialmente previstos para desapropriação no empréstimo junto ao BNH de 1977, apenas 102,77 hectares haviam sido efetivamente desapropriados em nome da COHAB-CT.

Alegava-se que o valor estipulado para aquisição da terra era baixo, e que devido à ocorrência de uma excessiva valorização a meta original não poderia mais ser cumprida. Em face destas dificuldades optou-se por dar prosseguimento ao planejamento habitacional da CIC com as áreas disponíveis. Assim, a área do projeto passou a ser de 102,77 hectares somados a mais 62,25 hectares que a COHAB-CT adquiriu com recursos próprios.

A concepção geral desse novo plano abandonava completamente o esquema baseado no adensamento das Conectoras (ver figura 17). Na distribuição das unidades habitacionais utilizou-se como eixo principal a Via Coletora AP-4, paralela ao Contorno Sul, prevendo ao longo dela um maior adensamento, com habitações coletivas de até 4 pavimentos, comércio, serviços e equipamentos públicos. Por essa via também circulariam ônibus alimentadores interligados ao terminal CIC Norte, situado ao final da Conectora 5. No restante da área previa-se uma ocupação habitacional diversificada, compreendendo casas, apartamentos e lotes urbanizados. A população com renda de até 2 salários mínimos seria atendida em lotes urbanizados no sistema de auto-construção. O total previsto era de 7.333 unidades habitacionais, sendo 1.988 lotes, 337 casas e 5.008 apartamentos (COHAB-CT, 1981).

Figura 17. Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba



Fonte: COHAB-CT, 1983.

Para a COHAB-CT a experiência de construção desses conjuntos tornou-se paradigmática devido à concepção arquitetônica de adequação ao entorno.

Foram feitas muitas unidades nesse projeto da CIC. A COHAB construía em toda cidade, mas ali a construção ficou mais concentrada e foram perto de sete mil unidades. E o mais interessante é que sete mil unidades quando são todas iguais aparecem, mas ali elas quase desapareceram, porque as unidades são diferentes. (Depoimento Rafael Dely *apud* COSTA, 2006, p. 46).

A implantação desses conjuntos habitacionais procurou respeitar a topografia e a vegetação existente e integrar o arruamento proposto à malha viária da região. Em relação à implantação das unidades habitacionais utilizaram-se diversas tipologias arquitetônicas, alternando apartamentos, casas e lotes urbanizados, evitando a monotonia dos tradicionais conjuntos populares.

A implantação da Área Habitacional Norte iniciou-se em 1982. Nesse mesmo ano o BNH concedeu novo financiamento à COHAB-CT, o que permitiu retomar a aquisição de terra na cidade, principalmente na CIC. Neste período 40% da produção da COHAB-CT concentrou-se na CIC (ver tabela 5).

Tabela 5. Produção habitacional da COHAB-CT na CIC e em Curitiba

Período	CIC	Curitiba	Participação da CIC no total de Curitiba (%)
1981 - 1990	10.545	26.341	40,03
1991 - 2000	5.051	33.490	15,08
2001 - 2005	1.206	17.123	7,04

Fonte: Costa, 2006. Dados trabalhados pelo autor.

Analisando todo o processo de planejamento das Áreas Habitacionais da CIC verifica-se que houve sucessivas alterações que implicaram em diferentes previsões de unidades habitacionais a serem construídas para atender a demanda habitacional. A tabela 6 apresenta a previsão de cada plano elaborado e o que foi de fato construído pela COHAB-CT entre 1975 a 1990, período que corresponde à implantação e consolidação da CIC.

Tabela 6. Produção habitacional da COHAB-CT planejada e construída na CIC

Planos	Área norte			Área sul			Total		
	COHAB	INOCOOP/ COHALAR	Total	COHAB	INOCOOP/ COHALAR	Total	COHAB	INOCOOP/ COHALAR	Total
Plano 1975	8.817	2.507	11.324	8.466	5.040	13.506	17.283	7.547	24.830
Plano 1976	3.548	4.800	8.348	-	-	-	3.548	4.800	8.348
Plano 1981	7.333	-	7.333	-	-	-	7.333	-	7.333
Executado entre 1975 e 1990	10.545	320	10.865	2.220	1.844	4.064	12.765	2.164	14.929

Fonte: Costa, 2006. Dados trabalhados pelo autor.

Observa-se na tabela acima que em relação ao planejamento da Área Habitacional Norte o número de unidades habitacionais construídas pela COHAB-CT superou as estimativas dos planos. Já em relação à Área Habitacional Sul, tratada unicamente pelo plano de 1975, a produção ficou abaixo do estimado. Apesar disso, pode-se afirmar que em linhas gerais a execução das Áreas Habitacionais seguiu o que havia sido planejado.

Já em relação às Vias Conectoras a concretização do planejamento foi bem diversa. As Conectoras 1 e 2 foram as primeiras a serem construídas, porém sem a canaleta central por onde deveria circular o sistema de transporte coletivo, e as Conectoras 3 e 4 não foram executadas.

Na Conectora 5 as obras de infra-estrutura seguiram o planejamento, e foram concluídas em 1983. O sistema viário foi desenvolvido para eliminar os cruzamentos em nível na via central do eixo estrutural, com o objetivo de garantir maior velocidade e regularidade ao sistema de transporte coletivo. Foram executados cinco viadutos e vários acessos e contornos viários. Por tudo isso a infra-estrutura da Conectora 5 se tornou a mais sofisticada de todos os eixos estruturais da cidade.

Já em relação à ocupação, o que havia sido planejado não se concretizou. A idéia de integrar os investimentos em infra-estrutura à uma ocupação voltada para a população de baixa renda foi frustrada, pois o *Programa Integrado de Habitação, Infra-Estrutura e Transporte* não foi executado.

3

Construindo uma cidade para poucos

3.1 A formação de uma coalizão de interesses

A análise do processo de planejamento e execução dos elementos estruturadores da urbanização da CIC evidenciou um contraste. Enquanto as Áreas Habitacionais foram executadas como previa o planejamento, as Vias Conectoras apresentaram alterações significativas.

O objetivo deste capítulo é compreender as motivações e as implicações do descompasso entre planejamento e execução verificado no objeto de estudo deste trabalho, a Conectora 5, utilizando a abordagem teórica apresentada anteriormente.

Como foi visto no Capítulo 1, as camadas de alta renda detêm o controle do espaço urbano, e por isso o organizam de acordo com seus interesses. Para Villaça (1998), o elemento mais importante na estruturação do espaço urbano são as áreas residenciais de concentração dessas camadas sociais. Devido ao controle das esferas econômica, política e ideológica, as camadas de alta renda têm o poder de escolher as melhores localizações, relegando às demais os espaços restantes (VILLAÇA, 1997).

O modelo tradicional de segregação espacial é o de círculos concêntricos, com as camadas de alta renda localizadas nos círculos mais próximos ao centro e as camadas de baixa renda nos círculos periféricos. No entanto, de acordo com Villaça, no Brasil a estrutura social é extremamente desigual, e as camadas de alta e média renda representam uma parcela reduzida da população. Isso impede que o domínio sobre o espaço urbano se dê de acordo com o modelo de círculos concêntricos. Para que o controle seja mais eficaz, os bairros que concentram as camadas de alta renda se desenvolvem seguindo um modelo de setor de círculo, ou seja, em uma única direção a partir do centro principal.

A organização espacial das classes segundo setores de círculo permite, [...] maior controle do espaço, através do controle do mercado imobiliário (deslocando o centro principal, por exemplo), do Estado e da Ideologia – maior

do que seria numa eventual segregação segundo círculos concêntricos. (VILLAÇA, 1998, p. 155).

Villaça (1998), citando Hoyt, afirma que a expansão das regiões de concentração das camadas de alta renda segue determinadas tendências, tais como,

[...] progredir em direção a terrenos altos, livres de riscos de inundações [...], a crescer em direção às áreas que apresentam uma região rural livre e aberta, afastando-se dos becos sem saída bloqueados por barreiras naturais ou artificiais, [...] a crescer ao longo das linhas mais rápidas de transporte. (p. 317-318).

Depois de escolhida, essa direção de crescimento passa a ser privilegiada em relação à execução de infra-estrutura urbana. Isso garante que ela se mantenha como uma localização exclusiva.

[...] no Brasil, as melhorias viárias surgiram depois de despertado o interesse imobiliário das camadas de mais alta renda por determinada região e direção de crescimento da metrópole. O sistema viário que atende a essa região e direção começa a passar por sucessivas melhorias que se articulam, em bola de neve, com a concentração de tais camadas. (VILLAÇA, 1998, p. 318).

De acordo com Molotch e Gottdiener a materialização dessa produção do espaço ocorre através de um intrincado processo social, no qual tem grande influência a ação de coalizões de interesses.

Para discussão do caso específico da Conectora 5 é importante ressaltar como o controle sobre a produção e o uso dessas localizações por parte das camadas de alta renda muitas vezes é exercido mediante a constituição de um monopólio sobre o espaço urbano.

Esse poder monopolista favorece as camadas de alta renda na medida em que garante um controle sobre o desenvolvimento da terra que possibilita a produção de uma situação de falsa escassez. No espaço urbano “a escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros.” (HARVEY, 2006, p. 222). Essa escassez torna a mercadoria um item raro, o que permite o arbitramento do seu preço no mercado.

A renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável. (HARVEY, 2006, p. 222).

Assim, o proprietário pode aguardar o momento no qual as condições econômicas sejam favoráveis a ele, de maneira a proporcionar maior renda. Essa situação está ligada ao desenvolvimento urbano desigual porque áreas que poderiam ser utilizadas ficam retidas, reduzindo a oferta de terra e aumentando seu preço.

O desenvolvimento urbano da Conectora 5 será então analisado a partir dessas considerações. Argumenta-se que ela era uma localização extremamente favorável que foi apropriada por uma coalizão de interesses com o objetivo de acumular riqueza mediante a exploração da terra.

A região oeste da cidade era vista como uma localização favorável desde a elaboração do PPU. Nele considerava-se que essa região era a mais propícia para expansão urbana devido às suas características: “parece-nos que a expansão mais conveniente e que deve ser estimulada seria no sentido sudoeste, em área aprazível e ainda florestada.” (WILHEIN, 1965, p. 147), “a área rural do município, a oeste do Portão e do Bigorriho [bairros localizados no então extremo oeste da cidade], ainda bastante arborizada, constitui a mais provável hipótese de expansão urbana [...]” (WILHEIN, 1965, p. 80). As características da região oeste eram portanto semelhantes às aquelas apontadas por Villaça como recorrentes na escolha da localização das áreas residenciais das camadas de alta renda.

Essas características favoráveis foram potencializadas por várias intervenções do poder público, sendo que a principal delas foi a CIC. Um dos objetivos da CIC era justamente direcionar a expansão da cidade para oeste. A infra-estrutura nela implantada deveria não só atender às indústrias, mas também interligar a região oeste ao núcleo urbano consolidado. Com isso, uma área rural foi rapidamente inserida no

sistema urbano. Isso aumentou sua acessibilidade e elevou o preço da terra. No entanto, essa valorização não ocorreu de maneira uniforme. Isso se deveu aos diferenciais de acessibilidade produzidos na região.

A princípio, de acordo com o que havia sido originalmente planejado, não deveria haver significativos diferenciais de acessibilidade, pois toda região oeste teria fácil acesso ao núcleo urbano consolidado através das Vias Conectoras.

Contudo, já se podia antever que a Conectora 5 teria uma melhor acessibilidade. Além de estar localizada mais próxima da área central da cidade que as demais Vias Conectoras, ela seria o prolongamento do eixo estrutural oeste. Não era difícil, portanto, prever que a Conectora 5 teria uma valorização maior.

Outras intervenções estatais ampliaram ainda mais essa expectativa de valorização. No início da década de 1970 foi implantado o Parque Barigui. Sua localização era muito próxima de onde futuramente seria executada a Conectora 5. De acordo com o IPPUC (1975c), a implantação do Parque Barigui “[...] acrescentou aos imóveis localizados na zona oeste de Curitiba uma valorização jamais esperada em tão curto prazo de tempo.” (p.21).

Mas o fator que influenciou decisivamente na valorização da Conectora 5 foi o fato dela ter sido a única Via Conectora integralmente executada. Isso aumentou acentuadamente os diferenciais de acessibilidade em relação às demais áreas da região oeste, tornando a Conectora 5 uma localização extremamente privilegiada.

Argumenta-se então que esses atributos da Conectora 5 motivaram a constituição de uma coalizão de interesses. Teria então ocorrido um processo semelhante àquele descrito por Gottdiener ao analisar o desenvolvimento de parques industriais nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960. Para ele essa industrialização era induzida pelos governos locais, através de uma série de incentivos.

Os parques industriais constituem terra desbravada, que é zoneada e desenvolvida apenas para indústria. Na maioria das vezes, requerem iniciativas individuais de planejamento por parte do governo local, que oferece facilidades de local, condições de infra-estrutura e incentivos variados, como reduções de impostos. (GOTTDIENER, 1993, p. 252).

Nesse processo geralmente verificava-se a existência de uma rede de crescimento onde empreendedores imobiliários se aproveitavam da urbanização realizada pelo Estado.

[...] os governos locais ofereciam ambiciosos esquemas de desenvolvimento de rodovias, que não só ajudavam os negócios, mas também abriam áreas maciças do interior metropolitano aos empreendedores. [...] Vale a pena mencionar que, embora os governos locais sejam muitas vezes parceiros ativos nos parques industriais, eles também envolvem interesses privados. Áreas adjacentes, que se mantêm igualmente nas mãos dos particulares, quase sempre se transformam em investimentos especulativos altamente lucrativos [...]. (GOTTDIENER, 1993, p. 252).

O desenvolvimento da região oeste de Curitiba aconteceu de maneira bastante semelhante. A Prefeitura de Curitiba escolheu uma imensa área rural para implantar a CIC. Para atrair as empresas foi oferecida uma série de incentivos, sendo os principais a execução da infra-estrutura urbana, a terra barata e isenções fiscais.

Assim como nos exemplos mostrados por Gottdiener, na CIC esses incentivos estatais acabaram por favorecer a obtenção de lucros imobiliários. A expectativa de investimentos a serem gerados na região logo desencadeou um processo de especulação fundiária, como ilustra essa notícia:

A confirmação da construção de novas rodovias passando por Curitiba - em especial o novo traçado da BR-116, desviando o centro da cidade - alvoroçou muita gente interessada em adquirir áreas que possam ser valorizadas com as obras rodoviárias. Embora planejados há muito tempo, os novos traçados ainda não tiveram suas especificações divulgadas o que faz aumentar a impaciência de quem está de olho nas perspectivas de especulação imobiliária com a valorização que imensas faixas de terrenos terão a curto prazo. (O ESTADO DO PARANÁ, 01/09/1974).

Para Namur (1992), o subsídio na aquisição da terra também produziu efeitos especulativos. O processo de desapropriação da CIC teve início em 1973, e até 1979 praticamente toda área necessária para sua implantação já havia sido adquirida pela

URBS. O preço de venda da terra não incluía porém os custos de desapropriação e urbanização, consistindo portanto em um expressivo incentivo ao capital industrial. Assim, “[...] a ação do Estado sobre a propriedade da terra, utilizando seus instrumentos legais, de coerção e desapropriação, retirou o obstáculo da propriedade da terra às empresas, transformando o espaço num elemento de acumulação do capital.” (NAMUR, 1992, p. 127).

As empresas, principalmente as primeiras a se instalarem, compraram grandes parcelas de terra com outros objetivos além do uso industrial. “Obviamente, todas essas empresas adquiriram glebas imensas, as quais efetivamente não necessitavam, a preços ínfimos, visando à valorização e os possíveis lucros imobiliários com a venda ou aluguel das mesmas.” (NAMUR, 1992, p. 102).

Na Conectora 5 também teria ocorrido esse mesmo processo. Seria um caso clássico de áreas adjacentes aos parques industriais, que foram valorizadas pela infraestrutura executada pelo poder público e adquiridas por interesses privados com objetivos especulativos.

As suspeitas de que isso havia acontecido surgiram durante as obras da Conectora 5. A própria Prefeitura afirmava que devido à não aquisição de terras a execução do projeto da Nova Curitiba estaria refém da especulação imobiliária:

O projeto da “Nova Curitiba”, que previa a ocupação de toda a faixa ao longo da Conectora 5, na região oeste da cidade, vai depender da iniciativa privada. A Prefeitura não obteve recursos para a compra de áreas, como pretendia, e agora existe o temor de que a especulação imobiliária impeça a ocupação daquela região pelas camadas economicamente mais baixas. A valorização dos terrenos, em dois anos, já é superior a 400%. [...] Agora, “resta confiar na iniciativa privada”, afirma por sua vez Cássio Taniguchi, mas reconhecendo que há riscos de ocorrer especulação imobiliária. (GAZETA DO POVO, maio 1982).

Mas foi logo após a conclusão da Conectora 5 que os questionamentos se ampliaram. Isso se deveu à alternância política ocorrida. Em 1983 a continuidade do grupo político que estava no poder desde o início da década de 1970 foi rompida.

Maurício Fruet do PMDB foi nomeado prefeito, e em 1985 Roberto Requião, também do PMDB, foi eleito.

Na gestão Fruet, graças a maioria conquistada na Câmara Municipal, foram instauradas duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para investigar irregularidades da gestão anterior, especialmente aquelas relacionadas à prática do planejamento urbano. Um dos temas principais foi o favorecimento de interesses privados por parte do poder público. Uma CPI tratou especificamente sobre a construção do Shopping Mueller, e a outra tratou de diversos temas relacionados à atividade dos técnicos do IPPUC.

Na CPI do IPPUC a construção da Conectora 5 se tornou um dos objetos de investigação. A denúncia partiu de um pronunciamento do deputado estadual do PDS (Partido Democrático Social) Erondy Silvério na Assembléia Legislativa, no qual ele afirmava que alterações realizadas no zoneamento da cidade haviam beneficiado determinados grupos econômicos. No caso da Conectora 5, sabendo com antecedência da realização das obras, esses grupos teriam adquirido áreas a preço irrisório. Em seu depoimento na CPI Silvério reafirmou esse favorecimento, porém sem revelar nomes.

Essa coalizão de interesses formada seria então a explicação para a não execução do projeto Nova Curitiba. A aquisição de áreas ao longo da Conectora 5 constituiria uma reserva a ser usada posteriormente. Nesse sentido pode-se argumentar que não era conveniente a esses interesses que um projeto habitacional de baixa renda fosse ali desenvolvido, pois depreciaria o valor da terra.

Isso explicaria a alteração da área a ser desapropriada em favor da COHAB-CT pelo decreto municipal nº 1023 de 1979. A área indicada nesse decreto abrangia áreas internas ao sistema viário da Conectora 5. Já no decreto municipal nº 145 de 1980, que alterava o decreto nº 1023 de 1979, as áreas a serem desapropriadas eram externas ao

sistema viário da Conectora 5. De acordo com o depoimento de um vereador na CPI essa alteração ocorreu devido à pressão dos proprietários atingidos:

Agora, a diferença entre decreto e lei é muito séria, e eu cito um exemplo: ali na Paulo Gorski [rua localizada na Conectora 5], ZR-1, o Jaime Lerner fez um decreto desapropriando dois alqueires para a construção de casas populares, em ZR-1. O proprietário foi lá, reclamou. Na mesma hora veio um decreto modificando. (Depoimento Adhail Sprenger Passos *apud* CPI do IPPUC, 09/05/1983).

Apesar da proposição do projeto Nova Curitiba ter partido do próprio IPPUC, a idéia de desenvolver programas habitacionais nos eixos estruturais parecia encontrar resistência por parte de vários técnicos. É o que revela esse depoimento do diretor presidente do IPPUC entre 1971 e 1972 e entre 1975 e 1979:

Em habitação popular, posso dizer que funcionou assim: o Jaime [Lerner] não gostava de lidar nesta área; o Saul [Raiz] via o problema como mínimo; o Rafael Dely o encarava no sentido de qualidade. O Plano Serete previa torres habitacionais ao longo das estruturais e isto há, mas não para habitação popular – graças a Deus, porque seria uma tragédia. (Depoimento Lubomir Ficinski *apud* IPPUC, 1990b, p.24).

Como foi apresentado no Capítulo 1, o modelo de desenvolvimento baseado na prática do planejamento urbano entendia a valorização imobiliária como um processo favorável. Levando isso em conta, é possível compreender porque para esses técnicos a proposta de executar empreendimentos populares nos eixos estruturais era vista como negativa.

A análise da CPI do IPPUC permite também verificar o ponto de vista desses técnicos em relação a polêmica da Conectora 5. A argumentação era a de que as obras estavam apenas cumprindo o que havia sido planejado: “[...] esta conectora já estava programada em todos os mapas da cidade há muito tempo, então quem acreditou comprou lá [...].”(Depoimento Cássio Taniguchi *apud* CPI do IPPUC, 19/08/1983). “A implantação antes do próprio povo saber é bobagem porque em 1974 estava tudo traçado nos mapas [...]. Então, o pessoal não acreditava que ia sair, quando viu que ia

sair, talvez tenha comprado.” (Depoimento Lubomir Ficinski *apud* CPI do IPPUC, 01/07/1983).

Esses depoimentos também reiteram a versão oficial para o descompasso entre a implantação do projeto do sistema viário e do projeto habitacional. Argumenta-se que cada um deles possuía fontes de recursos diferentes, que não foram repassados da mesma maneira. O financiamento para o sistema viário vinha do Banco Mundial, e como ele foi repassado de acordo com o estipulado, garantiu sua implantação como previsto. Já o projeto habitacional era financiado pelo BNH, que não repassou as verbas necessárias, inviabilizando sua implantação.

[...]houve uma solicitação nossa ao BNH para se fazer estoque de terra ao longo da conectora, portanto desapropriando uma série de áreas, e não houve resposta do BNH a este respeito, mas como havia um estoque da compra dentro da cidade industrial, de um terreno já do Município se construíram lá seis mil unidades com possibilidade de construir mais dez mil, quer dizer é uma maneira de induzir crescimento. (Depoimento Cassio Taniguchi *apud* CPI do IPPUC, 19/08/1983).

Essa mesma versão foi dada pelo presidente da URBS:

Não é preciso nem dizer que o BNH nos deu o cano. Caiu fora e nós ficamos sem as áreas, não conseguimos desapropriá-las e não foi possível implementar o projeto. [...] Simplesmente foi feita a parte viária – porque o Banco Mundial cumpriu sua parte. Tentamos negociar de outras formas, com os empresários donos das áreas, mas não foi possível (Depoimento Rubens Jacob Teig *apud* IPPUC, 1991a, p. 107).

Em relação a possibilidade de redirecionar o recurso existente, os técnicos do IPPUC argumentavam que devido ao contrato estabelecido a aplicação de tais recursos com outra finalidade era impossível. Eles só poderiam ser utilizados em obras de transporte:

[...] o recurso abrangia muito claramente o sistema principal de transporte, o recurso era extremamente específico. [...] Eu preferiria fazer creches, preferiria fazer outra coisas, mas o recurso era específico. [...] O problema é que a regra do jogo veio de um empréstimo internacional que foi repassado a EBTU, e esta repassou a regra do jogo para nós. (Depoimento Lubomir Ficinski *apud* CPI do IPPUC, 01/07/1983).

Na opinião desses técnicos a construção da Conectora 5 era válida em função de uma visão de longo prazo, de estruturação da cidade.

[...] essa via era absolutamente necessária, e eu acho que não há discussão nenhuma porque facilita a passagem de todo pessoal que está no norte da cidade para ir a Cidade Industrial [...] e aí o sr. tem duas maneiras de fazer uma cidade, tem uma maneira de correr atrás dos fatos e tem uma maneira de induzir a cidade, e a conectora estava aprovada em todo planejamento anterior. [...] Então foi uma decisão de fazer tudo agora, porque se desapropriaria de uma única vez e teria dinheiro para fazer a obra. (Depoimento Lubomir Ficinski *apud* CPI do IPPUC, 01/07/1983).

Felizmente, Curitiba já tinha um serviço de transportes bem montado, então, tinha que complementar alguns eixos, e o eixo escolhido foi uma questão essencialmente técnica [...]. Nós temos planejadores que vão um pouco à frente, é óbvio, nós temos que induzir o crescimento. Se nós adotarmos o modelo de São Paulo, Rio de Janeiro, que nós vamos a reboque de um processo, nós não vamos chegar nunca a coisa alguma. Então nós temos que induzir, então vejam, cinco mil hoje, só com as seis mil unidades da COHAB são mais trinta mil pessoas que estarão morando lá. (Depoimento Cassio Taniguchi *apud* CPI do IPPUC, 19/08/1983).

[...]é uma maneira de induzir crescimento, nós temos que ter opções para localização de grandes equipamentos, se vier aí no futuro um shopping center, por exemplo, espero que não venha, mas digamos que venha um equipamento grande, ou uma grande universidade, uma grande escola é perfeitamente viável se instalar ali. (Depoimento Cassio Taniguchi *apud* CPI do IPPUC, 19/08/1983).

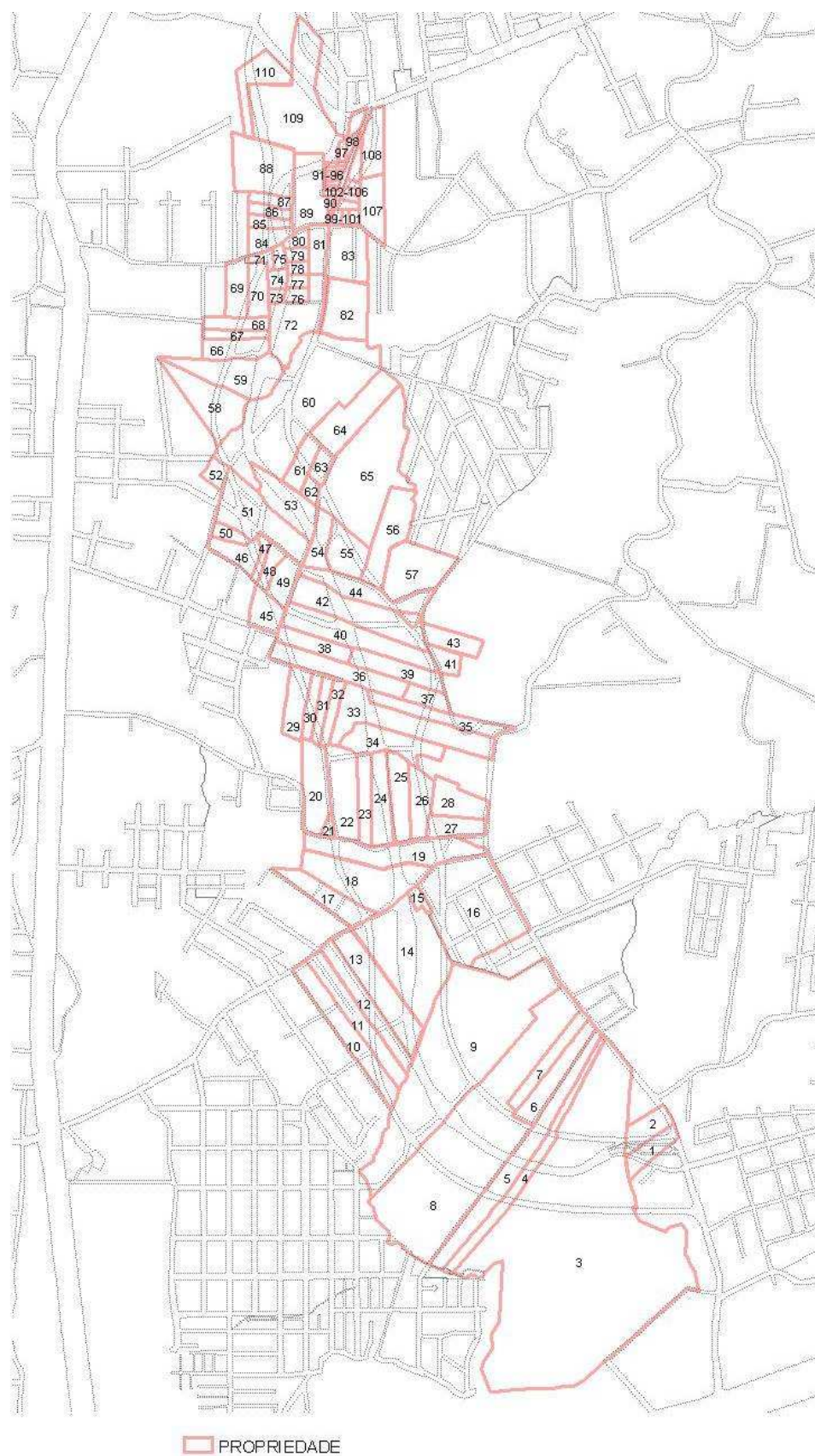
A CPI do IPPUC não chegou a nenhuma conclusão em relação à Conectora 5. De acordo com Dennison de Oliveira (2000), “[...] tudo que restou foram os depoimentos de denunciados e denunciantes, em que se dá conta da possibilidade da existência de concorrências imorais, acúmulo indevido de cargos e vazamento de informações confidenciais.” (p. 175-176).

Para ampliar o conhecimento sobre essa polêmica apresenta-se a seguir uma série de dados que procuram analisar se houve de fato a formação de uma coalizão de interesses.

Em primeiro lugar foi realizado um levantamento dos proprietários de terra ao longo da Conectora 5. Utilizou-se como base de dados os projetos de parcelamento do solo aprovados pela Prefeitura de Curitiba, nos quais é possível verificar o nome do proprietário. Algumas áreas, no entanto, possuíam apenas registro em cartório. Por não

estarem no cadastro municipal não havia dados disponíveis dessas áreas. Além disso, alguns proprietários não foram identificados devido à ausência do respectivo projeto de parcelamento, ou devido à ilegibilidade dos dados disponíveis.

Mas a principal limitação desse método é que a maior parte dessas áreas foi cadastrada exatamente em razão da desapropriação das vias da Conectora 5. Assim, os dados referem-se majoritariamente ao período entre 1979 e 1983. Com isso não foi possível fazer um histórico da propriedade fundiária desde antes do surgimento do projeto da Conectora 5, informação crucial para dirimir as dúvidas a respeito do favorecimento ou não de determinados grupos (ver figura 18 e tabela 7).

Figura 18. Proprietários de terra na Conectora 5

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.

Tabela 7. Proprietários de terra na Conectora 5

Código	Proprietário	Processo	Ano de aprovação
1	CIC	não disponível	1982
2	CIC	não disponível	1982
3	Espólio Guilherme Nickel e Bertha Blitzkow Nickel	1637/1982	1982
4	Cezar Sezinando Chagas, Paulo Vitorino Cruzeta, João Cruzeta, Arlindo Carlos Cruzeta	1352/1982	1982
5	Flavio das Chagas Lima	31177/1978	1987
6	Nelson Antonio e outros	52204/1985	1987
7	não disponível	16330/1980	1980
8	Fundação Ação Social do Paraná	não disponível	não disponível
9	Administradora Comercial Imobiliária Trevisan S/A	não disponível	1983
10	Somadeiras - Sociedade de Madeiras Ltda.	30528/1981	1982
11	Oswaldo Dalarmi e Reynaldo Dalarmi	22966/1982	1982
12	Luis João Fressato	não disponível	1975
13	Ernesto Baggio	15330/1965	1965
14	Herdeiros Orlando Ransolin	não disponível	não disponível
15	Humberto Stival	17626/1982	1982
16	Herdeiros de Domingos Zanlorenzi	24204/1974	1977
17	Atilio Piotto	não disponível	1965
18	Rachel Veiga Lopes Lagos	12851/1981	1981
19	não disponível	não disponível	não disponível
20	Associação Família de Maria	29741/1981	1981
21	Espólio Francisco Gomes Damaceno	140/1982	1983
22	Egorn Alfredo Bernet	24740/1981	1981
23	Frederico Muraro	80840/1983	1984
24	não disponível	não disponível	não disponível
25	não disponível	não disponível	não disponível
26	Jacob Paulo Ruppel	21591/1980	1981
27	Mario Langowski	9814/1972	1972
28	Antonio Plombom	5183/1947	1947
29	Antonio Lourival Lell	4362/1980	1981
30	Francisco Kozovitz Junior	28429/1981	1982
31	Helena Kozovits	46891/1974	1974
32	Octavio Ricardo Lustosa	27487/1981	1981
33	Sizefrido Menegusso	não disponível	não disponível
34	Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos	26423/1981	1981
35	Tereza Perretto Berzaqui	52952/1981	1982
36	Adelino Rossetin, Fidelis Rossetin, Batista Romno Rossetin, Idelar Rossetin, Tereza Rossetin Olivete, Augusto Prolik e Faurlim Narezi.	11292/1981	1982
37	Judith Joanna Kaviski, Evely Kaviski Dilay, Eloy Kaviski	53666/1981	1982
38	Arnaldo Mansur	52953/1981	1982
39	Kanichiro Imai	33100/1981	1981
40	Cesar Sezinando Chagas	não disponível	não disponível

Código	Proprietário	Processo	Ano de aprovação
41	Carlos Nicco	5602/1979	1981
42	Arnoldo Wescher e Rubens Wescher	8088/1980	1981
43	Fidelis Rossetin	43873/1982	1982
44	Segismundo Macioski	38520/1981	1981
45	Genovefa Rossetin	33719/1981	1981
46	Joaquina das Chagas Lima	24620/1981	1981
47	Augusto Dobranski	4358/1980	1981
48	Cyro Ribas Taques	14617/1981	1981
49	João Batista Nicco	1253/1965	1965
50	Mitra da Arquidiocese de Curitiba	23494/1981	1981
51	João Batista Nicco	901/1977	1977
52	Engetex Engenharia e Empreendimentos Ltda.	não disponível	1982
53	Carlos Nicco	16351/1980	1981
54	Zeferino João Rossetim, João B. Marquesini, Zairto Fernando Rossetim	54854/1980	1981
55	J B Barros Construtora de Obras Ltda.	não disponível	não disponível
56	Bogdan Bembnowski	30526/1981	1981
57	não disponível	não disponível	não disponível
58	João Moreira Filho	não disponível	não disponível
59	Francisco e Celina Hardy	16618/1981	1981
60	Benjamin Juglair, Felix Francisco Juglair, Rolidan Mendes de Araujo, Angelo Volpi Neto, Maria Augusta Gomes de Oliveira, Francisco Domingos Juglair, Neuza Juglair Drulla, Mitra da Arquidiocese de Curitiba, Catarina J. Valente.	24161/1981	1981
61	Hajime Horoywa	15502/1981	1980
62	Gutierrez, Paula, Munhoz S/A	3979/1981	1982
63	Matcon GPM, Industria e Comércio de Materiais de Construção	14911/1983	1983
64	Mitra da Arquidiocese de Curitiba	não disponível	não disponível
65	Mitra da Arquidiocese de Curitiba	não disponível	não disponível
66	Moises Bergerson	17686/1981	1981
67	Afonso Coelho dos Santos e outros	11743/1981	1981
68	Procópio Comércio e Indústria de Sacaria Ltda.	14624/1981	1981
69	José Osinski	21138/1981	1981
70	Euler Merlin e Dilson Guimarães	19983/1981	1981
71	Carlos Ferreira Travensolli	21256/1981	1981
72	Irmãos Tha S/A	12850/1981	1981
73	Gil Marcos Cercal Puppi	22305/1981	1981
74	Euler Merlin e Dilson Guimarães	18903/1981	1981
75	Carlos Gorski	26385/1978	1980
76	Gil Marcos Cercal Puppi	22305/1981	1981
77	Procópio Comércio e Indústria de Sacaria Ltda.	14624/1981	1981
78	Raulino Ferreira da Silva	12203/1981	1981
79	José Gumercindo de Barros Leite, Rosa de Barros, Erni Benjamin Stein	52951/1980	1981
80	Antonio Gorski, Arlindo Hercilio Ventura, Vicente Filla	11054/1981	1981

Código	Proprietário	Processo	Ano de aprovação
81	Antonio Gorski	18796/1977	1977
82	Teresa Kovalski e outros	101622/1998	1998
83	não disponível	não disponível	não disponível
84	Pedro Kloss	26379/1978	1980
85	não disponível	não disponível	não disponível
86	Orlando Florencio Bunese	33840/1980	1980
87	João Alceu Tilton	48120/1980	1980
88	Irmãos Chudzij Ltda.	59330/1978	1980
89	José Binhara e outros	4597/1978	1983
90	não disponível	não disponível	não disponível
91	não disponível	não disponível	não disponível
92	Paulo Gantzel, Deoclecio M. de Araújo e Francisca dos S. de Araújo	20566/1989	1989
93	não disponível	não disponível	não disponível
94	Augusto Binhara e Faustina Binhara	14402/1983	1983
95	não disponível	não disponível	não disponível
96	não disponível	não disponível	não disponível
97	José Alfredo Brenner	37786/1978	1981
98	não disponível	não disponível	não disponível
99	Paulo Binhara	24036/1979	1979
100	não disponível	não disponível	não disponível
101	não disponível	não disponível	não disponível
102	Adolfo Wisnievski	24186/1980	1980
103	João Henrique Plois e Gregório Honczaryx	18106/1982	1982
104	José Alfrío Batista	43131/1980	1981
105	Estanislao Vichinhevski	24185/1980	1980
106	Tereza Binhara Paganotto e outros	11897/1981	1981
107	não disponível	não disponível	não disponível
108	Almeida Empreendimentos Imobiliários	59385/1980	1981
109	Comercial Jamari LTDA.	não disponível	1981
110	Joel Malucelli	24427/1979	1980

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.

De acordo com o levantamento realizado sete propriedades eram de empresas tradicionais do ramo imobiliário, como Irmãos Thá, Almeida e Gutierrez, Paula e Munhoz. Outras cinco propriedades eram de propriedade de empresas não diretamente relacionadas ao ramo imobiliário.

Entre os proprietários particulares também podem ser identificados empresários ligados ao setor imobiliário ou de construção civil: Arnaldo Wescher, empresário do setor da construção civil, Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia Pavimentadora de Estradas do Brasil Ltda, Diretor Administrativo-Financeiro da Wesplan Construções Civis Ltda, Diretor Administrativo-Financeiro da JAW Construção

Civil Ltda. Moises Bergerson, dono do grupo paranaense de joalherias Bergerson, também com participação no ramo de construção de shopping centers. Bogdan Bemnowski, presidente da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba e conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Paraná, e da Associação Comercial do Paraná. Cezar Sezinando Chagas, tabelião do distrito de Campo Comprido. Ângelo Volpi Neto, Notário Titular do 7º Tabelionato de Curitiba.

A lista acima confirma portanto que algumas propriedades da Conectora 5 pertenciam a pessoas influentes no cenário econômico de Curitiba, muitas delas ligadas de alguma forma ao setor imobiliário.

Mas a hipótese de que houve a formação de uma coalizão de interesses ganha maior consistência quando se analisa a biografia de Rubens Teig, presidente da URBS no período de construção da Conectora 5. Empresário influente de Curitiba, o grupo empresarial de sua família surgiu em 1935, ligado à atividade de comércio varejista, e transformou-se em uma das principais empresas do Paraná. A partir da década de 1970 ele passou a investir em projetos de incorporação imobiliária residencial e comercial, especialmente shopping centers, passando a atuar no Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro⁶.

Rubens Teig, comandante do grupo Universal - e também o presidente da URBS, além de principal acionista do futuro Shopping Center Curitiba, a exemplo do deputado Hermes Macedo e da família Prosdócimo, também exhibe seu mais dentifrício sorriso frente aos resultados do "Quem é Quem": Teig S/A - Comércio de Roupas, com patrimônio de Cr\$ 121.200.000,00, está em 70º lugar [no ranking das maiores empresas de comércio varejista do Brasil]. (O ESTADO DO PARANÁ, 22 /10/ 1981).

Foi presidente do Clube de Diretores Lojistas; membro do conselho do IPPUC e presidente da URBS entre 1980 e 83. É hoje conselheiro da Associação Comercial do Paraná; vice-presidente da Federação do Comércio Varejista; diretor da Combrascan Shopping Rio-Sul e presidente da R.J. Teig Empreendimentos Imobiliários Ltda. (IPPUC, 1991a, p. 103).

⁶ Informações retiradas do site: http://www.imeiscuritiba.com.br/lafacette/pop_steig.htm

De acordo com depoimento do próprio Rubens Teig seu cargo na URBS estava diretamente relacionado à execução do projeto Nova Curitiba.

A minha ida para URBS, no entanto, se prendia à construção da Conectora 5. Foi o que me atraiu. Naquela época, quando foi feita a desapropriação para construção desse trinário que é a Conectora 5, existia um projeto para construir uma nova cidade. A Nova Curitiba. Previa a ocupação desses espaços que foram desapropriados por cerca de 70 mil pessoas. E na realidade, a minha idéia era administrar esse empreendimento. (Depoimento Rubens Jacob Teig *apud* IPPUC, 1991a, p. 107).

A análise da polêmica em torno da construção do Shopping Mueller, que também foi objeto de investigação de uma CPI da Câmara dos Vereadores, permite verificar a existência de uma rede de agentes que perpassa os setores público e privado, na qual Rubens Teig é um personagem central.

A polêmica em torno do Shopping Mueller deveu-se ao fato de que o terreno onde ele foi construído possuía uma série de restrições da legislação urbana. Um empresário havia tentado executar um empreendimento semelhante nesse mesmo terreno, mas devido a tais restrições o projeto não avançou.

Surpreendentemente, em março de 1980 foi permitida a construção do Shopping Center Mueller. Os beneficiados pela flexibilização da legislação foram os proprietários da Combrashop – Companhia Brasileira de Shopping Centers: Salomão Soifer, Teig S.A. (representada por Rubens Teig, Samuel Teig, Jacob Teig e Chana Teig Brami) e Milton Gurtensten (OLIVEIRA, D., 2000).

Mais ainda, havia denúncias de que a Caixa Econômica Federal teria feito um empréstimo extremamente favorável a tais empresários. Coincidentemente o diretor financeiro da Caixa Econômica Federal nesse período era Mechel Woller, também ligado à estrutura de planejamento local, pois ele foi presidente da URBS entre 1975 e 1978 (OLIVEIRA, D., 2000).

Assim, no processo de implantação da Conectora 5 identifica-se uma relação complexa entre poder público e agentes privados. Não é possível explicitar que práticas essa relação produziu. Contudo, a constatação desta articulação corrobora a tese de que determinados grupos de interesse têm acesso privilegiado à estrutura de planejamento urbano em Curitiba.

Outro fator que reforça a hipótese de formação de uma coalizão de interesses é a análise do poder de influência do setor imobiliário sobre a Prefeitura de Curitiba nesse período.

Esse poder foi demonstrado no embate ocorrido em torno do decreto municipal nº 247 de 1980. Aprovado em março de 1980 esse decreto redefinia os parâmetros construtivos dos eixos estruturais. Além de exigir do interessado em instalar atividades comerciais no eixo estrutural a execução da via local, o decreto municipal nº 247 reduzia o coeficiente de aproveitamento para edifícios de habitação coletiva e de serviço e comércio de 6 para 4, introduzia uma taxa de ocupação de 50%, e limitava a altura máxima dos terrenos situados nos terminais de transporte a 2 pavimentos.

Dias depois à aprovação do decreto se reuniram na sede da ACP o prefeito e representantes do setor imobiliário. De acordo com Dennison de Oliveira (2000) “[...] após uma hora de reunião, os representantes do setor imobiliário e de incorporação do Paraná foram unânimes em considerar o decreto 247, que dispõe sobre alterações de coeficientes de construção permissíveis nos setores estruturais, como arbitrário e ilegal [...]” (p. 155).

Logo depois, em abril de 1980, aprovou-se o decreto municipal nº 399, que substituía o decreto municipal nº 247. Nesse decreto a taxa de ocupação igual a 50% era mantida, mas o coeficiente de aproveitamento voltou a ser igual a 6. Além disso, os artigos que exigiam a execução da via local pelo proprietário, e o que limitava a altura

máxima dos terrenos situados nos terminais de transporte foram eliminados. Assim, o decreto municipal nº 399 se mostrou bastante favorável aos interesses do setor imobiliário, demonstrando seu poder de influência sobre a Prefeitura.

Justamente nesse período estavam sendo construídos novos eixos estruturais na cidade. Os primeiros eixos estruturais a serem concluídos foram o norte e o sul, em 1974. A expansão do sistema foi definida em 1976 com a criação de mais 3 eixos: Boqueirão, Leste e Oeste. O eixo Boqueirão foi construído entre 1976 e 1977, e o Leste entre 1979 e 1980, e ambos atendiam bairros populares.

Já o Eixo Oeste atravessava áreas mais nobres e era composto de dois trechos: O primeiro ia do centro da cidade até o terminal do Campina do Siqueira, e o segundo era a Conectora 5, ligando o terminal do Campina do Siqueira até a CIC. As obras do primeiro trecho do eixo estrutural oeste foram iniciadas em 1979 e concluídas em 1980.

Logo após sua conclusão o primeiro trecho do eixo estrutural oeste se tornou uma das principais áreas de atuação do mercado imobiliário, transformando rapidamente a paisagem urbana da região:

O bairro crescia com a explosão econômica e imobiliária. No final dos anos 70 e início dos anos 80, o Bigorrião [bairro por onde passa o eixo estrutural oeste] começava a passar pelas grandes mudanças que o caracterizam hoje. A alteração da lei de zoneamento e uso do solo aprovada pela Câmara Municipal chamou a atenção das imobiliárias e construtoras. As ruas ganhavam pavimentação e muitos edifícios surgiam na paisagem, onde antes predominavam os campos e as casas simples. (FENIANOS, 1997, p. 28).

Numa estratégia de marketing o mercado imobiliário passou a denominar essa região de Champagnat, ignorando os nomes dos bairros existentes – Bigorrião e Campina do Siqueira.

Para o deputado Erondy Silvério, da mesma forma que na Conectora 5, no eixo estrutural oeste determinados grupos também teriam recebido informações privilegiadas.

[...]o vazamento de informações sempre existiu no serviço público e naturalmente, neste caso existiu, apenas eu não posso precisar a origem; mas, existiu porque nós verificamos que alguns grupos econômicos adquiriam todas as áreas ao longo desse eixo e que hoje a cidade está, praticamente, se mudando para aquele lado. No Bigorriho, por exemplo hoje, só existem prédios acima de dez andares. Quem teve conhecimento antecipado adquiriu aquelas áreas a um preço de banana [...]. (Depoimento Erondy Silvério *apud* CPI do IPPUC, 06/05/1983).

Para os técnicos do IPPUC o argumento era que esse desenvolvimento estava apenas seguindo o planejado: “As acusações vagas, dos prédios do Bigorriho, da Padre Anchieta [uma das ruas do eixo estrutural], quem comprou lá é porque acreditou na lei de 66, porque desde 1966 aquilo é um setor estrutural com seis vezes a área.” (Depoimento Lubomir Ficinski *apud* CPI do IPPUC, 01/07/1983). A opinião de um empresário do setor imobiliário reforça esse argumento:

E há uma situação curiosa porque chega-se hoje no Bigorriho [...] e ao olhar aquela massa de prédios se diz: “puxa, especulação imobiliária”. Muito mal formulado porque o construtor constrói onde a Prefeitura manda, onde o IPPUC determina. Então, aquela massa de prédios está lá porque permitiram que a gente construísse ali. Não tem nada de especulação na área. (GALVÃO, 1998, não paginado).

As obras da Conectora 5 começaram logo em seguida à conclusão desse primeiro trecho do eixo estrutural, em 1980, e se estenderam até 1983. Tudo indicava portanto que a Conectora 5 seria o prolongamento do desenvolvimento imobiliário que estava ocorrendo no Bigorriho.

Os dados apresentados indicam a influência que o setor imobiliário exercia sobre a Prefeitura de Curitiba, e como esses interesses possuíam uma forte vinculação com a Conectora 5. Tudo isso sustenta a hipótese de que houve a formação de uma coalizão de interesses. Mas o que torna essa hipótese ainda mais consistente é a forma como ocorreu a posterior ocupação da Conectora 5. Contrariando o otimismo expresso nos depoimentos dos responsáveis por seu planejamento, o desenvolvimento urbano ao longo da Conectora 5 foi marcado por profundas contradições.

3.2 O surgimento do Ecoville

Apesar de todo o investimento em infra-estrutura realizado na Conectora 5, a idéia de criar uma nova frente de expansão urbana que compatibilizasse o adensamento habitacional à oferta de emprego e transporte não se realizou. Não só o projeto de habitações de interesse social não foi executado, nenhum outro tipo de habitação coletiva foi construído ao longo da Conectora 5 durante a década de 1980. Nesse período foram erguidos em Curitiba 604 edifícios residenciais com mais de 4 pavimentos, porém nenhum deles situava-se na Conectora 5 (ver tabela 8).

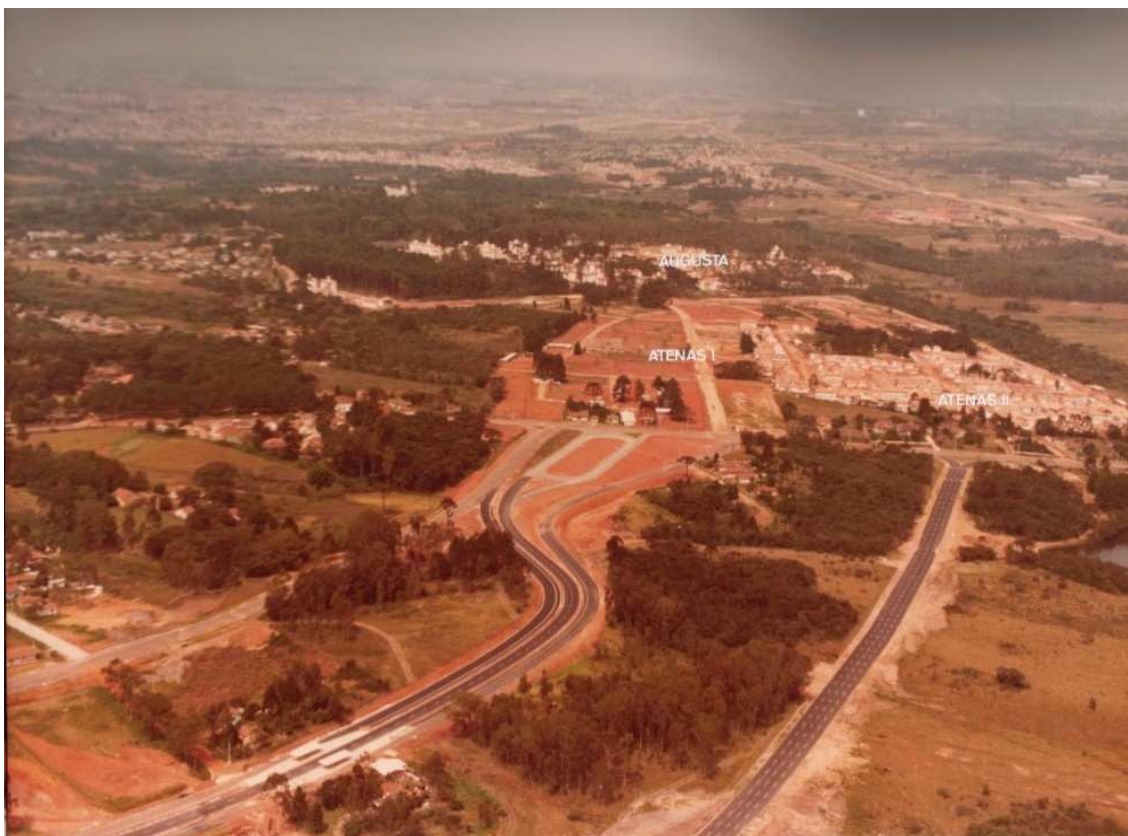
Tabela 8. Número de edifícios residenciais com mais de 4 pavimentos construídos na Conectora 5 e em Curitiba

Período	Conectora 5	Curitiba
1983 - 1990	0	604
1991 - 2000	13	805
2001 - 2006	15	272
Total	28	1.681

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.

A figura 19 ilustra essa contradição. Em primeiro plano está o trecho final da Conectora 5, onde pode-se observar como a ocupação urbana era praticamente nula. Ao fundo aparecem os conjuntos habitacionais da COHAB-CT em construção.

Figura 19. Conectora 5 no início da década de 1980



Fonte: COHAB-CT.

A ocupação urbana dessa região teve início somente uma década depois de concluídas as obras. O primeiro edifício da Conectora 5 foi construído em 1993, porém a ocupação efetiva só se consolidou a partir da década de 2000 (ver tabela 8).

Constata-se assim uma grave contradição urbana. Houve um imenso investimento público em infra-estrutura, mas o retorno para a população foi mínimo. A ociosidade da Conectora 5 reforça de maneira veemente a existência de uma coalizão de interesses que controlou o desenvolvimento da região.

A análise da ação das diferentes administrações municipais em relação à Conectora 5 revela como em nenhum momento tais interesses foram efetivamente confrontados.

No final da segunda gestão de Lerner, quando a Conectora 5 ainda estava em execução, foram propostas duas medidas para evitar que a expectativa de especulação imobiliária se concretizasse:

Para evitar que os especuladores lucrem ainda mais, duas medidas serão adotadas pela Prefeitura: a primeira seria a taxaçoão progressiva dos terrenos vazios; e na lei de zoneamento em elaboração para a região, prever a construção de prédios com no máximo quatro pavimentos. (GAZETA DO POVO, maio 1982).

Em relação ao zoneamento foi aprovado em 1982 o decreto municipal nº 397, que definia os parâmetros de ocupação na Conectora 5. De acordo com esse decreto a Zona Nova Curitiba “[...] constitui um eixo de desenvolvimento urbano, tendo ocupação predominantemente habitacional e um setor comercial na testada lindeira à canaleta de transporte de massa.” (PMC, decreto nº 397 de 1982). A altura máxima foi fixada em 4 pavimentos e tornou-se obrigatório que as edificações seguissem o Plano Massa⁷ e tivessem cobertura em telha de barro aparente. Essas medidas tinham o objetivo de direcionar uma ocupação voltada para as camadas de baixa renda, portanto contrária aos interesses especulativos. No entanto, quanto à taxaçoão progressiva, principal instrumento para induzir a ocupação da Conectora 5, nada foi feito.

As gestões do PMDB que vieram em seguida colocaram-se desde o princípio em oposição ao modelo de desenvolvimento até então adotado, como demonstra claramente a instalação das CPIs. Nesse contexto as contradições existentes na Conectora 5 foram constantemente apontadas. Contudo, essa contestação permaneceu no nível retórico. Nenhuma ação efetiva foi tomada para combater sua ociosidade. Na gestão Fruet houve apenas a revisão de um projeto Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada (CURA) para Conectora 5, elaborado pelo governo anterior. Esse projeto tinha como objetivo complementar os investimentos em sistema viário, drenagem, recreação e lazer

⁷ O Plano Massa consiste na exigência de que nos eixos estruturais seja deixado um recuo de 3 metros no térreo, de maneira a criar uma galeria ocupada por comércio e serviços.

e transporte coletivo. De acordo com o presidente do IPPUC na gestão Fruet, uma de suas primeiras ações foi solicitar ao BNH a troca da Conectora 5 por outra área com população de baixa renda e carente de infra-estrutura urbana.

Em 1985, foi realizada a primeira eleição direta para prefeito desde o início do regime militar. Os principais concorrentes foram Roberto Requião pelo PMDB e Jaime Lerner pelo PDT. Durante a campanha, Requião utilizou a Conectora 5 para ilustrar o argumento de que as gestões anteriores haviam favorecido interesses privados. Tornou-se famosa a cena na qual o candidato caminhava pela canaleta do eixo estrutural mostrando o contraste entre a infra-estrutura existente e a ocupação nula, afirmando que ‘a Conectora 5 ligava o nada a coisa nenhuma’.

Requião venceu a eleição, e a pressão pela ocupação da Conectora 5 aumentou:

A desapropriação das áreas que margeiam a Conectora 5, com o objetivo de se instalar ali milhares de habitações populares já está sendo sugerida ao prefeito eleito Roberto Requião (PMDB), pelo vereador José Felinto [...] “Essa seria a única maneira de se povoar aquela região da cidade e assim justificar o brutal investimento que o candidato derrotado nas eleições, ex-prefeito Jaime Lerner fez naquele local” [...] Segundo Felinto “é de conhecimento público que apenas 27 pessoas são proprietárias de 70% das áreas que margeiam a Conectora 5 [...]”. (GAZETA DO POVO, 23/11/1985).

No entanto, a única ação realizada na administração de Requião foi a aprovação do decreto municipal nº 279 em 1987, alterando novamente os parâmetros construtivos da Conectora 5. A principal alteração foi permitir altura livre para construção de edifícios, com um coeficiente de aproveitamento igual a 2. Apesar das normas de afastamento das divisas restringirem a altura, pois para edifícios acima de 2 pavimentos o afastamento deveria ser de 1 metro para cada acréscimo de pavimento, o decreto possibilitava um maior adensamento da área. Além dessa alteração, eliminou-se a necessidade de implantação do Plano Massa e da cobertura dos edifícios com telha de barro.

Assim, ao longo da década de 1980, durante as administrações do PMDB, nada foi feito para reverter a ociosidade da Conectora 5.

Foi a partir da terceira gestão Lerner (1989- 1992), que a ocupação da região voltou a ser estudada. A princípio a postura dessa administração foi limitar novamente o potencial construtivo. Através do decreto municipal nº 578 de 1990 foi restabelecido o parâmetro de altura máxima permitida igual a 2 pavimentos na Zona Nova Curitiba. Porém, logo em seguida essa postura mudou:

“A Nova Curitiba é uma área que ainda não tem um índice de ocupação compatível com a infra-estrutura urbana existente no local, por isso estamos planejando formas de incentivar o desenvolvimento ao longo da via central da Conectora 5”, explica Dely. De acordo com ele, a Prefeitura quer incentivar o comércio, a instalação de profissionais liberais, escritórios de serviços e outras atividades para que construam e ocupem a região. (JORNAL DO ESTADO, 27/01/1991).

Nessa administração o tema da ecologia havia se tornado central na gestão urbana. O discurso ambiental passou a uniformizar todas as ações da Prefeitura. Apoiando-se na idéia de um “urbanismo ecológico”, várias intervenções foram realizadas, tais como a construção de parques e implantação dos programas de coleta seletiva de lixo e de troca de lixo reciclável por produtos hortifrutigranjeiros. A partir dessas intervenções a Prefeitura passou a divulgar Curitiba como sendo a “capital-ecológica” do Brasil.

Para Sánchez (2003) um aspecto central da introdução desse discurso ecológico foi sua associação a uma estratégia de city-marketing. De acordo com essa estratégia as cidades estão em um ambiente de competição, onde devem a todo instante disputar entre si a atração de investimentos. Nessa perspectiva a cidade é entendida como uma mercadoria, e por isso passa a ser fundamental a criação de uma imagem-síntese que exponha seus atributos.

A forma pensada para ocupação da Conectora 5 estava ligada a esses aspectos. De acordo com Rafael Dely a idéia era ocupá-la seguindo parâmetros ecológicos.

“É um local com condições excepcionais. Além de estar próximo ao centro, possui uma grande massa de áreas verdes e a topografia torna o local muito bonito”, descreve Dely. A partir deste apelo é que será incentivada a criação dos pólos de serviços. “A visão de um bairro ecológico funciona com marketing do verde de acordo com a filosofia da atual gestão”. (JORNAL DO ESTADO, 27/01/1991).

Esse depoimento mostra mais uma vez como para o pensamento urbano desse grupo político a questão da valorização do espaço é central. Os atributos ambientais da cidade são pensados a partir de seu valor de troca, e não a partir de seu valor de uso. A natureza é utilizada para valorizar e vender o espaço.

Apesar da disposição dessa gestão em dar início à ocupação da Conectora 5, apenas um empreendimento foi lançado nesse período, o edifício Palais Lac Lemman, da Helvetia Construtora e Incorporadora Ltda. Tratava-se de um edifício residencial de alto padrão, com 24 pavimentos, apartamentos de 820 m², localizado em uma área verde de 13 mil m². Como pode se observar, o discurso elaborado pela Prefeitura foi perfeitamente incorporado pela iniciativa privada. As qualidades ambientais foram utilizadas para garantir status diferenciado ao empreendimento:

Todo o lançamento e o marketing do negócio foi feito com o apelo ecológico. A obra de alto padrão e luxo está direcionada às pessoas de grande poder aquisitivo. Cada unidade custa em torno de US\$ 600 mil. Conforme informações da construtora, existem menos de dois mil compradores em potencial em Curitiba, mesmo assim só faltam serem vendidas oito unidades. (JORNAL DO ESTADO, 27/01/1991).

Foi na gestão seguinte, de Rafael Greca (1993-1996), que a ocupação consolidou-se. A análise do desenvolvimento urbano da Conectora 5 evidencia que ele consistiu na verdade em um grande empreendimento imobiliário, do qual tomaram parte o poder público e a iniciativa privada. Esse processo teve início quando quatro das maiores e

mais tradicionais construtoras da cidade, Casa, Hauer, Irmãos Thá, e Moro, decidiram investir na região:

Parecia ousadia quando um grupo de quatro construtoras uniu-se à Prefeitura de Curitiba para traçar uma proposta de estímulo às construções em uma ampla área localizada a oeste da cidade. No bairro Mossunguê, o Ecoville nasceu do planejamento estratégico frente à previsão do crescimento urbano, que naquela época, em 1994, refletia o reconhecimento de uma “capital ecológica”. (PARANASHOP, 2009, não paginado).

A reportagem a seguir apresenta detalhes desse processo, e é reveladora da permeabilidade existente entre esse grupo político e a iniciativa privada, demonstrando como as redes de crescimento se articulam em diversos níveis.

Na verdade, o Ecoville nasceu como trabalho de conclusão de um curso de pós-graduação em Mercado Imobiliário, na Faculdade Católica de Administração e Economia (FAE). Uma das equipes, da qual faziam parte funcionários da Thá, [...] apresentou um projeto de viabilidade para um grande empreendimento. Práticos, já pensaram na área em que hoje se erguem as torres do Ecoville, onde a Thá possuía 35 mil metros quadrados de terra. E tudo contribuiu para que a idéia saísse do papel. Entre os professores estavam membros do Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba (Ippuc). O projeto vinha a calhar com uma das rotas de expansão e crescimento planejado de Curitiba, em desenvolvimento pela Prefeitura. (GAZETA MERCANTIL PARANÁ, 14/05/1999).

Provavelmente a decisão de iniciar a ocupação da Conectora 5 esteve ligada a diversos fatores. A frente imobiliária do primeiro trecho do eixo estrutural Oeste, o Champagnat, já estava esgotado. Ao longo da década de 1980, devido ao desenvolvimento urbano da cidade, a Conectora 5 já não era mais uma região isolada e distante. Além disso, no cenário nacional o Plano Real trouxe estabilidade econômica e atraiu investidores estrangeiros, reaquecendo o mercado imobiliário.

De acordo com os empresários entrevistados, eles e a Prefeitura possuíam um interesse em comum: ocupar a Conectora 5. Assim houve a realização de negociações para alteração da legislação urbana visando concretizar o desenvolvimento imobiliário por eles desejado.

Em 1995 o IPPUC elaborou o estudo *Nova Curitiba / Diretrizes de ocupação*. De acordo com esse estudo o interesse em ocupar a Conectora 5 exigiu a realização de um

plano específico que subsidiasse a elaboração de um novo zoneamento: “as características e o desenho urbano dessa ocupação determinaram a necessidade de um plano mais específico, e detalhado, que conduzisse a uma legislação mais adequada aos objetivos do planejamento para aquela região da cidade.” (IPPUC, 1995, não paginado).

Essas alterações foram concretizadas através do decreto municipal nº 693 de 1995. Esse decreto definia quatro pólos de integração ao longo da Zona Nova Curitiba, nos quais deveria ser implantada uma faixa contínua de comércio e serviço. Nesses pólos era permitido a construção de centros comerciais e shopping centers.

Os parâmetros construtivos voltaram a permitir a altura livre para os edifícios, com coeficiente de aproveitamento igual a 3 nos pólos de integração e 2 nos demais terrenos. Mas uma das principais alterações foi a exigência de amplos recuos. Acima do quarto pavimento deveria ser acrescido 0,60 m de recuo para cada pavimento excedente.

Além disso, como nessa região havia muitos lotes de grandes dimensões, criou-se um parâmetro para ocupação de lotes com mais de 5.000 m²: até 5.000 m² o coeficiente de aproveitamento era igual a 2, entre 5.001 m² e 10.000 m² era 1,5 e para terrenos maiores que 10.000 m² era igual a 1.

Os decretos municipais nº 479 e nº 562, ambos de 1996, fizeram pequenas correções na delimitação dos pólos de integração e em outros itens do decreto anterior. A única alteração significativa foi em relação ao afastamento das divisas. Acima do quarto pavimento o recuo a ser acrescido para cada pavimento excedente passou a ser de 0,30 m, permitindo uma ocupação maior do terreno.

Foi também promulgado o decreto municipal nº 692 de 1996, que criava no zoneamento o Setor Especial de Transição – Nova Curitiba. Essa zona compreendia áreas adjacentes à Zona Nova Curitiba, que até então eram classificadas como ZR-1 e ZR-3,

permitindo edificações com no máximo 2 pavimentos. Os parâmetros dessa nova zona permitiam a construção de até 6 pavimentos, aumentando desta maneira as áreas onde o mercado imobiliário poderia atuar. A evolução da legislação urbanística da Conectora 5 pode ser observada na tabela 9:

Tabela 9. Legislação urbana na Conectora 5

Legislação	Coefficiente de aproveitamento	Taxa de ocupação	Altura máxima	Testada Mínima	Área mínima de lote	Área máxima de lote
Decreto nº 857/1975	1	50%	4 pavimentos	20m	600m ²	-
	3	25%	livre	20m	600m ²	-
Lei nº 6204/1981	6	50%	livre	12m	360m ²	-
Decreto nº 240/1982	-	2/3	2 pavimentos	12m	360m ²	-
Decreto nº 397/1982	-	50%	4 pavimentos	15m	450m ²	-
Decreto nº 279/1987	2	50%	livre	15m	450m ²	-
Decreto nº 578/1990	-	2/3	2 pavimentos	12m	360m ²	-
Decreto nº 693/1995	2	50%	livre	15m	450m ²	5000m ²
Decreto nº 479/1996	2	50%	livre	15m	450m ²	5000m ²
Decreto nº 562/1996	2	50%	livre	15m	450m ²	5000m ²
Lei nº 9800/2000	2	50%	livre	15m	450m ²	5000m ²

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba.

Analisando a estrutura fundiária da Conectora 5, Saldanha (1996) verificou uma situação bem diferente do início da década de 1980, quando a maior parte da terra era de propriedade de pessoas físicas. Em 1996 quase a metade dos terrenos já era de propriedade de empresas. De um total de 102⁸ terrenos estudados, 49 eram de propriedade de pessoas jurídicas. Uma empresa detinha 8 terrenos e outra 11. Além disso, desses 49 terrenos 42 estavam vazios, sem nenhum tipo de uso.

A legislação recém promulgada foi determinante para o tipo de ocupação desses terrenos da Conectora 5. A permissão de incorporação em lotes com mais de 5.000 m² e a exigência de amplos recuos nos edifícios direcionou um determinado tipo de

⁸ Essa análise utilizou como base de dados o cadastro do IPTU de 1996, sem identificar o nome dos proprietários. O número de terrenos analisados correspondeu a aproximadamente 80% do total dos terrenos existentes na região.

empreendimento: edifícios de alto padrão, isolados em terrenos de grande dimensão, geralmente com muita área verde (ver figura 20).

Figura 20. Ecoville com o centro da cidade ao fundo



Fonte: IPPUC.

O depoimento de um empresário do setor imobiliário confirma a relação entre legislação e o tipo de ocupação urbana que se desenvolveu ao longo da Conectora 5:

“A legislação acabou estimulando os incorporadores a desenvolverem projetos de alto padrão que só são possíveis no Ecoville. Os amplos terrenos permitem grandes empreendimentos e a preservação da cobertura vegetal garante a qualidade de vida dos moradores”, considera Hugo Peretti Neto, presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi/PR) e diretor geral da construtora Hugo Peretti. (PARANASHOP, 2009, não paginado).

O critério, segundo diz o gerente comercial da Irmãos Thá, José Renato Pallú, foi o de aumentar o recuo entre os prédios, e entre estes com as ruas, na mesma proporção em que subia o número de andares do empreendimento. Um prédio de doze andares, por exemplo, exige um terreno de pelo menos 3,5 mil metros quadrados. “É um planejamento inteligente do uso do solo”, diz Pallú, o que, em sua opinião, “combina mais com o título de capital ecológica” que Curitiba ostenta. “Esta é uma garantia de preservação do verde e de áreas livres”, afirma Paulo Celles, gerente de área comercial da Moro. (GAZETA MERCANTIL PARANÁ, 14/05/ 1999).

A estratégia de venda do mercado imobiliário associou a existência de grandes áreas verdes na Conectora 5 à imagem de Curitiba como “capital ecológica”. Assim, em consonância midiática com essa imagem, o mercado imobiliário passou a denominar a Conectora 5 de Ecoville. De acordo com René Rômulo Staben, diretor da Thá Imobiliária que participou da elaboração do projeto de ocupação da Nova Curitiba, as construtoras Irmãos Thá, Moro, Hauer e Casa investiram US\$ 200 mil numa campanha de marketing na época do lançamento do Ecoville.

Para Sánchez o resultado final da urbanização da Conectora 5, o Ecoville, foi incorporado ao city-marketing desenvolvido em Curitiba.

O padrão construtivo atual, junto à imagem mercadológica da área para venda de imóveis de grandes empreendimentos, parece emblemático da mútua relação entre a ação planejadora e a ação dos empresários no mercado imobiliário de Curitiba: numa alusão à imagem-síntese da cidade como “Capital Ecológica” os empreendimentos situados nessa área fazem parte da chamada “Ecoville”. Esse nome dado à área que corresponde à Conectora Cinco foi incorporado como marca que agrega ao valor de mercado dos imóveis os valores e representações relacionados à cidade: vende-se, junto com os imóveis, um estilo de vida, materializado na proposta urbanística por torres de edifícios isoladas, de alto padrão, inseridas em amplas áreas verdes. (SÁNCHEZ, 2003, p. 183-184).

O desenvolvimento imobiliário do Ecoville criou então uma área de distinção, voltada para as camadas de alta renda. Os edifícios consistem em verdadeiros condomínios fechados verticais, contando com sofisticadas áreas de lazer, tecnologia informatizada e segurança reforçada (ver figura 20). Alguns anúncios selecionados evidenciam essas características:

Edifício Rio Tevere – [...] Apartamentos de 396 metros quadrados, quatro quartos, duas suítes, sala para dois ambientes, escritório, lareira, terraço, banheiro da suíte com hidromassagem. Prédio de vinte andares com quadras poliesportivas, cancha de paddle, sala de ginástica, circuito fechado de TV, car wash e bicicletário.

Edifício Four Seasons – [...] Um apartamento por andar com 681 metros quadrados, quatro dormitórios (duas suítes, uma delas com 60 metros quadrados), living, área social, copa e churrasqueira, home office, cristaleira, rouparia e despensa, varanda, salas de estar, jantar, jardim-de-inverno e quatro vagas na garagem. Edifício construído numa área de 5000 metros quadrados com infra-estrutura de cabos para TV, telefonia, segurança e central de

aquecimento coletivo. Área de lazer com piscina coberta climatizada, saunas, sala de jogos, quadra de esportes e salão de festas. (VEJA, 2003, p. 31-32).

Mas o edifício mais emblemático do Ecoville talvez seja o Suíte Vollard. Primeiro edifício da Construtora Moro na região, sua construção serviu como uma estratégia de marketing, reforçando a imagem do Ecoville como um espaço luxuoso, diferenciado e acessível para poucos. Esse edifício é circular, com um apartamento de 287 m² por andar. A existência de um eixo central permite a rotação independente de cada apartamento. Suas obras iniciaram em 1996 e só foram concluídas em 2004. Para Urban (1998), a ocupação da Conectora 5 só se tornou possível quando o poder de compra na cidade se tornou suficiente para adquirir um apartamento em um edifício giratório.

O boom imobiliário dos últimos anos no Brasil fez com que empresas paulistas passassem a investir no mercado de Curitiba. No Ecoville a Gafisa lançou o Neogarden, duas torres residenciais com apartamentos de 90 e 110 m² em um terreno de 6.000 m², e a Abyara lançou o Reserva Ecoville, com apartamentos de 131 e 166 m² em um terreno de 22.000 m².

Os seguintes anúncios imobiliários mostram como as principais qualidades atribuídas à região são a localização privilegiada, a área verde disponível, e a seletividade social que o preço dos imóveis proporciona (ver figura 21).

Figura 21. Anúncios imobiliários de edifícios no Ecoville



RESERVAMOS UM LINDO BOSQUE PARA VOCE PRESERVAR A SUA QUALIDADE DE VIDA.

Tranquilo e muito arborizado, Ecoville é hoje o melhor lugar para se viver em Curitiba. Uma região nobre, de vizinhança seleta, cercada de muito verde e ar puro. Boa gastronomia também estará pertinho de você: Santa Felicidade, bairro vizinho, possui muitos dos melhores e mais deliciosos endereços da cidade. Comércio e serviços também estão por toda a parte. Assim é Ecoville: chamoso, bem localizado e em constante valorização. Um jeito todo especial de se viver.



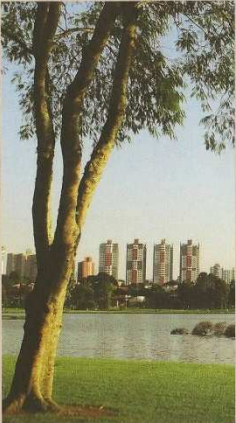
PRE SERVE SEUS DIAS

UNICENP

1º Office do Ecoville

- A 5 minutos da Cidade Industrial.
- A 8 minutos do ParkShopping Barigui.
- A 10 minutos do Parque Barigui.
- A 15 minutos do Batel.
- A 20 minutos do centro da cidade.
- A 25 minutos do aeroporto.
- Em frente ao Terminal do Campo Comprido.

Ecoville, uma região cada vez mais desejada e valorizada.

Via expressa ParkShopping Barigui Parque Barigui

Fonte: Anúncios imobiliários das empresas Abyara e Gafisa.

A tabela 10 e a figura 22 a seguir apresentam todos os edifícios construídos na Conectora 5:

Tabela 10. Edifícios construídos no Ecoville

Código	Condomínio	Construtora	Pavtos.	Blocos	Unidades	Conclusão (1)
01	Palais Lac Leman	Helvetia Construtora e Incorporadora Ltda.	24	1	21	1993
02	Green Valley	Irmãos Thá S.A. Construções Ind. e Com.	35	1	92	1997
03	Terraza Maggiore	Casa Construção Industrializada Ltda.	20	1	38	1997
04	Burle Marx	Moro Construções Civis Ltda.	25	1	58	1997
05	Maison Ecoville	Zolet	22	1	80	1997
06	Juarez Machado	Hauer Construções Civis Ltda.	25	1	23	1998
07	Arlequin	Moro Construções Civis Ltda.	19	1	34	1999
08	Lumiere	Hauer Construções Civis Ltda.	25	1	24	1999
09	Ecoville Hills	Casa Construção Industrializada Ltda.	22	1	80	1999
10	Guernica	Moro Construções Civis Ltda.	19	1	18	2000
11	Monte Bianco	Irmãos Thá S.A. Construções Ind. e Com.	18	1	16	2000
12	Porto Pacífico	Pessoa	26	1	25	2000
13	Regent Garden	Santa Cruz	25	1	44	2000
14	Ecobusiness Center	Moro Construções Civis Ltda.	06	4	136	2000
15	Porto Vitória	Pessoa	30	1	29	2000
16	Suíte Vollard	Moro Construções Civis Ltda.	21	1	19	2000
17	Pierrot	Moro Construções Civis Ltda.	21	1	38	2001
18	Millenium	Hauer Construções Civis Ltda.	22	1	40	2001
19	Portal do Ecoville	Irmãos Thá S.A. Construções Ind. e Com.	30	1	56	2001
20	Tom e Vinícius	Moro Construções Civis Ltda.	13	2	35	2001
21	Green Life	Jota Ele Construções Civis Ltda.	15	1	28	2002
22	Ecoville Tower	Helio Walter Yamaguti	16	1	15	2002
23	L'Excellence	Hugo Peretti	20	2	76	2002
24	Four Seasons	Hauer Construções Civis Ltda.	25	1	23	2004
25	Rio Tevere	Irmãos Thá S.A. Construções Ind. e Com.	22	1	40	2004
26	Ilhas Baleares	Bonet Construtora de Obras Ltda.	22	2	41	2004
27	Terrasse Ecoville	Terrasse	27	1	98	2004
28	Mont Vert	Irmãos Thá S.A. Construções Ind. e Com.	23	1	42	2006
29	Le Corbusier	Plaenge Empreendimentos Ltda.	24	1	46	2006
30	San Raphael	Harbor	23	1	22	2006
31	Ville de Valence	Terrasse	21	1	40	2007
32	Manhattan	Valor	29	1	28	2007
33	Poty Lazzaroto	Plaenge Empreendimentos Ltda.	30	1	56	2007
34	Lasar Segall	Plaenge Empreendimentos Ltda.	20	1	76	2008
35	New Edge	Dória	21	1	32	2008
36	Belluno	Bonet Construtora de Obras Ltda.	30	1	29	2008
37	Santos Dumont	Hugo Peretti	17	2	62	2008
38	Le Jardin des Tuileries	PIL	24	1	21	2008
39	Avant Garde	Irmãos Thá S.A. Construções Ind. e Com.	27	1	48	2008
40	Royal Club	LN	24	1	44	2009
41	Hera Garden	Hestia	8	1	14	2009
42	Belvedere	Plaenge Empreendimentos Ltda.	23	1	44	2009
43	Vilanova Artigas	Plaenge Empreendimentos Ltda.	20	1	76	2009

Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.

(1) Foi considerado como ano de conclusão o ano de expedição do Certificado de vistoria de conclusão de obras (CVCO), emitido pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Figura 22. Edifícios construídos no Ecoville



Fonte: Pesquisa de campo.

Além dos edifícios localizados ao longo da Conectora 5, outra tipologia habitacional comum na região são os condomínios horizontais. Apesar destes existirem em outros espaços da cidade, aqueles situados no Ecoville se caracterizam por seu alto padrão.

A distinção do Ecoville é também reforçada pelo surgimento de uma série de empreendimentos de comércio e serviço. Para Firkowski (2007) desde a década de 1990 a localização dos equipamentos de grande porte de serviço e comércio tem sido fundamentais para compreensão da forma urbana de Curitiba. Isso se deve ao (i) crescimento dos setores de comércio e serviço em relação aos demais, especialmente o industrial, reconfigurando o mercado de trabalho, e (ii) às transformações econômicas decorrentes da globalização, que produzem a integração da economia local com circuitos internacionais, fazendo com que esses equipamentos sejam materializações dessa nova ordem econômica.

A implantação desses equipamentos de comércio e serviço influencia decisivamente a organização espacial na medida em que dinamizam os fluxos econômicos e sociais. Nesse processo criam-se novos arranjos espaciais que redefinem as localizações intra-urbanas e a valorização do espaço.

No Ecoville a implantação desses equipamentos de serviço e comércio é mais recente. Em 2000 foi inaugurado o campus da Universidade Positivo, numa área de 410.000 m². Pensado como um complexo multi-uso, o campus abriga além do espaço acadêmico um teatro e um centro de convenções, inaugurados em 2008. Em 2011 será também construído um hotel.

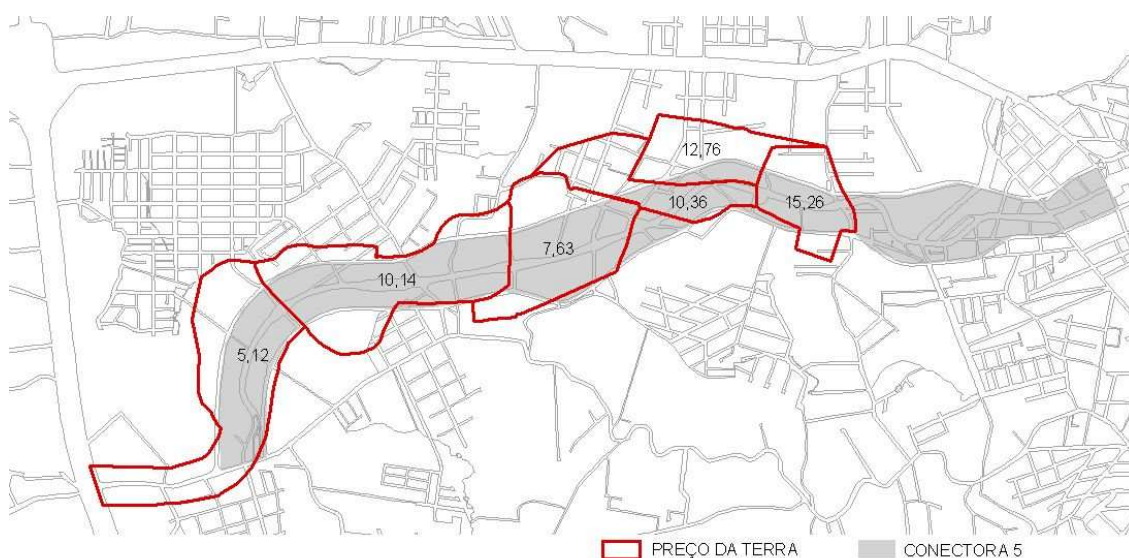
O Teatro Positivo conta com dois auditórios, um com 2.400 lugares, o maior do Paraná, e outro com 714 lugares. O Expo Unimed Curitiba é um centro de convenções de

8.000 m². O hotel a ser construído terá 120 apartamentos⁹. Além do campus da Universidade Positivo também está em construção no Ecoville o novo campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Em 2003 foi inaugurado o Park Shopping Barigui, o maior da cidade até então, com uma área de 108.000 m², 195 lojas e 8 salas de cinema. Localizado no início da Conectora 5, é um dos shopping centers mais sofisticados de Curitiba¹⁰.

Assim a estratégia de explorar a Conectora 5 através de um desenvolvimento imobiliária voltado para a elite foi extremamente bem sucedido. A comparação do preço da terra entre 1980, pouco antes do início da obras da Conectora 5, e 2007, já com o desenvolvimento imobiliário do Ecoville consolidado, demonstra uma enorme valorização (ver figura 23 e 24). O preço da terra no Ecoville em 2007, não chega a ser maior do que o de áreas centrais, mas ainda assim é bastante alto.

Figura 23. Preço da terra na Conectora 5 em 1980 (US\$/m²)

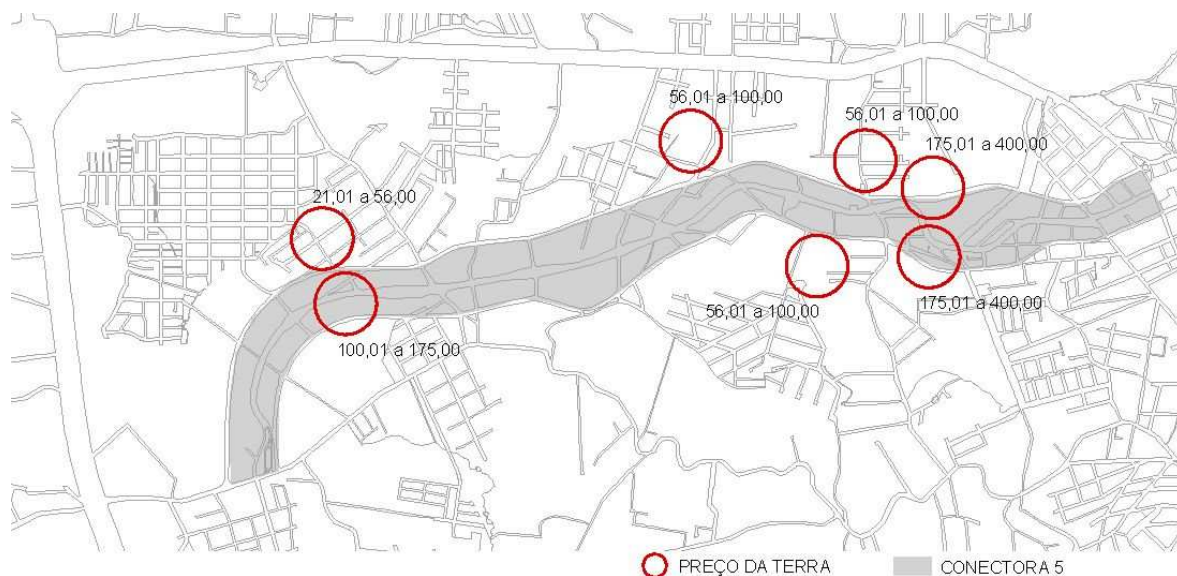


Fonte: IPPUC, 1980b. Dados trabalhados pelo autor.

⁹ Informações retiradas do site da instituição, <http://www2.up.edu.br/default2.aspx>.

¹⁰ Informações retiradas do site de uma das empreendedoras do shopping, <http://www.multiplan.com.br/main.jsp?lumChannelId=40288081166C79A701166DF0ED4A540A>.

Figura 24. Preço da terra na Conectora 5 em 2007 (US\$/m²)

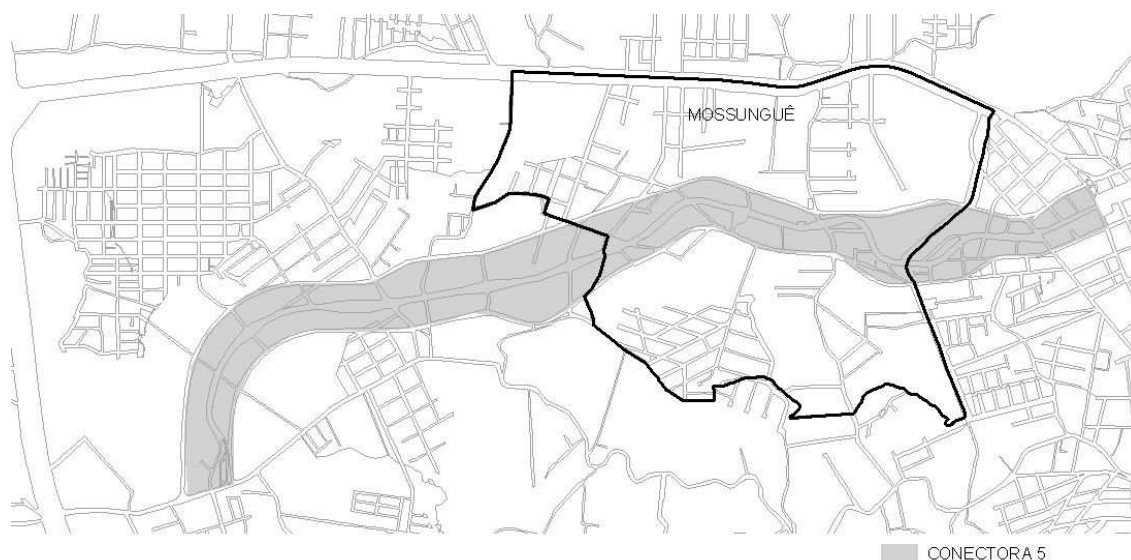


Fonte: Pesquisa de campo LAURB – UFPR, 2007.

De acordo com a ADEMI, o Ecoville foi a região da cidade com maior número de lançamentos de apartamentos em 2009, com cerca de 17% do total de Curitiba. O preço alcançado pelos apartamentos da região é um dos maiores da cidade, rivalizando com o Batel, bairro localizado próximo ao centro da cidade, onde historicamente as camadas de alta renda têm se concentrado.

Os valores de apartamentos na capital paranaense, em alguns casos, já encostam nos de São Paulo. O valor do metro quadrado privativo varia entre R\$ 1,8 mil e R\$ 3,5 mil, mas pode chegar a R\$ 4,5 mil em alguns bairros, como Batel e Ecoville. Trata-se da mesma faixa praticada em bairros de classe média alta da capital paulista, como Vila Mariana e Morumbi. (GAZETA DO POVO, 20/09/2009).

O efeito social dessa produção do espaço pode ser avaliado através da evolução do número de chefes de domicílio por classe de renda entre 1991 e 2000 no Mossunguê. Esse bairro corresponde justamente à área onde teve início o desenvolvimento imobiliário do Ecoville (ver figura 25 e tabela 11).

Figura 25. Localização do bairro Mossunguê

Fonte: IPPUC.

Tabela 11. Chefes de domicílios por classe de renda no Mossunguê e em Curitiba

Classes de renda (salários mínimos)	Mossunguê				Curitiba			
	1991		2000		1991		2000	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Acima de 15	40	3,64	521	32,87	29.803	8,26	72.363	15,36
De 10 a 15	48	4,37	99	6,24	25.928	7,19	35.022	7,43
Mais de 5 a 10	165	15,03	247	15,58	66.140	18,34	104.518	22,18
Mais de 3 a 5	194	17,67	207	13,06	63.467	17,60	84.790	18,00
Mais de 1 a 3	404	36,79	285	17,98	118.461	32,85	115.767	24,57
Até 1	159	14,48	98	6,18	33.147	9,19	30.834	6,54
Sem rendimento ou sem declaração	88	8,01	125	7,89	23.680	6,57	27.862	5,91
Total	1.098	100,00	1.585	100,00	360.626	100,00	471.156	100,00

Fonte: IBGE.

Essa comparação demonstra a existência de processos de distribuição social distintos entre as diferentes classes de rendas. A proporção de chefes de domicílio com renda acima de 15 salários mínimos no Mossunguê variou de 3,64% para 32,87% entre 1991 e 2000. Já em relação às famílias com menor rendimento ocorreu o processo inverso. A proporção de chefes de família com renda entre 1 e 3 salários mínimos foi reduzida de 36,79% para 17,98%, e daqueles com renda até 1 salário mínimo foi reduzida de 14,48% para 6,18% entre 1991 e 2000.

Ou seja, em 1991 o Mossunguê era um bairro predominantemente de classe média baixa, onde mais de 50% dos chefes de domicílio tinha uma renda de *até* 5 salários mínimos. Em 2000 essa situação se inverteu e mais de 50% dos chefes de domicílio passaram a ter uma renda *acima* de 5 salários mínimos.

A mesma análise feita em relação a Curitiba mostra a excepcionalidade do processo ocorrido no Mossunguê. Em Curitiba houve um aumento da proporção das famílias de renda mais elevada e uma redução da proporção das famílias de renda mais baixa, porém não de forma tão significativa quanto no Mossunguê.

Esses dados evidenciam um acentuado processo de elitização no bairro Mossunguê. Esse processo está diretamente associado ao surgimento do Ecoville, e às novas formas urbanas fomentadas em seu entorno, principalmente os condomínios fechados horizontais, que tornaram esse bairro um espaço exclusivo, direcionado para população de alto poder aquisitivo.

Dessa maneira a urbanização do Ecoville guarda semelhanças com o novo padrão de segregação social identificado por Caldeira (2003). Analisando a cidade de São Paulo, Caldeira verificou como a partir da década de 1980 as classes média e alta passaram cada vez mais a buscar moradia em espaços auto-segregados, os chamados condomínios fechados.

Esse é um tipo de empreendimento de múltiplas residências, sobretudo edifícios, invariavelmente fortificados, com entradas controladas por sistemas de segurança, normalmente ocupando um grande terreno com áreas verdes e incluindo todo tipo de instalações para uso coletivo. Na última década, eles se tornaram o tipo de residência preferido pelos ricos. (CALDEIRA, 2003, p. 243).

Para Caldeira os condomínios fechados são um dos principais exemplos do que ela chama de enclaves fortificados, “[...]espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho.” (CALDEIRA, 2003, p. 243). Esses espaços contribuem para produção de uma nova relação de sociabilidade urbana, baseada no

isolamento e no abandono do espaço público, construindo uma “cidade de muros”. O Ecoville pode ser comparado a esse padrão de segregação social, que Caldeira argumenta não se restringir a São Paulo.

Para Irazábal (2006) na criação do Ecoville houve uma apropriação de princípios modernistas de urbanismo: “[...] the design concept of Ecoville can be traced back to the modernist ‘city in the park’ concept.” (p. 79). O conceito original de cidade-jardim previa a dissolução dos espaços privados em meio a grandes áreas verdes públicas. No Ecoville esses conceitos modernistas libertários foram apropriados para produzir um espaço com características totalmente opostas. O espaço urbano do Ecoville privilegia o espaço privado em detrimento do espaço público.

As áreas verdes privadas, a ocupação de baixa densidade, voltada para as camadas de alta renda, em edifícios que buscam o auto-isolamento, e o comércio concentrado nos pólos de integração produziram um espaço público atrofiado.

O caráter de enclave fortificado está manifesto no auto-isolamento dos edifícios, monitorados por esquemas de segurança sofisticados, e construídos em amplos terrenos que dispõem de uma série de facilidades internas que suprem em grande medida o contato com o espaço público.

Lacking the “universal space” promoted by those cities-in-the-park as their public realm, the spaces in between the residential buildings in Ecoville are disconnected and fenced off. Moreover, the spatial amenities within each condominium are privatized, exacerbating the large-scale results of the social and urban alienation caused by this type of development, while at the same time granting the residents an alternative, controlled and exclusionist sense of community. (IRAZÁBAL, 2006, p. 80).

Apesar de segregado, o Ecoville está conectado ao centro da cidade por meio de um eficiente sistema viário. “In other words, the city is accessible, yet the residents of Ecoville do not have to suffer its urban conditions—perceived as negative—within their suburban haven.” (IRAZÁBAL, 2006, p. 82).

A análise do desenvolvimento da Conectora 5 revela então como as propostas originais do planejamento urbano foram totalmente contrariadas. Além da Conectora 5 ter permanecido por longo tempo ociosa, quando a ocupação ocorreu, foi voltada para população de alta renda. Assim, o adensamento pretendido, que deveria otimizar a infraestrutura implantada, nunca aconteceu.

Em vista dessas considerações é elucidativo recuperar o depoimento de Jaime Lerner na CPI do IPPUC no qual ele argumenta que o planejamento urbano de Curitiba era eficiente porque conseguia direcionar o crescimento da cidade:

Em muitas cidades uma diretriz anula a outra. Então, nós temos diretrizes de uso do solo anulando o traçado do metro em muitas cidades brasileiras e acho que, quando a cidade não sabe o quer, é a especulação imobiliária que diz que faz com que a cidade se dirija em tais e tais regiões, onde determinadas áreas foram estocadas. (Depoimento Jaime Lerner *apud* CPI do IPPUC, 01/08/ 1983).

O desenvolvimento da Conectora 5 mostrou que Curitiba não foi diferente das outras cidades. Quem definiu o rumo de seu crescimento foi uma coalizão de interesses, que adquiriu terras e reteve seu uso por uma década. Isso produziu uma falsa escassez que contribuiu para que urbanização em Curitiba, e mais especificamente na CIC, se desse de maneira desigual.

3.3 A urbanização desigual da CIC

O objetivo deste capítulo é mostrar como a urbanização da CIC ocorreu de forma desigual, e qual a influência da Conectora 5 nesse processo. Para isso é necessário retomar os conceitos de distribuição sócio-espacial discutidos no Capítulo 1. Devido ao controle do espaço urbano, as camadas de alta renda reservam para si as melhores localizações, relegando às demais os espaços restantes. No Brasil, a ação do Estado geralmente acentua essa divisão. Ao invés dos investimentos em infra-estrutura serem distribuídos por todo espaço urbano, eles são em geral concentrados em áreas de interesse das camadas de alta renda. Isso cria grandes diferenciais de acessibilidade e de

valor da terra. Impedida de acessar esses espaços valorizados, resta à população de baixa renda ocupar áreas com baixo valor fundiário, portanto periféricas com pouca infra-estrutura.

Uma das principais formas de acesso à moradia para a população de baixa renda no Brasil foi a ocupação de terra. Para Francisco de Oliveira (2003), um fator crucial para o desenvolvimento da industrialização brasileira foi a redução do custo de reprodução da força de trabalho. Essa estratégia teve um impacto profundo na urbanização, pois como o custo da habitação não foi incorporado ao salário, o acesso à moradia de grande parte da classe trabalhadora se deu de maneira precária, através da autoconstrução.

Como apresentado no Capítulo 2.1, um dos objetivos da CIC era induzir a expansão urbana de Curitiba para o oeste. Os principais elementos estruturadores dessa urbanização seriam as Áreas Habitacionais e as Vias Conectoras. Com isso estabeleceria-se um “[...] pólo industrial capaz de absorver o contingente populacional gerado pelo processo acelerado de urbanização que vem se verificando nos principais centros urbanos, proporcionando meios eficazes de integração homem/indústria.” (IPPUC, 1975a, não paginado).

Esse crescimento populacional de fato ocorreu. O bairro CIC apresentou um crescimento populacional significativo. Durante a década de 1980 sua população quase triplicou. De acordo com o IBGE, em 1980 ela era de 45.904 habitantes, e em 1991 aumentou para 116.001.

A absorção dessa demanda habitacional deveria se dar através de programas habitacionais executados nas Vias Conectoras e nas Áreas Habitacionais. No entanto, houve um descompasso entre o planejamento e a execução desses elementos.

Como foi apresentado no capítulo anterior, uma coalizão de interesses se apropriou da Conectora 5 e direcionou seu crescimento. O projeto da Nova Curitiba, que previa a execução de 9000 unidades habitacionais pela COHAB-CT, e 5.000 pelo INOCOOP não foi realizado. A retenção da terra ao longo de toda a década de 1980 impediu qualquer tipo de uso na Conectora 5. Posteriormente, a partir da década de 1990, o desenvolvimento imobiliário da região foi voltado para as camadas de alta renda. Ou seja, o desenvolvimento urbano da Conectora 5 não ampliou o mercado habitacional de Curitiba para população de baixa renda. A idéia de transformá-la em uma frente de expansão urbana que impedisse a ocupação de áreas urbanas inadequadas nunca foi efetivada.

Para o discurso oficial, esse descompasso parece não ter sido relevante. Alega-se que o número de unidades habitacionais realizados pela COHAB-CT ao longo da década de 1980 na CIC havia sido suficiente para atender a demanda por habitação, minimizando o problema da urbanização precária.

Esse processo todo de industrialização [...] está associado a um processo de favelização. Isso porque há uma natural atração, não só pela mídia, à medida que você divulga o projeto para industrialização, mas pela própria oferta de emprego. Uma massa grande, principalmente de migrantes, vem a procura de melhores condições de vida. É inevitável e aconteceu aqui. Nós conseguimos controlar esse processo através de uma política de habitação, na segunda gestão do Jaime, ocupando espaços desapropriados, já reservados à habitação. (Depoimento Cássio Taniguchi *apud* IPPUC, 1991a, p.27-28).

Contudo, a análise da evolução das ocupações irregulares apresenta um ponto de vista diferente. Apesar das Áreas Habitacionais terem sido executadas como previa o planejamento, fazendo com que a COHAB-CT produzisse na CIC 12.765 unidades habitacionais entre 1975 e 1990, o número de ocupações irregulares na CIC cresceu substancialmente nesse mesmo período. As ocupações irregulares consistiram na principal alternativa para a parcela da população que não conseguiu ter acesso formal à moradia, fosse pelo mercado imobiliário ou através de programas habitacionais de

interesse social. Para dimensionar esse processo de informalidade no acesso à moradia na CIC apresentam-se a seguir os dados referentes à evolução das ocupações irregulares.

O bairro CIC foi criado em 1975, portanto não existem dados relativos ao número de domicílios para o ano de 1970. De qualquer maneira, toda área à oeste do Rio Barigui possuía densidades baixíssimas e era ocupada predominantemente por chácaras de pequenos agricultores. De acordo com o levantamento realizado pelo IPPUC em 1971 nenhuma ocupação irregular foi identificada na região que viria a se tornar a CIC. Em 1980 foram identificados 824 domicílios em ocupações irregulares, o que representava 8,50% do total de domicílios de todo bairro. E em 1991 o número de ocupações irregulares aumentou para 10.880, ou quase 38% do total de domicílios do bairro (ver tabela 12).

Tabela 12. Número de domicílios total e em ocupações irregulares na CIC

Ano	Número total de domicílios na CIC	Ano	Número total de domicílios em ocupações irregulares na CIC	Participação das ocupações irregulares da CIC no total de domicílios da CIC (%)
1970	não disponível	1971	0	não disponível
1980	9.696	1980	854	8,50
1991	28.714	1992	10.880	37,89
1996	40.556	1996	14.968	36,91
2000	43.890	2000	11.698	26,65

Fonte: IBGE e IPPUC.

A análise do incremento domiciliar é ainda mais significativa para revelar a dimensão da informalidade na produção do espaço na CIC. De acordo com o IBGE, entre 1980 e 1991 foram construídos 19.018 novos domicílios no bairro CIC. Analisando os dados do IPPUC referente às ocupações irregulares verifica-se que 10.056 domicílios estavam localizados em ocupações irregulares. Ou seja, 52,88% da população da CIC não conseguiu obter moradia pela via formal (ver tabela 13).

Tabela 13. Incremento domiciliar total e em ocupações irregulares na CIC

Período	Incremento domiciliar na CIC	Período	Incremento domiciliar em ocupações irregulares na CIC	Participação do incremento domiciliar em ocupações irregulares no total de incremento domiciliar (%)
1970 - 1980	9.696	1971 - 1980	854	8,50
1980 - 1991	19.018	1980 - 1992	10.026	52,88
1991 - 1996	11.842	1992 - 1996	4.088	34,07
1996 - 2000	3.334	1996 - 2000	-3.270	0,00

Fonte: IBGE e IPPUC.

Desde o final da década de 1970 já havia uma maior politização da questão da moradia em Curitiba. Essa crescente mobilização resultou no questionamento das políticas urbanas praticadas. “[...] É importante ressaltar um movimento próprio dos favelados, de cunho organizativo, ora de invasão de terras, ora de resistência às pressões para sua relocação, ora de iniciativas para a melhoria das condições de vida e defesa de seus direitos de posse.” (ROLIM, 1985, p. 87).

Esse processo de luta por moradia foi desencadeado na CIC a partir da década de 1980, quando as obras de implantação foram concluídas e a maior parte das indústrias estava instalada. A oferta de empregos foi um dos principais fatores que estimulou a formação de ocupações irregulares:

Então, a classe trabalhadora tinha que morar próximo à indústria. A própria empresa exigia isso. [...] Aí vão crescendo ao redor ocupações próximas, porque os migrantes queriam ficar próximos aos postos de trabalho. [...] Esse eixo de ocupação, que vai da Cidade Industrial, atravessa a BR-116 e vai em direção à BR-277, é onde as lutas sociais foram mais intensas. (NEVES, 1998, não paginado).

Um dos fatores que contribuiu para o surgimento das ocupações irregulares foi a existência de grandes áreas desocupadas na CIC. Até o final da década de 1970 a URBS havia desapropriado quase a totalidade da área necessária para implantação da CIC. A estratégia era revender essa terra a preço subsidiado para as empresas. Contudo, tanto a retração econômica ocorrida na década de 1980, que diminuiu o ritmo de ocupação industrial, quanto os longos processos judiciais de desapropriação de terra que

impediam sua utilização, contribuíram para que grande parte dessas áreas ficasse ociosa.

Foi justamente nessas áreas que surgiram as primeiras ocupações irregulares na CIC. Uma das primeiras ocorreu em 1981:

Nos últimos anos vem ocorrendo na capital paranaense a invasão de moradores em áreas desocupadas, formando-se rapidamente novas áreas faveladas. [...] Neste quadro uma nova característica de ocupação começou a surgir – a invasão coletiva. Entre elas, a de maior vulto foi a da Vila Nova Barigui, onde, em poucos dias 800 famílias construíram seus barracos e ocuparam uma área de cerca de 189 mil m² ao longo do rio Barigui. [...] O local escolhido não podia ser pior. Baixo, sujeito a inundações, junto ao aterro sanitário do lixo da Cidade Industrial, sem qualquer infra-estrutura e, fato agravante, numa área em desapropriação, sub-júdice, num processo extremamente complicado, com tendências a passar alguns anos no Supremo Tribunal Federal. (IPPUC, 1983, p. 7).

Durante década de 1980 as invasões de terra na CIC apresentaram crescimento significativo. Apesar da Conectora 5 possuir enormes áreas ociosas, nela houve apenas uma invasão. Ocorrida em meados da década de 1980, ela durou pouco tempo, pois os moradores logo foram relocados para Vila Conquista, uma área periférica na CIC.

Para Maricato (1996, 2002a), a dimensão da ocupação de terras no Brasil evidencia um caráter ambíguo da sociedade brasileira. A princípio a lei deveria ser universal e qualquer invasão de propriedade deveria ser impedida pelo Estado. No entanto, se a lei fosse aplicada de fato em todas as cidades causaria uma situação caótica, devido à impossibilidade de garantir moradia para todo esse contingente populacional.

É importante salientar porém que esse processo acontece apenas em áreas que não interessam ao mercado imobiliário. Em áreas valorizadas a lei é aplicada. “A ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado.” (MARICATO, 1996, p. 65). Essa lógica valoriza as áreas nobres e ao mesmo tempo encontra uma solução de baixo custo para atender a demanda por habitação popular.

Essas considerações explicam porque a Conectora 5, mesmo apresentando uma quantidade imensa de áreas ociosas localizadas em uma região que estava sofrendo enorme pressão populacional, não foi afetada pelas ocupações de terra ocorridas em Curitiba durante a década de 1980. A Conectora 5 constituía-se em uma área com grande valor. A existência de ocupações irregulares ali impediria a realização de lucros imobiliários.

A partir do que foi acima exposto, constata-se que a argumentação do discurso oficial é falsa. As medidas propostas pelo planejamento urbano não conseguiram controlar o crescimento populacional derivado da instalação da CIC. Isso fica claro no depoimento de um representante do setor empresarial:

[...] o projeto previa uma cidade bem organizada, bem cuidada. Infelizmente, devo dizer que estamos um pouco decepcionados com relação à moradia. Permitiram o desenvolvimento de favelas e acabaram urbanizando essas favelas ao invés de erradicá-las. Nós esperávamos um crescimento ordenado, com moradias do tipo COHAB e não favelas. (Depoimento Bogdan Benbnowski *apud* IPPUC, 1991a, p. 192).

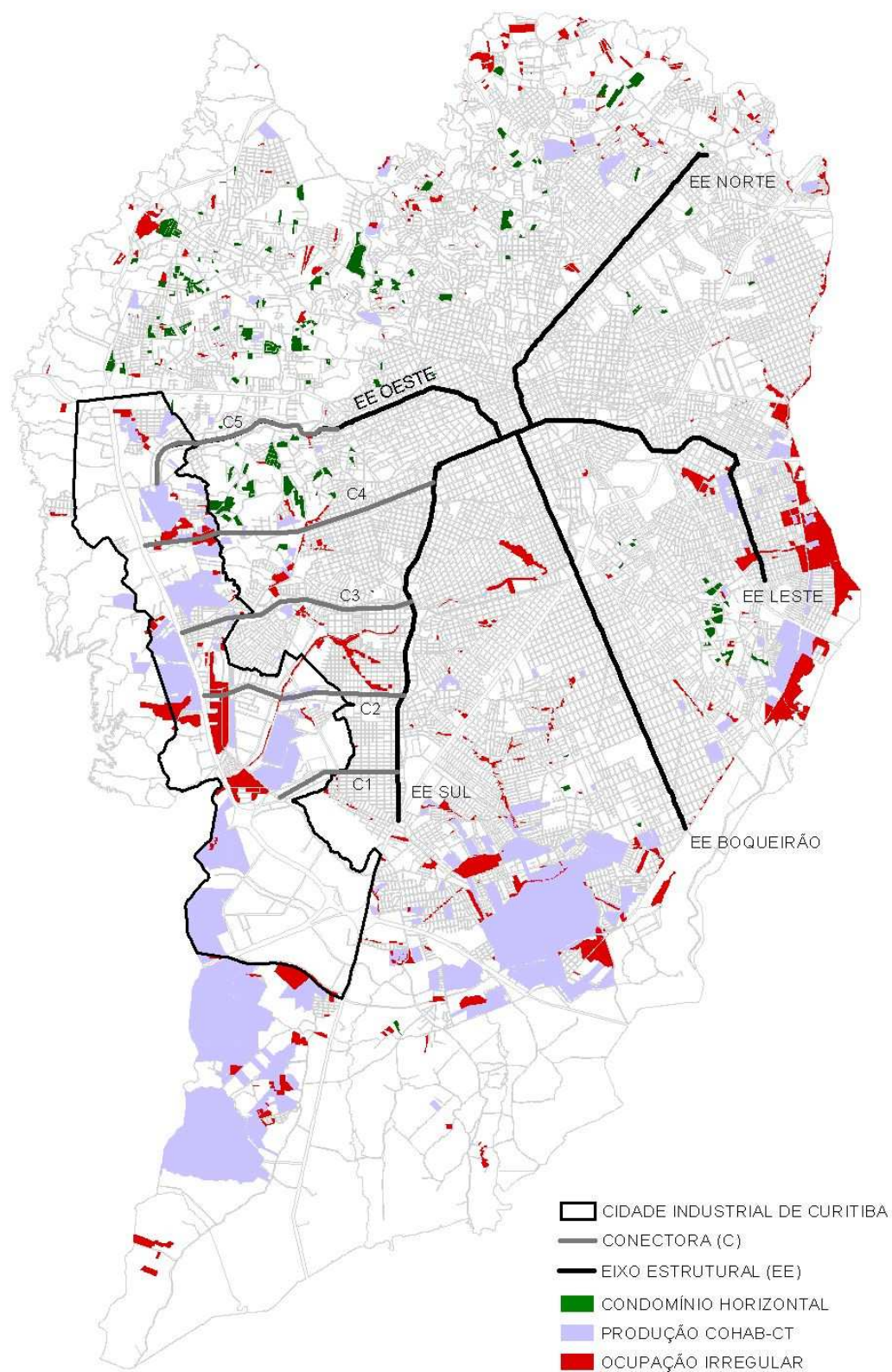
Dessa maneira a urbanização da CIC repetiu as mesmas características verificadas nas demais cidades brasileiras. Ou seja, o crescimento populacional, estimulado em grande parte pelo processo de industrialização, não foi absorvido adequadamente. O acesso à moradia se deu em larga medida de maneira informal. Ao contrário do que foi originalmente previsto, a urbanização desencadeada pela CIC se deu de maneira fragmentada.

Isso está ligado a questão da valorização diferencial da terra. Como apenas a Conectora 5 foi executada em sua totalidade, a acessibilidade da região oeste sofreu acentuada diferenciação. A área ao redor da Conectora 5 consolidou-se como uma localização privilegiada em relação ao restante da CIC.

Com isso, a ação estatal, por meio da execução da infra-estrutura urbana, direcionou a distribuição da população. As camadas de alta renda concentraram-se ao

redor da Conectora 5, área que possuía a melhor acessibilidade, enquanto as demais camadas ocuparam o restante da CIC. A figura 26 evidencia essa desigualdade na ocupação do espaço urbano, mostrando como ao redor da Conectora 5 concentram-se os condomínios horizontais, enquanto mais ao sul localizam-se os conjuntos habitacionais da COHAB-CT e as ocupações irregulares.

Figura 26. Síntese da ocupação da CIC



Fonte: IPPUC e COHAB-CT. Dados trabalhados pelo autor.

Em vista do contraste apontado pela figura 26 é elucidativo retomar as análises de Caldeira (2003) sobre o novo padrão de segregação por ela identificado. A comparação entre o caso de São Paulo e o que ocorreu no Ecoville permite identificar certas especificidades do modelo de desenvolvimento aplicado em Curitiba.

Caldeira mostra como em São Paulo os condomínios fechados se caracterizaram por serem construídos em bairros distantes das áreas centrais tradicionais. Essa localização deveu-se a existência de terrenos amplos e baratos nas regiões periféricas.

O abandono das áreas centrais acabou por aproximar ricos e pobres. Afinal essas áreas mais periféricas não possuíam a homogeneidade social construída ao longo de décadas dos tradicionais bairros de elite das áreas centrais.

Essa maior heterogeneidade na distribuição de renda é uma característica das novas áreas de expansão da cidade e da região metropolitana, onde os empreendimentos imobiliários para pessoas com rendas mais altas estão localizados em regiões que eram pobres e parcamente habitadas, e onde os apartamentos para as classes altas são construídos ao lado de imensas favelas. (CALDEIRA, 2003, p. 247).

O resultado foi a criação de um espaço urbano caótico, pois esse tipo de desenvolvimento ocorreu num ritmo acelerado em áreas com infra-estrutura precária. Os edifícios se caracterizam pelo alto padrão, porém o espaço público que o cerca não possui a mesma qualidade. Essa dicotomia reforça o caráter segregador desses empreendimentos.

Se a forma de incorporação imobiliária do Ecoville é muito semelhante aos exemplos mostrados por Caldeira, edifícios fortificados implantados em terrenos de grandes dimensões com muita área verde e voltados para as camadas de alta renda, a inserção no espaço urbano é completamente diferente. No Ecoville não existe o contraste social verificado por Caldeira em São Paulo. Os conjuntos habitacionais da COHAB-CT e as ocupações irregulares encontram-se distantes. Outro fator de

diferenciação é o fato do Ecoville ser uma área dotada da mais completa infra-estrutura urbana.

Essas características são usadas para reafirmar a eficiência do planejamento urbano de Curitiba. Por essa perspectiva o Ecoville é visto como um exemplo positivo. O sistema viário e de transporte coletivo, a implantação dos edifícios de forma integrada às áreas verdes, a localização de equipamentos de serviço e comércio, tudo isso é visto como exemplo de qualidade urbana.

Percebe-se assim como se estrutura o discurso sobre o planejamento urbano em Curitiba. Apesar do Ecoville apresentar as mesmas características de apartação social que os exemplos de São Paulo, ou talvez até com intensidade maior, muitas vezes ele é apresentado como um modelo exemplar da prática do planejamento urbano de Curitiba. Assim, a força desse discurso permite que a forma como o espaço urbano foi produzido, com todos seus conflitos e contradições, seja omitida, apagando o seu real sentido.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi avançar o conhecimento sobre as causas da urbanização desigual verificada em Curitiba, tendo como objeto de estudo a região conhecida como Ecoville. Para alcançar esse objetivo a pesquisa foi fundamentada em autores que defendem que a causa principal dessa desigualdade está na forma como a terra é valorizada e apropriada pelas diferentes camadas sociais em uma sociedade capitalista.

O valor da terra está diretamente ligado a sua localização no espaço urbano. A terra com maior acessibilidade é a que possui melhor localização, e portanto maior valor. Esses arranjos são produzidos socialmente, e o poder público desempenha papel fundamental nesse processo, pois ele é o principal responsável pela execução da infraestrutura urbana.

Para os autores estudados, em uma sociedade capitalista as desigualdades de classe são reproduzidas no espaço. As classes dominantes, graças ao controle da produção e do consumo do espaço urbano, apropriam-se das melhores localizações, que são resultado do trabalho coletivo.

Para Gottdiener e Molotch, esse processo é resultado da ação de coalizões de interesses que se formam com o objetivo de acumular riqueza mediante a exploração da terra. Essas coalizões procuram influenciar a ação estatal com o objetivo de obter vantagens localizacionais.

Essa argumentação foi utilizada para analisar o caso de Curitiba. Demonstrou-se como a partir da década de 1970 foi implantado um modelo de desenvolvimento no qual a prática do planejamento urbano ocupava lugar central. Esse modelo era legitimado pelo caráter técnico atribuído ao planejamento, o que fazia com que suas decisões fossem aceitas pela população como racionais e isentas. No entanto, verificou-se que a estrutura de planejamento era na verdade permeável aos interesses das classes

dominantes. O setor imobiliário em especial teve papel fundamental na definição das intervenções realizadas pelo poder público. Esse setor agia à maneira das coalizações de interesse apontadas por Molotch e Gottdiener, procurando direcionar a ação estatal em seu favor.

Para aprofundar essa discussão este trabalho escolheu um caso específico: o Ecoville. A princípio foi resgatado o planejamento da urbanização da CIC, processo que daria origem à ocupação da região oeste de Curitiba, onde se localiza o Ecoville. Essa análise demonstrou como as propostas originalmente previam uma ocupação do espaço que integrasse as indústrias ao núcleo urbano existente, interligando toda essa região por meio das Vias Conectoras e executando Áreas Habitacionais destinadas à habitação social. Essa proposta garantiria acessibilidade a toda região e moradia para mão-de-obra atraída pela industrialização. O resultado seria a produção de uma urbanização homogênea.

A análise do planejamento da urbanização da CIC enfatizou o projeto da Conectora 5, pois foi ao longo desse eixo viário que surgiu o Ecoville. Localizada em uma área propícia à urbanização, mas ainda pouco habitada, definiu-se que a Conectora 5 seria um vetor de expansão urbana, ao longo do qual seria estimulado o adensamento construtivo. Pouco antes do início das obras foi elaborado o projeto Nova Curitiba, cujo objetivo era a aquisição de terras por parte do poder público para promoção de habitação popular.

No entanto, o desenvolvimento da Conectora 5 seguiu um rumo diferente. Não só o projeto habitacional de interesse social não foi efetivado, como nenhum outro tipo de habitação foi construído durante uma década. Quando a ocupação ocorreu, foi voltada para as camadas de alta renda. Com isso o adensamento esperado e a indução da expansão urbana não se concretizaram.

Observa-se portanto no processo de ocupação da Conectora 5 a contradição de que houve um enorme investimento estatal na execução da infra-estrutura urbana com o objetivo de induzir uma determinada ocupação do espaço, mas que esse investimento acabou beneficiando uma pequena parcela da população.

Argumenta-se aqui que a principal causa desse fenômeno foi a ação de uma coalizão de interesses, que se apropriou das vantagens localizacionais oferecidas pela Conectora 5. A análise realizada demonstrou como a estrutura de planejamento urbano foi permeável à ação desses agentes. Ainda que a denúncia de que grupos específicos souberam antecipadamente do projeto da Conectora 5 e com isso adquiriam terras a preços irrisórios não possa ser comprovada, é possível verificar a influência dessa coalizão de interesses em diversos momentos. A execução da Conectora 5 coube à URBS, cujo presidente nesse período era um empresário do ramo imobiliário que já havia sido favorecido pelo poder público em outros empreendimentos. Mais tarde, foi elaborada uma legislação urbanística que direcionou a ocupação da Conectora 5 para as camadas de alta renda, favorecendo o setor imobiliário.

A não confrontação com esses interesses articulados em torno da valorização da terra na Conectora 5 contribuiu para produção de uma urbanização desigual. O fracasso do desenvolvimento do projeto de habitação social e a posterior retenção especulativa da terra criaram artificialmente a escassez no espaço urbano.

Isso contribuiu para que a urbanização da CIC se desse de maneira precária. Impedidas de acessar essas áreas infra-estruturadas as camadas de baixa renda ocuparam áreas com baixo valor fundiário, portanto periféricas com pouca infra-estrutura.

Dessa maneira, do ponto de vista da organização social do espaço o planejamento urbano de Curitiba falhou, pois ao invés de produzir uma urbanização inclusiva, como era previsto, produziu seu oposto, uma urbanização desigual.

No entanto, essa opinião não é unânime. Para os beneficiários desse processo o planejamento urbano foi eficiente:

Nos últimos dois anos foram lançadas quase 500 novas unidades residenciais na região conhecida como Ecoville, uma das áreas de ocupação mais acelerada na capital. O arquiteto e urbanista Ricardo Amaral observa que a região é resultado de uma parceria de sucesso entre poder público e iniciativa privada em termos de revitalização urbanística. É um exemplo a ser seguido no Centro da cidade. "Há 30 anos, aquela região ligava nada a coisa nenhuma. A Prefeitura fez um investimento enorme em infra-estrutura. Mas o bairro explodiu quando se despertou o interesse da iniciativa privada para investir ali". (GAZETA DO POVO, 30/11/2007).

A existência dessas opiniões contraditórias encontra amparo na própria prática do planejamento urbano. A comparação entre o que foi inicialmente proposto e o que veio a ser executado mostra uma atuação parcial por parte do Estado. A princípio, a proposta elaborada pelo planejamento urbano era condizente com o interesse público: previa a otimização da infra-estrutura urbana concentrando população. Para que essa proposta fosse efetivada era necessário que dois aspectos fossem levados em conta: a implantação da infra-estrutura viária e o direcionamento da ocupação.

No entanto, apenas o primeiro aspecto foi priorizado. Considerando esse aspecto isoladamente, o planejamento urbano de Curitiba pode ser considerado eficaz, pois a Conectora 5 foi implantada no local previsto, e mais tarde deu origem ao Ecoville, reafirmando Curitiba como um modelo exemplar para outras cidades. Uma análise mais ampla da produção do espaço no Ecoville revela que o aspecto do planejamento do Ecoville relativo à ocupação urbana não foi seguida. A execução somente da infra-estrutura favoreceu interesses privados, causando uma série de contradições urbanas.

Assim a materialidade da ação do planejamento urbano envolta em um discurso ideológico permite ocultar as contradições produzidas em torno da valorização da terra. A análise desse processo desmitifica a eficiência do planejamento urbano de Curitiba, revelando a parcialidade da ação estatal. Ou seja, a prática do planejamento urbano não é por si só suficiente para reduzir a desigualdade no espaço urbano. Ao não confrontar os interesses fundiários ela acabou por direcionar a segregação espacial.

Essa análise evidenciou a forma específica que a valorização e a apropriação da terra assumem em Curitiba, e como esse processo está ligado à produção de uma urbanização desigual. Assim, o caso do Ecoville repetiu o mesmo padrão existente no resto do país: os benefícios oriundos da infra-estrutura urbana executada pelo Estado foram apropriados por interesses privados, ao invés de serem distribuídos de acordo com o interesse coletivo.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da cidade-modelo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.
- ARANTES, Pedro. *O Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2003.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Comissão Parlamentar de Inquérito do IPPUC*, coleção de depoimentos, 1983.
- _____. *Comissão Parlamentar de Inquérito do Shopping Center Mueller*, coleção de depoimentos, 1983.
- CARVALHO, Denise de (org.). *História do sistema de transporte coletivo de Curitiba (1887 – 2000)*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.
- CODATO, Adriano ; GISI, Bruna. Vias de acesso a posições de poder. In: BRAGA, Sérgio; CODATO, Adriano Nervo; FUKS, Mario; PERISSINOTO, Renato (orgs.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- COELHO, Anselmo Sandro. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). In: *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46, São Paulo, 2003.
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA. *Plano habitacional Cidade Industrial de Curitiba*. Curitiba: COHAB-CT, 1981.
- _____. *Relatório de Diretoria 1979/1983*. Curitiba: COHAB-CT, 1983.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA. *Cidade Industrial de Curitiba*. Curitiba, URBS: 1974a.

_____. *Plano plurianual Cura: Triênio 1975/77*. Curitiba, URBS: 1974b.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. *Plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional*. Curitiba: COMEC, 2006.

COSTA, Vidal A. A. . *COHAB-Curitiba 41 anos de planejamento e realizações*. Boletim Casa Romário Martins (série memória institucional). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 133, 2006.

DELY, RAFAEL. *Uma concepção mais humana da moradia de interesse social no seu contexto urbano. Programa Habitacional Cidade Industrial de Curitiba*. Curitiba: COHAPAR, 1996.

DESCHAMPS, Marley Vanice. *Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Curitiba*. Tese de doutorado, Programa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, 2004.

DUDEQUE, Irã Taborda. *Espirais de madeira. Uma história da arquitetura de Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2001.

FARACO, José Luiz. *Planejamento urbano no Paraná: a experiência de Curitiba*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

FENIANOS, Eduardo Emílio. *Bigorrihlo – seu apelido é Champagnat*. Curitiba: UniverCidade, 1997.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas . *Internacionalização e produção de novos espaços urbanos em Curitiba (Brasil)*. In: *The First International Conference of*

Young Urban Researchers (FICYUrb), 2007, Lisboa. Home Page. Lisboa : ISCTE-CIES, 2007.

GALVÃO, Nelson Torres. Entrevista ao projeto avaliação de experiências em planejamento estratégico de cidades. Instituto Pólis. Entrevistas Curitiba. *Transcrições*. Curitiba, 1998.

GAZETA DO POVO. Maio 1982. “ ‘Nova Curitiba’ pode provocar especulação”. Acervo Casa da Memória de Curitiba.

_____. 23/11/1985. “Vereador tem sugestão para a Conectora 5: mais habitações”.

_____. 30/11/2007. “Lançamento de imóveis é 77% maior do que no ano passado. Construtoras aproveitam oferta de crédito barato para atender demanda reprimida”.

_____. 20/09/2009. “Curitiba com preço de São Paulo: Curitiba viu disparar o valor dos imóveis. Em alguns casos eles custam tanto quanto na capital paulista”.

GAZETA MERCANTIL PARANÁ. 14/05/1999. “Ecoville, bairro que se parece com condomínio”.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *A produção capitalista do espaço*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Curitiba*. Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *Estudo da área industrial de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1971.

- ____. *Curitiba: uma experiência em planejamento urbano: Cidade Industrial*. Curitiba: IPPUC, 1975a.
- ____. *Curitiba: Uma experiência em planejamento urbano: Circulação: Sistema viário básico*. Curitiba: IPPUC, 1975b.
- ____. *Plano de ação e preservação dos fundos de vale*. Curitiba: IPPUC, 1975c.
- ____. *Plano habitacional Cidade Industrial de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1975d.
- ____. *Programa habitacional Cidade Industrial de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1976a.
- ____. *Projeto integrado de circulação e transporte*. Curitiba: IPPUC, 1976b.
- ____. *Projeto integrado de circulação e transporte: Situação 77*. Curitiba: IPPUC, 1977a.
- ____. *Relatório de viabilidade dos programas de desenvolvimento urbano da cidade de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1977b.
- ____. *Cadastros de usos. Campina do Siqueira. Área abrangente norte da Conectora (MO). Conectora 5. Área abrangente sul da Conectora (CC). Volume 4*. Curitiba: IPPUC, 1980a.
- ____. *Programa integrado de habitação, infra-estrutura e transporte*. Curitiba: IPPUC, 1980b.
- ____. *Sistemas de transporte: cidade de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1980c.
- ____. *A invasão de áreas na Cidade Industrial de Curitiba: Análise e conseqüências*. Curitiba: IPPUC, 1983.
- ____. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba: IPPUC, 1990a. (Depoimentos, 2).
- ____. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba: IPPUC, 1990b. (Depoimentos, 3).
- ____. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba: IPPUC, 1990c. (Depoimentos, 5).
- ____. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba: IPPUC, 1991a. (Depoimentos, 6).
- ____. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba: IPPUC, 1991b. (Depoimentos, 7).
- ____. *Nova Curitiba / Diretrizes de ocupação*. Curitiba: IPPUC, 1995.

- _____. *Ocupações irregulares no município de Curitiba 1999 – 2000*. Curitiba: IPPUC, 2000.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Indicadores intrametropolitanos 2000: Diferenças Socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: IPARDES, 2005.
- IRAZÁBAL, Clara. Localizing Urban Design Traditions: Gated and Edge Cities in Curitiba. In: *Journal of Urban Design*, v. 11, n. 1, 2006.
- JORNAL DO ESTADO. 27/01/1991. “Dez anos depois, Conectora 5 ainda não cumpriu sua função”.
- KUNHAVALIK, José Pedro. Ney Braga: trajetória política e bases do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). *A construção política do Paraná moderno. Políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: SETI, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- _____. *O direito à cidade*. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- _____. Planejamento urbano no Brasil: As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002b.
- MOLOTCH, Harvey. The city as a growth machine: toward a political economy of place. In: *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 2, 1976.
- MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis. *Metrópole: Grande Curitiba: Teoria e prática*. Curitiba: IPARDES, 1994.

- ____. Os Riscos da Cidade-Modelo. In: ACSELRAD, Henri (org.). *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NAMUR, Marly. *Estado e empresariado em Curitiba – A formação da Cidade Industrial (1973 – 1980)*. Tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1992.
- NEVES, Lafaiete Santos. Entrevista ao projeto avaliação de experiências em planejamento estratégico de cidades. Instituto Pólis. Entrevistas Curitiba. *Transcrições*. Curitiba, 1998.
- O ESTADO DO PARANÁ. 01/09/1974. “Tablóide”.
- ____. 22/10/1981. “HM já é a maior, mas a concorrência é grande”.
- OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: UFPR, 2000.
- ____. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. In: *Sociologias*, ano 9, n. 18, Porto Alegre, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PARANASHOP. Na Capital ecológica, Ecoville é melhor endereço. Em:
http://www.paranashop.com.br/colunas/colunas_n.php?op=notas&id=20890.
Acesso em: 02/12/2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Lei nº. 2.828 de 1966.
- ____. Lei nº 4.199 de 1972.
- ____. Lei nº 4.943 de 1974.
- ____. Decreto nº 1.023 de 1979.
- ____. Decreto nº 145 de 1980.
- ____. Decreto nº 901 de 1980.

- ____. Decreto nº 397 de 1982.
- ROLIM, Maria do Carmo Marcondes Brandão. *Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba*. Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1985.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel:Fapesp, 1997.
- SALDANHA, Elisabete Xavier. *De vila operária à Ecoville*. Monografia de graduação, Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, 1996.
- SÁNCHEZ, Fernanda. *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- ____. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.
- SCHWANTES, Lorana. *Nova Curitiba – Utopia e realidade na revisão das vias estruturais*. Relatório Final apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900 – 1990*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SOUZA, Nelson Rosário de. *Planejamento Urbano, Saber e Poder. O Governo do Espaço e da População em Curitiba*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.
- ____. Planejamento urbano em Curitiba: Saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. In: *Revista de Sociologia Política*, n. 16, Curitiba, 2001.
- URBAN, Teresa. Entrevista ao projeto avaliação de experiências em planejamento estratégico de cidades. Instituto Pólis. Entrevistas Curitiba. *Transcrições*. Curitiba, 1998.

- VILLAÇA, Flávio. Efeitos do Espaço Sobre o Social na Metrópole Brasileira. In: *VII Encontro nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Recife, 1997. Anais... Recife, ANPUR, 1997.
- _____. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.
- _____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK Csaba; SCHIFFER, Sueli (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. Plano diretor: modernismo x pós-modernismo? Disponível em <
http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_a_p1.html>. Acesso em 02/12/2009.
- VEJA. Viver melhor em Curitiba. São Paulo: Abril, ano 34 nº 17, abril 2003. Edição especial.
- WILHEIN, J. (coord.). *Plano preliminar de urbanismo de Curitiba*. Curitiba: Sociedade Serete de Estudo e Pesquisa, 1965.
- ZAMBERLAN, Rosângela. *Planos e valores no espaço urbano de Curitiba: setor estrutural norte – sul*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)